



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO**  
**1-308/2026**

No dia 18 de março de 2026 às 11:31 horas, foi protocolado nesta repartição, sob número 1-308/2026 o presente processo, através de SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, referente a CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M (1277) com a finalidade de:

Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.

Para constar, lavrou-se o presente TERMO DE ABERTURA que constará dos autos administrativos.

EDELMA SOUZA LIMA  
SECRETARIA MUN DE OBRAS

---

**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)**  
**Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970**

---



Documento assinado eletronicamente por **EDELMA SOUZA LIMA, CHEFE DE DEPARTAMENTO**, em 18/03/2026 às 11:47, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311359** e o código verificador **B5244690**.

---

**Referência:** [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 311359 v1



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO
SETOR REQUISITANTE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### 1. Objeto da Licitação:

Contratação de empresa especializada para a **CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m**, zona rural do município de Novo Horizonte do Oeste- RO

### 2. Justificativa da necessidade da contratação do serviço:

2.1. A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de construção de bueiros de concreto tipo BSTC, com diâmetro de 0,60 m, visando garantir a adequada drenagem das águas pluviais nas estradas vicinais do município.

2.2. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social, sendo o principal meio de acesso às propriedades rurais, ao escoamento da produção agrícola, ao transporte escolar e ao deslocamento da população para acesso a serviços básicos, como saúde e comércio.

2.3. A implantação de bueiros tubulares de concreto (BSTC) com diâmetro de 0,60 m é necessária para promover o correto escoamento das águas pluviais, reduzindo os impactos causados pela ação das chuvas, preservando a estrutura das vias e garantindo melhores condições de acesso durante todo o ano.

### 3. Quantitativo do serviço/produto a ser contratado ou adquirido:

Conforme solicitação nº 00068/26

### 4. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação do serviço ou aquisição dos produtos:

abril/2026

### 5. Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Documento subscrito de forma digital:

Alessandro Ferreira Arruda - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Novo Horizonte do Oeste RO, 18 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 19/03/2026 às 15:23, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311393** e o código verificador **B2541FE6**.





## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Assessoria Administrativa - PGE-DERADM

Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM

Processo SEI nº 0009.010732/2025-94

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES DO ESTADO DE RONDÔNIA E O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, constituído sob a forma de autarquia, atualmente regido pela Lei Complementar Estadual nº 965/2017, inscrito no CNPJ sob o nº 04.285.920/0001-54, com sede na Avenida Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 5º Andar, nesta Capital, doravante designado **DER** ou **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Diretor Geral, o Sr. **EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS**, nomeado conforme Decreto de 30 de dezembro de 2022, DOE Edição 251, de 30 de dezembro de 2022, DOE Edição Suplementar 62.1, de 04/04/2022 e o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.009/0001-50, com sede à Av. Elza Vieira Lopes, nº 4803, Bairro Centro, CEP 76.956-000, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **RONALDO DELAZARI**, residente na mesma urbe, regularmente empossado e no exercício do cargo (Id. 0064160630).

Resolvem celebrar o presente convênio, que se regerá pelas disposições da Lei Estadual nº 5.024/2021, do Decreto Estadual nº 26.165/2021, da Lei Complementar nº 101/2000, da Instrução Normativa nº 001/2008-CGE/RO, no que couber, da Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos termos consignados neste instrumento, sem prejuízo de outros dispositivos legais aplicáveis.

### DO OBJETO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este convênio tem por objeto a transferência voluntária de recursos financeiros da CONCEDENTE para o CONVENENTE, a qual tem por finalidade custear a **construção de 29 bueiros de concreto, BSTC D=0,60m com extensão total 217 m, na zona rural**, conforme descrito no Plano de Trabalho de Id. 0067366394 e demais peças técnicas que instruem o processo administrativo SEI nº 0009.010732/2025-94, os quais são partes integrantes deste termo, independentemente de transcrição.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A execução do objeto conveniado seguirá o cronograma previsto no Plano de Trabalho (Id. 0067366394).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A contratação de terceiros e a aquisição de equipamentos e material de consumo para execução do objeto do presente convênio far-se-á nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **DA VIGÊNCIA.**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente convênio terá **vigência** a contar da última assinatura aposta pelos PARTICIPES no termo **até a data de 15 de outubro de 2026**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por iniciativa do **CONVENIENTE** mediante requerimento específico, protocolizado com antecedência entre 120 (cento e vinte) a 60 (sessenta) dias do termo final estipulado, o qual conterá as razões de interesse público que justificam o pedido, devendo a solicitação ser instruída com relatório demonstrativo da situação atualizada da execução do objeto.

#### **DO VALOR, DA CONTRAPARTIDA E DA FORMA DE LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor global do presente convênio é de **R\$211.364,59** (duzentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), conforme indicado na Planilha Orçamentária (Id. 0067369511).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor a ser repassado pela **CONCEDENTE** é de **R\$200.000,00** (duzentos mil reais), que ocorrerá à conta de dotação própria, nos termos da Lei Estadual nº 5.832/2024, vinculada a Unidade Orçamentária n.º 11025, Programa de Trabalho nº 26.122.2179.2428.242801, Fonte de Recursos n.º 1.899.0.00001 - Outros Recursos Vinculados, Elemento de Despesa nº 44.40.42.01, conforme Dotação Orçamentária (Id. 67885786).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O valor da contrapartida do **CONVENIENTE** é de **R\$11.364,59** (onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), que está consignado na respectiva Lei Orçamentária Anual, conforme Declaração de Disponibilidade de Contrapartida Municipal (Id. 0067366580).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O **CONVENIENTE** se responsabiliza, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto para a contrapartida.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os valores de repasse e de contrapartida referidos nesta Cláusula serão creditados na Conta Corrente indicada no **PARÁGRAFO QUINTO**, nos prazos estabelecidos no Cronograma de Desembolso previsto no Plano de Trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Todos os valores decorrentes deste convênio serão depositados na **Agência nº 4005-3, Conta Corrente nº 15.646-9, Banco do Brasil**, de titularidade do **CONVENIENTE** (Id. 0064163614), e todas as movimentações dar-se-ão exclusivamente para atendimento da execução do objeto deste convênio e serão realizadas mediante ordens bancárias ou cheques nominais.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Eventuais restituições de recursos deste convênio deverão ser realizadas na Conta Corrente nº 2.403-1, Agência nº 2757-X, Banco do Brasil (001), de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A efetivação do depósito dos valores do repasse e da contrapartida se dará conforme o cronograma de desembolso indicado no Plano de Trabalho.

#### **DAS VEDAÇÕES.**

**CLÁUSULA QUARTA** – Na execução deste convênio é vedado:

a) realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;



- b)** realizar pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros do **CONVENENTE**;
- c)** realizar aditamento com alteração do objeto;
- d)** utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- e)** atribuir vigência ou efeitos retroativos;
- f)** realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos de qualquer natureza realizados fora do prazo;
- g)** realizar de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- h)** efetuar pagamento em data posterior ao termo final da vigência, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do convênio.

## **DAS OBRIGAÇÕES GERAIS.**

**CLÁUSULA QUINTA** - Sem prejuízo das demais cláusulas deste convênio, são obrigações dos partícipes:

### **I - DA CONCEDENTE:**

1. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização do convênio, ao acompanhamento da execução do objeto pactuado, à análise da prestação de contas dos recursos repassados e, se for o caso, à instauração de Tomada de Contas Especial;
2. Transferir ao **CONVENENTE** os recursos financeiros previstos para a execução do objeto deste convênio, de acordo com o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, desde que alcançadas as metas nele estipuladas;
3. Acompanhar a execução do objeto deste convênio, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de repasses, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
4. Analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
5. Divulgar atos normativos e orientar o **CONVENENTE** quanto à correta execução dos projetos e atividades.

### **II - DO CONVENENTE:**

1. Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto deste convênio;
2. Manter os recursos do convênio aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial até o efetivo desembolso, quando este estiver previsto para ocorrer em prazo igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o desembolso estiver previsto para ocorrer em prazo inferior a um mês;
3. Restituir à **CONCEDENTE** os recursos não utilizados na execução do objeto conveniado, inclusive os respectivos rendimentos decorrentes de aplicação no mercado financeiro;
4. Restituir à **CONCEDENTE** todos os recursos recebidos, se verificada a inexecução do objeto, a não apresentação de qualquer prestação de contas ou a utilização dos recursos em finalidades distintas da prevista neste convênio, ressarcimento que deverá ser acrescidos atualização monetária e juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, devidos desde a data do efetivo recebimento;



5. Executar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho, Projeto Básico e/ou Termo de Referência aprovados pela **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias a sua correta execução;
6. Fiscalizar a execução do objeto pactuado no convênio, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Projeto Básico e/ou Termo de Referência, designando profissional habilitado no local da intervenção, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
7. Promover a aquisição de bens e serviços comuns exclusivamente por meio de pregão na forma eletrônica, salvo fundada comprovação de sua inviabilidade, mediante justificativa da autoridade competente do **CONVENENTE**;
8. Divulgar, em todos os eventos referentes ao objeto deste convênio, que sua realização se dá com aporte de recursos da entidade **CONCEDENTE**, vedada qualquer citação ou utilização de imagens, símbolos ou nomes que representem promoção pessoal de agentes públicos;
9. Prestar quaisquer esclarecimentos que forem solicitados pela **CONCEDENTE**, bem como promover a regular prestação de contas;
10. Permitir o livre acesso dos servidores da **CONCEDENTE**, do controle interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos deste convênio, bem como aos locais de execução do objeto;
11. Concluir com recursos próprios o objeto deste **convênio**, se os recursos transferidos forem insuficientes, sob pena de ressarcimento integral, nos termos do item 4 desta cláusula;
12. Dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas
13. Possuir, nos quadros da entidade, profissional com expertise técnico-jurídica sobre as formalidades e especificidades legais atinentes ao regular emprego dos recursos públicos, dotado de habilidade suficiente para prestar contas dos recursos recebidos e geridos;
14. Na hipótese de inexistir pessoal com tal qualificação, que lhes sejam ofertados capacitação técnica mínima sobre a prestação de contas dos recursos públicos recebidos, sob pena de devolução integral do recurso recebido.

## DA AÇÃO PROMOCIONAL.

**CLÁUSULA SEXTA** – Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objeto do presente convênio serão obrigatoriamente destacados a participação da **CONCEDENTE**, mediante identificação, por meio de placa, faixa e adesivos, com a logomarca, conforme Manual de Sinalização do Governo do Estado de Rondônia, ficando vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também deve ser destacada a participação da **CONCEDENTE** quando ocorrer divulgação por meio de jornal, rádio e/ou televisão.

## DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O **CONVENENTE** prestará contas à **CONCEDENTE** de todos os recursos empregados no presente convênio, nos termos do que dispõe o artigo 22 do Decreto Estadual nº 26.165/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A prestação de contas será instruída, no mínimo, com os seguintes documentos:

1. Relatório das atividades desenvolvidas em que seja demonstrado o cumprimento do objeto;
2. Relatório de Execução Físico-Financeira;
3. Relatório fotográfico das obras e serviços executados, sendo que as fotos deverão ser coloridas, com indicação precisa do logradouro e trecho a que se referem;
4. Comprovantes de gastos necessários para demonstrar as despesas realizadas, em especial:
  - 4.1. Relação dos pagamentos efetuados;



4.2. Faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com a referência ao título e número deste convênio;

5. Documentação referente a procedimento licitatório, se houver, em especial:

5.1. Cópia das justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, se for o caso;

5.2. Cópia da decisão de adjudicação e homologação;

5.3. Cópias dos contratos ou de outros instrumentos eventualmente firmados;

5.4. Cópia do termo de recebimento definitivo dos serviços ou da obra, se aplicável;

6. Relação dos bens adquiridos ou constituídos com recursos deste convênio.

7. Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos repassados, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos valores no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

8. Extrato de conta bancária específica do convênio, desde o recebimento da primeira parcela até o último pagamento, e respectiva conciliação;

9. Comprovante de recolhimento pelo **CONVENENTE**, à conta da **CONCEDENTE**, do valor corrigido da contrapartida pactuada, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do presente ajuste;

10. Comprovante de recolhimento pelo **CONVENENTE**, à conta da **CONCEDENTE**, de eventual saldo dos recursos liberados, bem como do valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre o crédito dos recursos, inclusive de contrapartida, e sua efetiva utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A prestação de contas final será apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias após termo final de vigência deste convênio ou o término da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, aplicando-se-lhe as normas vigentes e referentes às prestações de contas de recursos públicos.

## **DO ACOMPANHAMENTO.**

**CLÁUSULA OITAVA** – Incumbe à **CONCEDENTE** realizar as atividades de acompanhamento, avaliação e aferição da execução do objeto pactuado, a fim de verificar sua compatibilidade físico-financeira com o plano de trabalho, de acordo com a metodologia estabelecida neste instrumento e na legislação de regência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O acompanhamento será realizado por servidor técnico capacitado ou comissão nomeados pela entidade **CONCEDENTE** para esta finalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na execução de custeio e aquisição de bens, o acompanhamento, a constatação da conformidade financeira e da compatibilidade com o plano de trabalho serão realizados por meio de:

I - Verificação dos documentos e informações apresentadas pelo Conveniente nos autos do procedimento administrativo;

II – Visitas ao local quando os documentos e informações apresentadas não forem suficientes para a comprovação da execução do objeto pactuado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na execução de obras e serviços de engenharia, o acompanhamento, a constatação da conformidade financeira e da compatibilidade com o projeto e o plano de trabalho serão realizados por meio de:

I - Verificação dos documentos e informações apresentadas pelo **CONVENENTE** nos autos do procedimento administrativo, em especial os relatórios de fiscalização;

II – Visitas ao local a serem realizadas considerando os marcos de execução de 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do cronograma físico, podendo ocorrer outras visitas quando identificada a necessidade pelo técnico/comissão de acompanhamento.



## DA FISCALIZAÇÃO.

**CLÁUSULA NONA** – Incumbe ao **CONVENENTE** exercer a fiscalização do objeto conveniado, a qual consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em se tratando de obras e serviços de engenharia, a fiscalização pelo **CONVENENTE** deverá:

- I. manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;
- II. apresentar ao **CONCEDENTE** declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
- III. verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados.
- IV. providenciar o encaminhamento bimestral de relatórios de fiscalização da execução físico-financeira do convênio, incluídos relatórios fotográficos, a fim de que se demonstre o estágio de execução do objeto, informando ao **CONCEDENTE** quando iniciou a execução física da obra.

## DA DESTINAÇÃO DOS BENS.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Aprovada a prestação de contas, os bens adquiridos ou produzidos com os recursos deste convênio incorporar-se-ão definitivamente ao patrimônio do **CONVENENTE**, salvo expressa disposição em contrário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É obrigatória a contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo **CONVENENTE**, o qual manifesta compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, conforme as regras e diretrizes de sua utilização.

## DA ALTERAÇÃO.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – As cláusulas deste instrumento poderão ser modificadas a qualquer tempo, mediante consenso de seus partícipes, desde que motivados na preservação do interesse público e respeitado o procedimento previsto no art. 20 do Decreto Estadual nº 26.165/2021, firmando-se o correspondente termo de aditamento ao presente instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedada qualquer alteração que implique na modificação do objeto do presente convênio.

## DA DENÚNCIA E RESCISÃO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Este convênio poderá ser:

- I - denunciado por escrito a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;
- II - rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
  - a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
  - b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
  - c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;



d) ocorrência da inexecução financeira; e

e) o projeto básico ou Termo de Referência não terem sido aprovados ou apresentados no prazo estabelecido, quando for o caso, hipótese esta de extinção obrigatória do instrumento.

#### **DA RESTITUIÇÃO.**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O **CONVENENTE** se compromete a restituir os valores repassados pela **CONCEDENTE**, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste convênio.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou da extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pela **CONCEDENTE** e pelo **CONVENENTE**, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

#### **DOS SALDOS FINANCEIROS.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizados no objeto pactuado, serão devolvidos à **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A devolução prevista no *caput* será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

#### **DA PUBLICAÇÃO.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Ao presente ajuste e seus aditamentos a **CONCEDENTE** dará publicidade na forma estabelecida no art. 32 do Decreto Estadual nº 26.165/2021, bem como mediante encaminhamento de cópia do presente instrumento e respectivo plano de trabalho e planilha orçamentária ao Poder Legislativo do **CONVENENTE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O **CONVENENTE** deverá dar ampla publicidade da celebração e execução do presente ajuste, bem como de seus aditamentos, através de mecanismo apropriado disponibilizado na rede mundial de computadores, de acesso instantâneo e que não exija o prévio registro de dados pessoais do interessado na informação.

#### **DAS PRERROGATIVAS DA CONCEDENTE**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – É prerrogativa da **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade

#### **DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Havendo conflito entre as partes ou divergência quanto a aplicação das cláusulas deste instrumento, competirá a Procuradoria-Geral do Estado, através de Procurador do Estado designado pelo Procurador Geral do Estado, atuar como câmara de conciliação, mediação e arbitragem da administração estadual, competindo:

I – atuar em conflitos que versem sobre direitos disponíveis e sobre direitos indisponíveis que admitam transação, haja ou não pretensão econômica, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei federal nº 13.140, de 26 de junho de 2015;

II – decidir conflitos instaurados entre as partes deste instrumento;



III – sugerir ao Procurador-Geral do Estado, quando o caso, a arbitragem das controvérsias não solucionadas por conciliação ou mediação;

IV – dirimir conflitos envolvendo os órgãos e as entidades envolvidas no instrumento;

V – promover, quando cabível, a celebração de termo de ajustamento de conduta;

VI – solucionar conflitos advindos de indeferimentos, suspensões e cancelamentos de instrumentos contratuais, convênios e termos congêneres.

## DO FORO.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Após a tentativa de solução de conflitos no âmbito da PGE, o Foro competente para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento é o da Comarca em que sediada a entidade **CONCEDENTE**, com renúncia expressa das partes a qualquer outro.

Porto Velho/RO, data certificada.

**EDER ANDRE FERNANDES DIAS**

Diretor Geral do DER/RO

**RONALDO DELAZARI**

Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO

Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 22, I, da LCE 620/2011,  
segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.  
Visto pelo Procurador de Estado.

Visto é o ato administrativo unilateral em que a PGE atesta a legitimidade formal do convênio.



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 16/01/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI, Usuário Externo**, em 16/01/2026, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliabes Neves, Procurador do Estado**, em 16/01/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68265676** e o código CRC **0799488D**.







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Documentos</b>	<b>Termo de Convênio nº</b>	<b>18/03/2026</b>
ID: <b>311417</b>		Processo
CRC: <b>E71F219D</b>		Documento
Processo: <b>1-308/2026</b>		
Usuário: <b>EDELMA SOUZA LIMA</b>		
Criação: <b>18/03/2026 12:30:01</b>	Finalização: <b>18/03/2026 12:30:01</b>	
MD5: <b>14BB2C5DE27D8F235E65B328F9D07D5B</b>		
SHA256: <b>48F0C285509139B4B3BA7D6F08FC83001765142A6E275897AED3A0DB43B33346</b>		
Súmula/Objeto: <b>engenharia</b>		
<b>INTERESSADOS</b>		
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		18/03/2026 12:30:01
<b>ASSUNTOS</b>		
CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M		18/03/2026 12:30:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311417 e o CRC E71F219D.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
LEI DE CRIAÇÃO Nº365 – 13/02/92

PLANO DE TRABALHO

Assunto: **CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m com extensão total 217 m.**

**1 - DADOS CADASTRAIS**

Entidade Conveniente: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste		CNPJ: 63.762.009/0001-50	
Endereço Avenida Elza Vieira Lopes, s/nº – Centro.			
Cidade: Novo Horizonte do Oeste	CEP: 76.956-000	Cidade: Novo Horizonte do Oeste	CEP: 76.956-000
Nome do Responsável: Ronaldo Delazari		C.P.F.: 790.553.382-49	
C.I./Órgão Expedidor: 790.553.382-49		Cargo: Prefeito	
Endereço Residencial: LINHA 144 SUL KM 7		CEP: 76.956-000	
Município: Novo Horizonte do Oeste	UF: RO		Município Novo Horizonte do Oeste
E-mail 1 : <a href="mailto:convenio.nh@gmail.com">convenio.nh@gmail.com</a>			DDD/Telefone: (69) 984343633
E-mail 2 : <a href="mailto:gabinete@novohorizonte.ro.gov.br">gabinete@novohorizonte.ro.gov.br</a>			





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
LEI DE CRIAÇÃO Nº365 – 13/02/92

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 Objeto

PERÍODO DE VIGÊNCIA

CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m com extensão total 217 m.

INÍCIO  
AAT

TÉRMINO  
270 Dias

2.2 Identificação do Objeto

O presente projeto visa CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m com extensão total 217 m, para atender os munícipes da zona rural do município de Novo Horizonte do Oeste/RO.

Item	Estrada	KM	COORD.
1	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54" W 62° 3' 54"
2	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20" W 62° 4' 13"
3	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28" W 62° 4' 18"
4	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25" W 62° 4' 18"
5	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16" W 62° 4' 18"
6	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9" W 62° 4' 18"
7	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9" W 62° 4' 18"
8	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16" W 62° 4' 18"
9	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57" W 62° 4' 18"
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48" W 62° 4' 18"
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33" W 62° 4' 18"
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34" W 62° 4' 18"
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14" W 62° 4' 18"
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2" W 62° 4' 18"
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58" W 62° 4' 18"
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57" W 62° 4' 18"
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29" W 62° 4' 18"
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29" W 62° 4' 19"
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23" W 62° 4' 19"
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15" W 62° 4' 18"
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16" W 62° 4' 19"
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7" W 62° 4' 19"



23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58" W 62° 4' 19"
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41" W 62° 4' 19"
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59" W 62° 4' 19"
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46" W 62° 4' 19"
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37" W 62° 6' 23"
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53" W 62° 8' 42"
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6" W 62° 8' 45"

### 2.3 Justificativa/Fundamentação

O município de Novo Horizonte do Oeste se destaca por seu grande potencial agropecuário e extrativista, figurando como importante contribuinte para a produção de soja do Estado. A fim de impulsionar ainda mais o desenvolvimento da região, propomos um projeto de recuperação das estradas vicinais, visando à otimização da infraestrutura rural e à garantia da qualidade de vida da população.

As estradas vicinais de Novo Horizonte do Oeste encontram-se em precárias condições, apresentando diversos problemas que comprometem a trafegabilidade, a segurança e o escoamento da produção agrícola:

- **Degradação acentuada:** As estradas sofrem com erosão, buracos, sulcos e outros obstáculos, resultando em um tráfego lento, desconfortável e perigoso.
- **Falta de pavimentação adequada:** A ausência de pavimentação adequada aumenta o desgaste das vias, intensifica a formação de poeira e lama, e dificulta o acesso, especialmente em períodos de chuvas.
- **Impacto na produção agrícola:** O mau estado das estradas vicinais gera perdas na qualidade dos produtos agrícolas durante o transporte, impactando negativamente na renda dos produtores rurais.
- **Dificuldades no acesso a serviços essenciais:** As condições precárias das estradas limitam o acesso da população rural a serviços básicos como educação, saúde e lazer, comprometendo o bem-estar e as oportunidades de desenvolvimento.
- **O projeto tem como objetivos principais:**
- **Melhorar a trafegabilidade e a segurança:** As obras de recuperação visam corrigir os problemas de erosão, buracos e outros obstáculos, escoamento de água, proporcionando um tráfego mais seguro e confortável para motoristas, passageiros e pedestres.
- **Facilitar o escoamento da produção agrícola:** Permitirá o transporte eficiente dos produtos agrícolas, reduzindo perdas e otimizando o tempo de entrega, beneficiando diretamente os produtores rurais.
- **Ampliar o acesso a serviços essenciais:** As boas condições das estradas facilitarão o acesso da população rural a escolas, unidades de saúde, centros de lazer e outros serviços, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento da comunidade.
- **Estimular o desenvolvimento econômico:** A infraestrutura rural aprimorada contribuirá para a atração de investimentos, a geração de renda e a criação de novas



oportunidades de negócios no município.

- **Economicidade:** A utilização de materiais locais e técnicas adequadas visa otimizar os recursos públicos e garantir a viabilidade econômica do projeto.
- **Sustentabilidade:** A escolha de materiais e técnicas de recuperação levará em consideração a preservação ambiental e a minimização dos impactos negativos ao meio ambiente.

A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m com extensão total 217 m em linhas vicinais trará diversos benefícios à comunidade, como:

- **Desenvolvimento da economia local:** O aumento da produção agrícola, a facilitação do escoamento da produção e a atração de investimentos impulsionarão o crescimento da economia local, gerando renda e oportunidades para a população.
- **Melhoria da qualidade de vida:** O acesso facilitado a serviços essenciais como educação, saúde e lazer contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população rural, promovendo o bem-estar e a inclusão social.
- **Aumento da segurança no trânsito:** A redução dos acidentes e a melhoria das condições de tráfego nas estradas vicinais garantirão maior segurança para motoristas, passageiros e pedestres.
- **Valorização da propriedade rural:** A infraestrutura rural aprimorada valorizará as propriedades rurais, beneficiando os produtores e incentivando o desenvolvimento da agricultura familiar.

O projeto de CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m com extensão total 217 m, em linhas vicinais se configura como um investimento estratégico para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do município. Ao garantir a trafegabilidade segura e eficiente das vias, o projeto contribuirá para o aumento da produção agrícola, a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida da população e a valorização da propriedade rural.

## 2.4 Metas

**Metas Qualitativas:** Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais; Proporcionar conforto à população; Proporcionar níveis satisfatórios de segurança, velocidade e economia no transporte de no geral; Melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento da população local; Promover o desenvolvimento regional;

**Metas Quantitativas:** Execução de 217 m de recuperação das Estradas Vicinais, atendendo pelo menos 29 pontos da zona rural do município.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
LEI DE CRIAÇÃO Nº365 – 13/02/92

3 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO (ETAPA E FASE)						
Etapa	Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração (Dias)	
			Unidade	Quant.	Início	Término
1.0	1.1	Deliberações iniciais	und	01	AAT	30
	1.2	Abertura de crédito	und	01	30	90
2.0	2.1	Procedimento licitatório	und	01	90	210
3.0	3.1	Serviços Preliminares	%	8,09	210	270
	3.2	Administração e Controle	%	9,84	210	270
	3.3	Drenagem	%	76,32	210	270
	3.4	Transporte	%	5,74	210	270
	TOTAL		%	100	AAT	270

4 – PLANO DE APLICAÇÃO				
NATUREZA DE DESPESA		CONCEDENTE	CONVENIENTE	VALOR GLOBAL
Elemento de Despesa	Especificação			
44.90.51	Obras e Instalações	R\$ 200.000,00	R\$ 11.364,59	R\$ 211.364,59
TOTAL GERAL R\$		R\$ 200.000,00	R\$ 11.364,59	R\$ 211.364,59
TOTAL GERAL %		94,6323 %	5.3767 %	100 %

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
5.1 CONCEDENTE					
	Valor Total	1º Repasse	2º Repasse	3º Repasse	Rendimentos
Financeiro	R\$ 200.000,00				
Físico	100%				
Período	AAT				
5.2 CONVENIENTE (CONTRAPARTIDA)					
	Parcela única	1º Repasse	2º Repasse	3º Repasse	Rendimentos
Financeiro	R\$ 11.364,59				
Físico	100 %				
Período	AAT				

AAT (APÓS ASSINATURA TERMO)





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
LEI DE CRIAÇÃO Nº365 – 13/02/92

**6 - MODALIDADE DE EXECUÇÃO**

Modo de Contratação: Contratação de empresa para Execução de Obras- Administração Indireta.

**7 - DECLARAÇÃO DO PREFEITO**

Na qualidade de representante legal da prefeitura municipal de Novo Horizonte do Oeste, declaro para os devidos fins de prova junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia, para os efeitos e sob as penas da lei, que:

O município possui condições físicas e financeiras para arcar com a sua contrapartida no valor de R\$ 11.364,59 (Onze mil trezentos sessenta quatro reais e cinquenta nove centavos).

A inexistência de qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer entidade da Administração Pública Estadual, no que concerne às exigências legais;

-----  
RONALDO DELAZARI - Prefeito (Conveniente)

Novo Horizonte do Oeste, 28 de Novembro de 2025.

**8 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

O Plano de Trabalho será aprovado e certificado eletronicamente pelo Diretor-Geral do DER ou quem vier a substituir.

OBS: OBJETO DE REFERÊNCIA PARA ESTE PLANO DE TRABALHO FOI DO PROCESSO Nº  
[0009.010732/2025-94](#)





# Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>PLANO DE TRABALHO</b>	<b>43</b>	<b>28/11/2025</b>

ID:	<b>288542</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>DA1493A9</b>		
Processo:	<b>0-0/0</b>		
Usuário:	<b>ARLETE ROQUE DUARTE</b>		
Criação:	<b>28/11/2025 13:53:53</b>	Finalização:	<b>28/11/2025 13:56:54</b>

MD5: **E5875AAA472E01AEDC95A8F0908AC956**

SHA256: **3D4C234D23023330A46C8975FC37AA02ECBE328BDFAD5333F709BCFF16DA8629**

Súmula/Objeto:

**PLANO DE TRABALHO**

## INTERESSADOS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER	PORTO VELHO	RO	28/11/2025 13:56:26
---	-------------	----	---------------------

## ASSUNTOS

PLANO DE TRABALHO	28/11/2025 13:56:12
-------------------	---------------------

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS



RONALDO DELAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

28/11/2025 13:58:00

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 288542 e o CRC DA1493A9.





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Documentos		Plano de Trabalho		18/03/2026
ID:	311418	Processo	Documento	
CRC:	9BC2913E			
Processo:	1-308/2026			
Usuário:	EDELMA SOUZA LIMA			
Criação:	18/03/2026 12:30:01	Finalização:	18/03/2026 12:30:01	
MD5:	3CD3900C277C924D938C3B12DE82E971			
SHA256:	ED31D98FC0C037D1C7F1EAF540F784455184DA7D5C02508941D875EE96EDC49			
Súmula/Objeto:				
engenharia				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				18/03/2026 12:30:01
ASSUNTOS				
CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M				18/03/2026 12:30:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311418 e o CRC 9BC2913E.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE  
SETOR DE ENGENHARIA

# PROJETO BÁSICO

**CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m**

**NOV/2025**





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE  
SETOR DE ENGENHARIA**

**Signatário: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte d'Oeste**

**Local da Obra: Vias vicinais do município de Novo Horizonte d'Oeste**

**Nome do Projeto: Construção de bueiros de concreto BSTC d=0,60m**

**Extensão do projeto: 217,00 m**

**ÍNDICE**

- 1. ESTUDOS PRELIMINARES**
- 2. MEMORIAL DESCRITIVO**
- 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**
- 4. DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 5. PEÇAS GRÁFICAS**





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

**1. ESTUDOS PRELIMINARES**

A implantação das obras construção de bueiros tubulares em concreto nas estradas vicinais tem por objetivo garantir adequadas condições de acesso aos que trafegam na região às propriedades rurais, facilitando a transposição das sarjetas/bordos das pistas, aos chamados carreadores. Essa estrutura permite a correta passagem de águas pluviais sob a estrada, evitando erosões, alagamentos e danos à infraestrutura viária.



Imagem 01: erosão da sarjeta onde circula água pluvial, dificultando o acesso a propriedade rural

A solução consiste na implantação de uma linha de BSTC  $d=0,60m$ , com bocas em concreto simples, posicionado paralelo ao eixo da pista, dando continuidade ao fluxo das sarjetas na região de acesso às propriedades.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**



Imagem 02: Solução proposta em BSTC com bocas.

## **2. MEMORIAL DESCRITIVO**

### **2.1 NECESSIDADE**

A instalação de tubos de concreto nas entradas de acessos a propriedades rurais é uma medida fundamental para garantir a funcionalidade, segurança e durabilidade das vias de acesso. Serve como medida necessária para garantir o bom funcionamento do sistema de drenagem pluvial das vias rurais, evita erosão das sarjetas e promove condições adequadas de acesso as propriedades rurais.

### **2.2 PREMISSAS DO PROJETO**

As premissas do projeto visam atender a 3 pontos: Drenagem eficiente das vias com dispositivos com capacidade hidráulica adequada evitando erosões, pontos de acumulo de água, atoleiros e etc; Acesso seguro as propriedades rurais com a implantação dos dispositivos de drenagem que evitarão a erosão dos bordos e sarjetas da pista, permanecendo transitável e garantindo o direito de ir e vir da população a qualquer tempo; Aumento da durabilidade da estrada com a implantação dos dispositivos, reduzindo as constantes manutenções.







**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

### **2.3 CONSTRUÇÃO PROPOSTA**

A construção proposta é a implantação de linhas simples de bueiro tubular de concreto BSTC com diâmetro nominal de 600mm no acesso de propriedades rurais, com tubos padrão PA1 conforme SICRO/DNIT e ABNT NBR 8890:2020, assentados em vala na região da sarjeta sobre berço em cascalho, com bocas de bueiro construídas na entrada e saída do fluxo de água, contendo a camada de aterro superior e fixando a linha firmemente ao solo.

**Extensão total do projeto : 217m**

**Total de pontos/ acessos atendidos: 29 und**

**Custo da obra sem BDI: R\$ 157.762,53**

**BDI adotado: 25,36%**

**Custo da obra com BDI: 211.364,59**

**Custo por m: R\$ 974,03**

**Custo por ponto: R\$ 7288,43**

Novo Horizonte d'Oeste, 27 de novembro de 2025.

Assinado de forma digital  
por RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27  
17:35:14 -04'00'

Ricardo Marçal Freire  
Engenheiro Civil – CREA 6620 D/PB  
Responsável técnico





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

### **3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **SUMÁRIO**

<b>1 FINALIDADE.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 OBJETO.....</b>	<b>7</b>
<b>2.2 DESCRIÇÃO SUCINTA DA OBRA.....</b>	<b>8</b>
<b>2.3 REGIME DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.4 PRAZO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.5 ABREVIATURAS.....</b>	<b>9</b>
<b>2.6 NORMAS TÉCNICAS .....</b>	<b>9</b>
<b>2.7 MATERIAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>2.8 MÃO DE OBRA E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA .....</b>	<b>10</b>
<b>2.9 RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.10 PROJETOS.....</b>	<b>11</b>
<b>2.11 DIVERGÊNCIAS.....</b>	<b>11</b>
<b>2.12 CANTEIRO DE OBRAS E LIMPEZA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.12.1 PLACA DA OBRA.....</b>	<b>11</b>
<b>3.0 ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 SERVIÇOS PRELIMINARES.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1.1 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1.2 Programa de gerenciamento de risco - PGR.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1.3 Programa Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO .....</b>	<b>13</b>
<b>3.1.4 PLACA EM AÇO - PELÍCULA I + I - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>3.2 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE .....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 DRENAGEM .....</b>	<b>15</b>
<b>3.4 TRANSPORTES.....</b>	<b>19</b>
<b>4. MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....</b>	<b>22</b>
<b>5. DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

## **1 FINALIDADE**

A presente especificação técnica visa estabelecer as condições gerais para as obras de CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m de Novo Horizonte d'Oeste, com extensão total de 217,00 m.

## **2 DISPOSIÇÕES GERAIS**

Todos os pontos contemplados no presente projeto foram definidos previamente pela administração municipal, bem como a extensão total da solução em função da largura do acesso local. Caso algum ponto apresente inviável a execução, seja por irregularidade do relevo, ou por ocorrência de afloramento de rochas ou por questões de drenagem natural muito intensa, deverá ser comunicada a fiscalização de obras/ setor de engenharia para realocação do dispositivo em melhor local ou implementar outra solução pontual, dentro do princípio da economicidade, da segurança e da qualidade.

### **2.1 OBJETO**

O objeto desta especificação é a implantação das obras de CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, nas localidades a seguir, no município de Novo Horizonte d'Oeste.

Item	Estrada	KM	COORD.
1	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54" W 62° 3' 54"
2	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20" W 62° 4' 13"
3	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28" W 62° 4' 18"
4	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25" W 62° 4' 18"
5	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16" W 62° 4' 18"
6	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9" W 62° 4' 18"
7	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9" W 62° 4' 18"
8	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16" W 62° 4' 18"
9	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57" W 62° 4' 18"
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48" W 62° 4' 18"
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33"





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

			W 62° 4' 18"
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34"
			W 62° 4' 18"
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14"
			W 62° 4' 18"
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2"
			W 62° 4' 18"
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58"
			W 62° 4' 18"
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57"
			W 62° 4' 18"
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29"
			W 62° 4' 18"
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29"
			W 62° 4' 19"
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23"
			W 62° 4' 19"
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15"
			W 62° 4' 18"
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16"
			W 62° 4' 19"
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7"
			W 62° 4' 19"
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58"
			W 62° 4' 19"
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41"
			W 62° 4' 19"
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59"
			W 62° 4' 19"
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46"
			W 62° 4' 19"
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37"
			W 62° 6' 23"
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53"
			W 62° 8' 42"
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6"
			W 62° 8' 45"

## 2.2 DESCRIÇÃO SUCINTA DA OBRA

A construção proposta é a implantação de linhas simples de bueiro tubular de concreto BSTC com diâmetro nominal de 600mm no acesso de propriedades rurais, com tubos padrão PA1 conforme SICRO/DNIT e ABNT NBR 8890:2020, assentados em vala na região da sarjeta sobre berço em cascalho, com bocas de bueiro construídas na entrada e saída do fluxo de água, contendo a camada de aterro superior e fixando a linha firmemente ao solo.

## 2.3 REGIME DE EXECUÇÃO

Regime de EXECUÇÃO INDIRETA por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.







**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

## **2.4 PRAZO**

O prazo para execução da obra será de 60 (Sessenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço .

## **2.5 ABREVIATURAS**

No texto destas especificações técnicas serão utilizadas, além de outras consagradas pelo uso, as seguintes abreviaturas:

- I. OAE: Obra de Arte Especial;
- II. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- III. NBR: Norma Brasileira;
- IV. NR: Norma Regulamentadora;
- V. DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte;
- VI. CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- VII. ART: Anotação de Responsabilidade Técnica;
- VIII. ASTM: American Society for Testing and Materials;
- IX. CA: Concreto Armado

## **2.6 NORMAS TÉCNICAS**

Serão documentos complementares a esta especificação todas as normas ABNT relativas ao projeto, Governo Federal, CREA, normativas e instruções técnicas do IPR/DNIT atualizadas. Referências:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. \*NBR 9793:1987 – Tubos de concreto simples de seção circular para águas pluviais – Requisitos\*. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. \*NBR 9794:1987 – Tubos de concreto armado de seção circular para águas pluviais – Requisitos\*. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. \*NBR 8216:1983 – Irrigação e drenagem – Terminologia\*. Rio de Janeiro: ABNT, 1983.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. \*NBR 8890:2020 – Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário – Requisitos e métodos de ensaio\*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. \*DNIT 023/2024 – ES: Drenagem – Bueiros tubulares de concreto – Especificação de Serviço\*. Brasília: DNIT, 2024.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. \*DNIT 023/2006 – ES: Drenagem – Bueiros tubulares de concreto – Especificação de Serviço\*. Brasília: DNIT, 2006.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. \*DNER-ES 284/97 – Drenagem – Bueiros tubulares de concreto\*. Brasília: DNER, 1997.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. \*Manual de Drenagem de Rodovias\*. Brasília: DNER, 1990.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. \*Álbum de Projetos – Tipos de Drenagem\*. Brasília: DNER, 1988.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. \*DNER-PRO 277/97 – Controle estatístico de obras e serviços\*. Brasília: DNER, 1997.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. \*IPR 736 – Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem – 5ª edição\*. Brasília: DNIT/IPR, 2018. Emenda 3 publicada em 2024.

## **2.7 MATERIAIS**

Todos os materiais necessários serão fornecidos, devendo obedecer às normas técnicas específicas.

## **2.8 MÃO DE OBRA E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**

A contratada deverá empregar mão-de-obra com qualificação nas diversas atividades a serem executadas para a conclusão do empreendimento. Deverá ainda contar com Encarregado de obras em tempo integral dentro do canteiro, além de engenheiro civil de obras responsável pela execução o qual deverá ser o contato direto entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para tratar dos assuntos técnicos pertinentes a execução do objeto.

## **2.9 RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA**

A contratada deverá apresentar antes do início dos trabalhos, a ART referente à execução da obra e aos projetos executivos, quando for o caso.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE  
SETOR DE ENGENHARIA**

## **2.10 PROJETOS**

Os projetos arquitetônicos e executivos serão fornecidos conforme sua aprovação. Se algum aspecto dessa especificação estiver em desacordo com normas vigentes da ABNT, DNIT, CREA e o Governo do Estado de Rondônia, prevalecerão a prescrição contida nas normas desses órgãos.

## **2.11 DIVERGÊNCIAS**

Constará de descrição das normas técnicas dos serviços de materiais e estruturas a serem empregados na obra que constam no quadro de quantidades, obedecendo as normas e os procedimentos técnicos de trabalhabilidade, conforme ABNT, DNIT e outros.

## **2.12 CANTEIRO DE OBRAS E LIMPEZA**

A CONTRATADA deverá elaborar, antes do início das obras e mediante ajuste com a fiscalização, o projeto de canteiro de obras, sendo que as instalações provisórias deverão obedecer às recomendações normativas da ABNT NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção. A construção do canteiro está condicionada à aprovação do seu projeto pela fiscalização.

### **2.12.1 PLACA DA OBRA**

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar a placa padrão do DER/RO, devendo ser instalada em destaque no canteiro de obras, devendo sua localização ser, previamente, aprovada pela fiscalização.

## **3.0 ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS**

### **3.1 SERVIÇOS PRELIMINARES**

#### **3.1.1 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO**

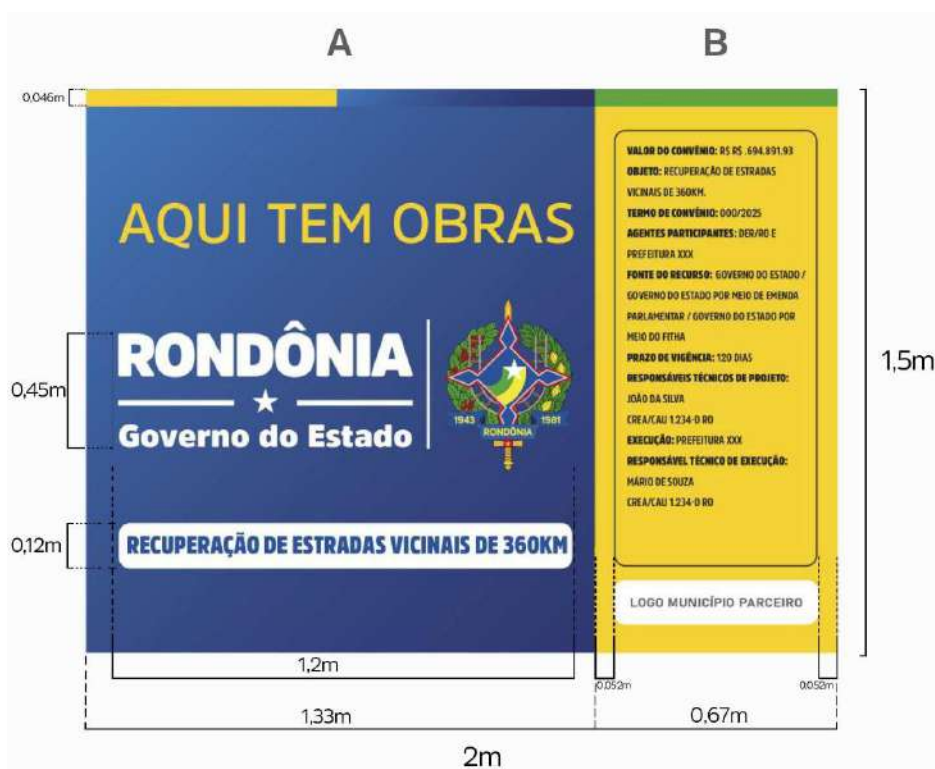
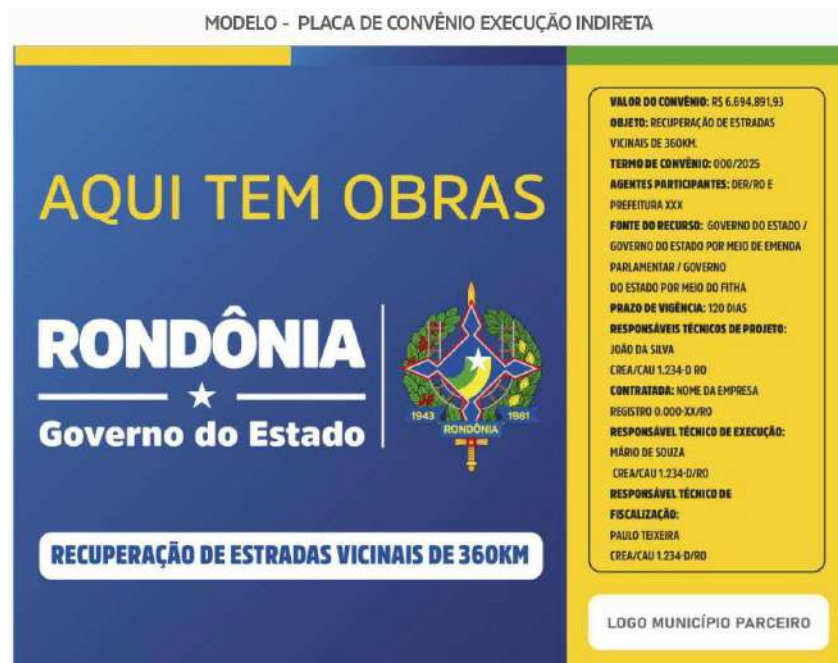
Será instalado placa de obras em local ainda a ser definido pela administração pública, mediante reunião com a equipe técnica e a fiscalização, com medida mínima de 2,00 x 1,50 =





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE  
SETOR DE ENGENHARIA

3,00 m<sup>2</sup> em chapa de aço galvanizada n.16 ou de menor espessura aparelhada com trama de aço reforçada. Deverá seguir os padrões estabelecidos pela Orientação para Confecção de Placa de Obras de Convênio do Governo de Rondônia :





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE  
SETOR DE ENGENHARIA**

As placas deverão ser implantadas nas seguintes localidades:

- Entrada da Linha 152 Norte – 20L LONG: 601898.31 m E | LAT: 8703587.99 m S
- Entrada da linha 148 Norte – 20L LONG: 597136.99 m E | LAT: 8703490.90 m S
- Entrada da Linha 144 Norte - 20L LONG: 593185.32 m E | LAT: 8703470.15 m S

**3.1.2 Programa de gerenciamento de risco - PGR**

O PGR é o documento completo e minucioso que reúne informações norteadoras para a implantação do canteiro de obras, bem como medidas de higiene e segurança dos colaboradores, baseado na NR 18 e NR 01. O PGR deverá ser elaborado em caderno com todas as informações apresentadas de maneira clara e concisa.

**3.1.3 Programa Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO**

O programa de controle médico ocupacional é regulamentado pela norma nº. 07 do ministério do trabalho e emprego. Ela estabelece a obrigatoriedade de criação e implantação do PCMSO com a finalidade de promover e preservar a saúde dos trabalhadores. Deverá ser elaborado em caderno com todas as informações apresentadas de maneira clara e concisa assinado por profissional habilitado.

**3.1.4 PLACA EM AÇO - PELÍCULA I + I - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO**

As placas de sinalização de obra deverão ser implantadas em ambas os sentidos de circulação da via onde se está se executando a implantação do bueiro, com intenção de alertar em tempo hábil todos os condutores que ali trafegam que o trecho passar por obras, com máquinas e homens trabalhando. Devem ser posicionadas com os dizeres de frente para o sentido da via, de modo que fique bastante visível aos condutores, com pelo menos duas de cada placa em cada sentido de circulação, e uma mais próxima ao local de trabalho.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**



### **3.2 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE**

Na obra deverá conter Engenheiro Civil responsável pela CONTRATADA, o qual orientará os trabalhos em campo e dará soluções imediatas para eventuais contratemplos. Este profissional também deverá ser responsável por intermediar as discussões no que concerne aspectos técnicos entre a empresa CONTRATADA e o corpo técnico da CONTRATANTE. Deverá conhecer todos os pormenores da obra e apontar a fiscalização eventuais pontos controversos e que merecem discussão para possível alteração.

Deverá manter em canteiro de obras em tempo integral encarregado de obras, com comprovada experiência no tipo de obras de edificação e norteará todo o operacional da obra para o cumprimento do cronograma.

O profissional de engenharia que irá acompanhar a execução deverá fornecer a respectiva ART.

#### **CRITÉRIO PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

- a) Apresentação da formalização da contratação do engenheiro civil e do encarregado de obras chancelada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE-RO;
- b) Preferencialmente que o engenheiro executor seja o responsável técnico detentor do acervo apresentado na oportunidade do certame licitatório, ou;
- c) Caso seja outro profissional que não o responsável técnico, este só poderá ser aceito caso haja comprovação de atestado de capacidade técnica, compatível com os critérios explicitados no certame licitatório;







**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

### **3.3 DRENAGEM**

Para evitar embaraços com a população local e o acesso às suas propriedades, uma vez aberto a vala, todos os tubos para o ponto deverão ser assentados, rejuntados, e reaterrados, em trabalho contínuo no mesmo dia. É completamente vedado a abertura de valas para assentamento de tubos em momento posterior, gerando transtorno ao acesso da propriedade.

#### **ESCAVAÇÃO DE VALA**

Compreende a execução de escavação mecanizada de valas através de retroescavadeira, mini carregadeira ou similar, para realização dos serviços de drenagem pluvial. A escavação deverá ser realizada com profundidade tal que a geratriz inferior do tubo concorde com nível da sarjeta de modo que o tubo não fique “afogado”, conforme Projeto Planialtimétrico. A largura das valas será conforme o diâmetro da tubulação a ser implantado a ser consultado pelas pranchas de drenagem e memória de cálculo das quantidades. As escavações deverão ser executadas nos alinhamentos, inclinações e dimensões especificadas Projeto Básico/Executivo. Qualquer excesso de escavação realizado pela CONTRATADA e não autorizado pela Fiscalização Municipal, desmoraamentos por falha de execução, imperícia ou por qualquer outro motivo não serão remunerados na medição da obra, e caso necessário a CONTRATADA deverá reconstituir o trecho sem custos para a CONTRATANTE. O material escavado deverá ser depositado a 1,0m da borda da vala, e caso exista volume excedente, faz parte do escopo dos serviços a carga e o transporte desse volume até uma distância de 200 (duzentos) metros.

#### **REATERRO**

As valas escavadas deverão ser reaterradas com o solo proveniente das escavações ou outros aprovados pela Fiscalização Municipal. A área a ser reaterrada deverá ser limpa e todo material deve ser adequado à compactação, isentos de detritos, matéria orgânica, pedras, etc. O serviço de reaterro deverá ser executado com o máximo cuidado para não danificar os tubos de concreto armado assentados para a rede de drenagem pluvial. O equipamento para compactação será escolhido em função das condições e natureza do solo, podendo ser





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

utilizado compactador de percussão tipo “sapo”, placas vibratórias ou similares. O reaterro deverá ser executado de tal modo que proporcione recobrimento mínimo de pelo menos 60cm sobre a geratriz superior do tubo conforme norma DNIT 023/2024 – ES.

#### **BERÇO PARA OS TUBOS E BOCAS**

O tubo deverá ser assentado sobre berço de material granular de bom índice geotécnico, compactado com espessura de pelo menos 20 cm. A largura deve exceder o diâmetro externo do tubo em pelo menos 10 cm de cada lado, permitindo acomodação adequada e distribuição uniforme das cargas. O fundo da vala precisa estar nivelado, livre de materiais orgânicos, pedras ou qualquer elemento que possa comprometer a integridade do tubo. O material laterítico utilizado deve ser previamente umedecido e compactado em camadas sucessivas, garantindo que não haja espaços vazios ou zonas de instabilidade. O uso de material isento de torrões e partículas grosseiras é essencial para evitar danos à estrutura do tubo e garantir o desempenho hidráulico do sistema.

As bocas deverão possuir o mesmo tipo de preparação do substrato antes de sua execução, perfazendo todo o limite da área da laje inferior.

#### **TUBULAÇÃO**

Estas especificações referem-se ao fornecimento e assentamento de tubos de concreto armado. Os tubos de concreto armado deverão atender as especificações da ABNT, especificamente a **ABNT NBR 8890:2020** – *Tubos de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário – Requisitos e métodos de ensaio* e DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *IPR 736 – Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem – 5ª edição*. Brasília: DNIT/IPR, 2018. Emenda 3 publicada em 2024.

O assentamento será feito atendendo aos diâmetros previstos no projeto. Os tubos serão do tipo macho e fêmea, classe PA-1 fabricados com concreto armado para o de diâmetro igual a 600mm, que deverão ser assentados em berço em cascalho, sobre o fundo da vala, devidamente preparado para que a superfície de contato com o solo corresponda, no mínimo, a 60% do diâmetro externo. Os tubos serão assentados rigorosamente seguindo alinhamento reto em planta e em perfil, de acordo com as declividades previstas em projeto. O rejuntamento será feito com argamassa de cimento e areia no traço, em volume, de 1:3. O







**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

rejuntamento deverá apresentar a conformação de anel com seção triangular com as duas faces do triângulo aderente ao tubo.

#### BOCAS DE ALA

Com os tubos devidamente assentados e reaterrados, deverão ser executados as bocas de bueiro. As bocas deverão possuir a geometria detalhada em prancha do projeto, seguindo estritamente as dimensões, larguras, alturas e espessuras. Deverá ser utilizado concreto Fck maior ou igual a 20 MPa em concreto simples, conforme especificações do IPR-736/2018 e composições de custo do SICRO/DNIT.

#### ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

##### I – CONTROLE DE INSUMOS

O controle tecnológico do concreto empregado será realizado de acordo com as normas ABNT NBR 12655 e ABNT NBR 6118. Deverá ser estabelecido, previamente, o plano de retirada dos corpos de prova de concreto e das amostras de aço, cimento, agregados e demais materiais, de forma a satisfazer às especificações respectivas. Os tubos de concreto serão controlados através dos ensaios preconizados pela norma ABNT NBR 8890. O ensaio de consistência do concreto será feito de acordo com a norma ABNT NBR 16889 ou ABNT NBR 15823-2, sempre que ocorrer alteração no teor de umidade dos agregados, na execução da primeira amassada do dia, após o reinício dos trabalhos, desde que tenha ocorrido interrupção por mais de duas horas, cada vez que forem moldados corpos de prova e na troca de operadores.

##### II – CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios. Deverão ser verificados, conforme projeto, as dimensões do dispositivo e seu correto posicionamento. Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

quais será feito o acompanhamento da execução. As dimensões das seções transversais avaliadas não devem diferir das indicadas no projeto de mais de 1 %, em pontos isolados. Todas as medidas de espessuras efetuadas devem situar-se no intervalo de  $\pm 10 \%$  em relação à espessura de projeto.

### III – CONTROLE DE ACABAMENTO

Será feito o controle qualitativo dos dispositivos, de forma visual, avaliando as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, caso seja necessário, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização. Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

### IV – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços conformes serão medidos de acordo com os seguintes critérios:

a) O corpo do bueiro tubular de concreto será medido pelo seu comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas.

b) Serão medidos os volumes e classificados os materiais referentes às escavações necessárias à execução do corpo do bueiro tubular de concreto.

c) Caso a empresa opte por confeccionar os tubos, deverá ser apresentado resultado do controle tecnológico consoante metodologia definida previamente consoante a NBR 12655, com controle parcial, com a quantidade de dados definidos nos itens 6.2.2 e 6.2.3 da NBR supracitada, 4ª Edição de 25/02/2022.

d) Caso o fornecimento dos tubos ocorra por terceiros, deverá ser apresentado o laudo técnico por cada lote entregue, acompanhado da competente ART/RRT, devidamente assinados pelo responsável técnico do fornecedor.

e) Não será aceito fornecimento de tubos em desacordo com o previsto em c) e d).





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

Os materiais decorrentes das escavações e não aproveitados nos locais contíguos aos dispositivos, deverão ser removidos, medindo-se o transporte efetivamente realizado.

### **3.4 TRANSPORTES**

Esta especificação regulamenta o transporte de materiais que possam ser medidos por volume e/ou massa.

Os materiais transportados abrangidos por esta Especificação podem ser:

-Materiais de 1ª categorias previstos para os serviços de terraplenagem ou oriundos de jazidas, bem como os inservíveis destinados ao Bota-Fora;

- Agregados a serem utilizados na produção de concreto: cimento, areia e brita;

- Fornecimento dos tubos de concreto DN 600mm;

Considera-se o transporte em caminhões basculantes para aqueles materiais que possam ter sua massa/volume facilmente determinado, tais como britas, areia, terra, etc, de acordo com a planilha orçamentária e memorial de cálculo de quantitativos

Considera-se ainda o transporte em caminhões com carroceria de madeira/ basculante para aqueles que apresentem dificuldade em determinação do volume, mas com peso facilmente obtido, seja através de mensuração em balança ou de cálculo de unidade x densidade, tais como peças de concreto pré-moldado e outros.

#### **I – MÉTODO EXECUTIVO**

Os transportes serão efetuados por profissionais habilitados e com experiência comprovada, mesmo quando feitos em locais onde não seja necessária habilitação. Não serão permitidos motoristas não habilitados no DETRAN.

A CONTRATADA torna-se responsável pelo transporte dos materiais desde sua carga até a sua entrega nos pontos determinados pela Fiscalização. Ficam sob sua responsabilidade os cuidados de carregamento e descarregamento, acomodação de forma adequada no veículo e no local de descarga, assim como todas as precauções necessárias durante o transporte.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

Ficam a cargo da CONTRATADA o seguro da carga, quando necessário, assim como do veículo. É obrigação da CONTRATADA o controle das viagens transportadas, a fim de evitar que o material seja descarregado fora do local de destino ou em locais não apropriados. Qualquer que seja o local de transporte, não serão permitidas pessoas viajando sobre a carga. Deverão ser observadas todas as regras da legislação de trânsito no que se refere a transporte de cargas, mesmo dentro dos canteiros de obras.

## II – TRANSPORTE EM CAMINHÕES BASCULANTES

O material deverá ser lançado na caçamba, de maneira que fique uniformemente distribuído, no limite geométrico da mesma, para que não ocorra derramamento pelas bordas durante o transporte.

Para o transporte serão consideradas as distâncias de transporte detalhadas em memória de cálculo do presente projeto.

Deverão ser utilizados caminhões basculantes em número e capacidade compatíveis com a necessidade do serviço e com a produtividade requerida.

A carga deverá ser feita dentro do limite legal de capacidade do veículo (volume e/ou peso), mesmo dentro de canteiros de obras

## III - EQUIPAMENTOS

Todos os veículos utilizados deverão estar em condições técnicas e legais de trafegar em qualquer via pública.

Entende-se por condições técnicas o bom estado do veículo, principalmente no que diz respeito à parte elétrica (faróis, setas, luz de advertência, luz de ré, etc.), motor (emissões de gases, vazamentos, etc.), freios, pneus, direção e sistema hidráulico.

Entende-se por condições legais a existência comprovada da documentação do veículo –Seguro Obrigatório e IPVA em dia e documento de porte obrigatório original.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**  
**SETOR DE ENGENHARIA**

**IV – CRITÉRIOS DE CONTROLE**

O percurso a ser seguido pelo caminhão será objeto de aprovação prévia pela Fiscalização.

O trânsito dos veículos de carga, fora das áreas de trabalho, deverá ser evitado, tanto quanto possível, principalmente onde houver áreas com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

**V – TRANSPORTE EM CAMINHÕES BASCULANTES**

O controle da carga, quanto à distribuição do material, será visual; quanto à determinação do volume, o procedimento será aquele descrito no Critério de Medição, a seguir.

No caso de materiais a serem medidos na báscula, tais como os provenientes de demolições, deverá haver a distribuição homogênea, de modo a permitir o cálculo do volume transportado em cada viagem.

Os caminhões deverão ter as dimensões de suas caçambas medidas e anotadas, previamente, visando-se facilitar a apropriação dos volumes, no caso de medição por volume solto carregado.

**VI – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

O critério de medição e pagamento dos serviços que dizem respeito a transporte – material de jazida, brita e outros – deverá obedecer aos critérios definidos pelo manual técnico DNIT – Volume 10 – Conteúdo 11 Transportes, bem como demais manuais técnicos estaduais que estão em consonância com o primeiro. Os referidos manuais estão em concordância quanto aos critérios e preveem:

A medição do serviço de transporte deve ser realizada em função da multiplicação dos metros cúbicos ou toneladas de material pela distância média. A distância média de transporte (DMT) é obtida através da média ponderada das distâncias de transporte ao longo do trecho, do local de jazida, para o cascalho por exemplo, até o local de descarga do material.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE  
SETOR DE ENGENHARIA**

#### **4. MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A medição da execução sobre serviços efetivamente realizados, será de acordo com o que foi previsto no contrato, e com as recomendações da FISCALIZAÇÃO.

Nos preços unitários deverá estar incluso a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, transporte em geral, encargos e eventuais necessários à execução do serviço.

Os serviços serão pagos para as quantidades medidas, pelos preços unitários contratuais, nos quais, já estarão incluídos, carga, descarga, espalhamento e transporte e/ou outros, assim como toda a mão-de-obra, equipamentos, materiais e demais encargos, necessários à plena execução dos serviços.

#### **5. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Finalizado a execução de todos os serviços a obra deverá ser entregue limpa, removendo-se qualquer resíduo de obras, como: pedaços de barra de aço, pedaços de madeira, tijolos, detritos de concreto/ argamassa, entre outros. O canteiro de obras deverá ser removido completamente como parte da desmobilização, cabendo a empresa providenciar destinação adequada.

Novo horizonte d'Oeste, 27 de novembro de 2025.

Ricardo Marçal Freire  
Engenheiro Civil – CREA 6620 D/PB  
Responsável técnico





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Documentos</b>	<b>Projeto Básico</b>	<b>18/03/2026</b>

ID: **311419**

CRC: **51F2CB96**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **EDELMA SOUZA LIMA**

Criação: **18/03/2026 12:30:01** Finalização: **18/03/2026 12:30:01**

Processo



Documento



MD5: **D69F6B2F4B0D947F82FDBC394400AD30**

SHA256: **454B7887EC4958F1A38E9CDCC219A38D6644BCE44026BE44EAB0FEFF851A4C5A**

Súmula/Objeto:

**engenharia**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

18/03/2026 12:30:01

#### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

18/03/2026 12:30:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311419 e o CRC 51F2CB96.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM**  
**COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL – COLMAM**

Av. Farquar, nº 2986 – Complexo Rio Madeira – Edifício Rio Cautário – Térreo  
Bairro Pedrinhas – Porto Velho - RO – CEP 76.801-470  
Fone / Fax: (69) 3212-9611  
Email: colmam@sedam.ro.gov.br

**DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

INFORMAÇÕES DO REQUERIMENTO		
<b>CERTIDÃO AMBIENTAL nº:</b> 2025KAQOHY8K	<b>Vencimento:</b> 01/10/2026	
A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 3.686 de 08 de dezembro de 2015, expede a presente <b>CERTIDÃO AMBIENTAL</b> .		
INFORMAÇÕES DO REQUERENTE		
<b>Nome/Razão Social:</b> Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste		
<b>CPF/CNPJ:</b> 63.762.009/0001-50	<b>Inscrição Estadual:</b> -	
<b>Logradouro:</b> Elza Vieira Lopes		<b>Número:</b> 4803
<b>Complemento:</b> SEDE	<b>Bairro:</b> Centro	
<b>Município:</b> Novo Horizonte do Oeste	<b>UF:</b> RO	<b>CEP:</b> 76956-000
<b>E-mail:</b> semagrinovohorizonte-ro@outlook.com	<b>Telefone/Celular:</b> (69) 99602-2539	
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE		
<b>Atividade:</b> 36 - Sistema de drenagem de águas pluviais (galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais)		
<b>Unidade de Medida:</b> Distância em km (quilômetro)	<b>Porte:</b> Até 10	<b>Condicionante:</b> Em vias consolidadas
<b>Área embargada:</b> Não		
<b>Número do recibo do Cadastro Ambiental Rural (CAR):</b> RO-00000000-0000.0000.0000.0000.0000.0000.0000.0000		
<b>Código de barras do boleto (DARE):</b> 000000000000-0 000000000000-0 000000000000-0 000000000000-0		
LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE		
<b>Localização:</b> Zona rural	<b>Latitude:</b> 11° 42' 41.0747"	<b>Longitude:</b> 62° 03' 53.1779"



<b>Logradouro:</b> Linhas Vicinais		<b>Número:</b> 00000
<b>Complemento:</b> VÁRIAS LINHAS	<b>Bairro:</b> Area Rural	
<b>Município:</b> Novo Horizonte do Oeste	<b>UF:</b> RO	<b>CEP:</b> 76956-000
<b>QUESTIONÁRIO - AUTODECLARATÓRIO</b>		
<b>Qual a situação do empreendimento?</b> Não iniciado		
<b>A área da ampliação ou alteração da atividade ou empreendimento altera o seu porte para além dos limites previstos na Resolução CONSEPA 01/2019?</b> Não		
<b>Haverá previsão de supressão de vegetação nativa na área do empreendimento?</b> Não		

## DETERMINANTES

1. A dispensa de licenciamento ambiental de que trata a Resolução CONSEPA nº 01 não se aplica aos empreendimentos e atividades de impacto de âmbito local situados em municípios considerados pelo CONSEPA como aptos para promover o licenciamento ambiental, devendo, neste caso, prevalecer a regulamentação específica do respectivo ente municipal;
2. A dispensa de licenciamento ambiental não isenta o empreendedor de promover o licenciamento ambiental das demais atividades e obras independentes localizadas no mesmo local que não estejam listados no Anexo I da Resolução CONSEPA 01/2019;
3. Caso haja qualquer alteração na atividade que implique na mudança de sua classe conforme enquadramento contido no Anexo I da Resolução CONSEPA 01/2019, o interessado fica obrigado a requerer a licença ambiental junto a SEDAM;
4. A dispensa de licenciamento ambiental não é válida para atividades que necessitem realizar supressão de vegetação nativa;
5. A dispensa de licenciamento ambiental não desobriga o responsável pela atividade do atendimento às normas de uso e ocupação do solo do município; e de obter as demais licenças, autorizações, registros, anuências, alvarás, certidões, certificados, laudos e outros atos declaratórios e autorizativos similares legalmente exigíveis na esfera municipal, estadual ou federal, necessários à instalação ou operação do empreendimento ou atividade;
6. A dispensa de licenciamento ambiental não desobriga o responsável e adotar as ações de controle que se fizerem necessárias à proteção do meio ambiente durante as fases de instalação, operação e desativação do empreendimento ou atividade;
7. A propriedade deverá ser inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no prazo estabelecido na legislação, quando necessário;
8. Esta dispensa não exime o empreendedor da obtenção do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais – CEPFOP, caso a atividade utilize lenha;
9. Esta dispensa não exime o empreendedor de obter outorga preventiva ou outorga de direito de uso dos recursos hídricos ou dispensa de outorga, quando for o caso;
10. Esta Certidão Ambiental não autoriza a supressão de vegetação;
11. Esta dispensa não exime o empreendedor de zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas, de minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental e de uso e ocupação do solo vigente;
12. A dispensa de licenciamento ambiental não inibe ou restringe, de qualquer forma, a ação fiscalizatória da União, do Estado e dos municípios;
13. Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do interessado pela atividade, respondendo este legalmente pelas mesmas;
14. Esta Certidão foi autorizada conforme Parecer Técnico nº 1170/COLMAM/SEDAM, de 06 de maio de 2020, folha 10 e 11.





As informações poderão ser confirmadas através do acesso ao site **[www.sedam.ro.gov.br](http://www.sedam.ro.gov.br)**





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Documentos</b>	<b>Dispensa de Licenciamento Ambiental</b>	<b>18/03/2026</b>

ID: **311420**

CRC: **B0BFB908**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **EDELMA SOUZA LIMA**

Criação: **18/03/2026 12:30:02** Finalização: **18/03/2026 12:30:02**

Processo



Documento



MD5: **8D9FFA89B822F518A06C1F93872504F8**

SHA256: **D00E4503256B4B6E9044DE55786E2B7130719E0A144413CB5A7DEF04437EACC6**

Súmula/Objeto:

**engenharia**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

18/03/2026 12:30:02

#### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

18/03/2026 12:30:02

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311420 e o CRC B0BFB908.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

---

# RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

**OBRA:** Construção de Bueiros Simples Tubular em Concreto

**LOCAL:** Vias Vicinais

Novo Horizonte do Oeste-RO  
Julho 2025





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 1,1. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 152 N, KM 4,1. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

---



5 de jun. de 2025, 12:48:15  
S 11° 39' 28", W 62° 4' 18"  
Monica Bolsoni  
Linha 152 km 8.0 lado norte

LINHA: 152 N, KM 8.0. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



5 de jun. de 2025, 12:51:19  
S 11° 39' 25", W 62° 4' 18"  
Vitor Garcia  
Linha 152 km 8.1 lado norte

LINHA: 152 N, KM 8,1. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



5 de jun. de 2025, 13:00:51  
S 11° 39' 16", W 62° 4' 18"  
Ozia lorenço  
Linha 152 km 8.5 lado norte

LINHA: 152 N, KM 8,5. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 8,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



5 de jun. de 2025, 13:51:17  
S 11° 39' 9", W 62° 4' 18"  
Carlos Alberto  
Linha 152 km 8.7 lado norte

LINHA: 152 N, KM 8.7. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



5 de jun. de 2025, 13:51:52  
S 11° 39' 9", W 62° 4' 18"  
João  
Linha 152 km 8.7 lado norte

LINHA: 152 N, KM 8.7. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 9. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 152 N, KM 9.1. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



5 de jun. de 2025, 13:08:07  
S 11° 38' 48", W 62° 4' 18"  
Vanderlei Lemos  
Linha 152 km 9.3 lado norte

LINHA: 152 N, KM 9,3 . TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



5 de jun. de 2025, 13:10:11  
S 11° 38' 34", W 62° 4' 18"  
Robson  
Linha 152 km 9.7 lado norte

LINHA: 152 N, KM 9,7. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.

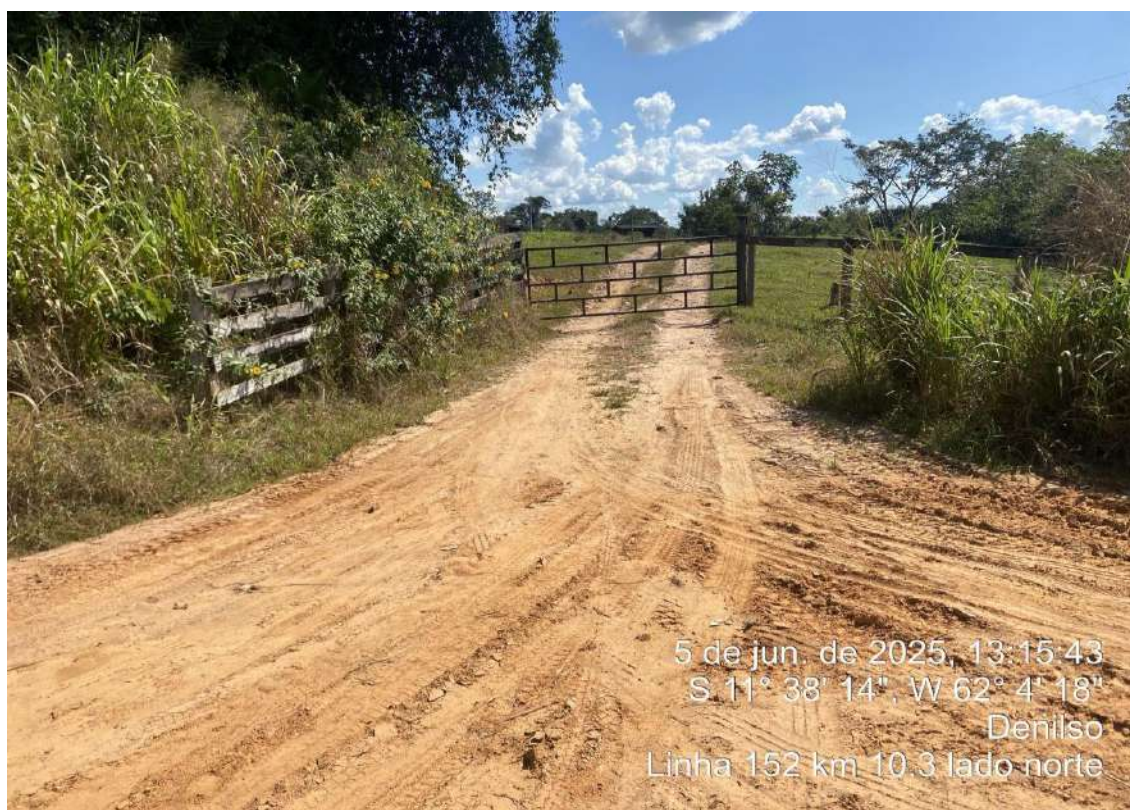




ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 9,7. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 152 N, KM 10,3. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 10,7. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 152 N, KM 10,8. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



5 de jun. de 2025, 13:19:24  
S 11° 37' 58", W 62° 4' 18"  
Fridalina  
Linha 152 km 10,8 lado norte

LINHA: 152 N, KM 10,8. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



5 de jun. de 2025, 13:23:43  
S 11° 37' 29", W 62° 4' 18"  
Leoni Bolsoni  
Linha 152 km 11,7 lado norte

LINHA: 152 N, KM 11,7. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 13,4. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 152 N, KM 13,6. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



5 de jun. de 2025, 13:29:56  
S 11° 36' 15", W 62° 4' 18"  
Alemão irmão do Jorginho  
Linha 152 km 13.9 lado norte

LINHA: 152 N, KM 13,9. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



5 de jun. de 2025, 13:31:30  
S 11° 36' 16", W 62° 4' 19"  
Jonas  
Linha 152 km 14.1 lado norte

LINHA: 152 N, KM 14,1. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



5 de jun. de 2025, 13:33:08  
S 11° 36' 7" W 62° 4' 19"  
Sidinei Dias  
Linha 152 km 14.2 lado norte

LINHA: 152 N, KM 14,2. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



27 de jun. de 2025, 10:53:33  
S 11° 35' 58" W 62° 4' 19"  
Cláudio da Silva  
Linha 152 km 14.4 lado norte

LINHA: 152 N, KM 14,4. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 14,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 14,9. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 152 N, KM 19,9. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



LINHA: 152 N, KM 20,0. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



LINHA: 148 N, KM 7,2. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 14,00 M.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE D'OESTE  
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



1 de jul. de 2025, 17:08:35  
S 11° 39' 53", W 62° 8' 42"  
Joel savassine  
Linha 144 km 6.6 lado Norte

LINHA: 144 N, KM 6,6. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



1 de jul. de 2025, 17:58:24  
S 11° 37' 6", W 62° 8' 45"  
Vagner favaro  
Linha 144 km 12 lado Norte

LINHA: 144 N, KM 12,0. TIPO: BSTC D = 0,60 SIMPLES, EXTENSÃO DE 7,00 M.



## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Documentos</b>	<b>Relatório Fotográfico</b>	<b>18/03/2026</b>

ID: **311421**

CRC: **4BCED553**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **EDELMA SOUZA LIMA**

Criação: **18/03/2026 12:30:02** Finalização: **18/03/2026 12:30:03**

Processo



Documento



MD5: **44A8B2308AAC571BFD3965C31D04B926**

SHA256: **1FBAE632505112669E177305554F6BA79FC9832803B82E3AB00202EB17EC5465**

Súmula/Objeto:

**engenharia**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

18/03/2026 12:30:02

#### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

18/03/2026 12:30:02

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311421 e o CRC 4BCED553.





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO



1. Responsável Técnico(a)

**RICARDO MARÇAL FREIRE**

Título do Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL /**

Empresas.: **ETNA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**

RNP: **1602625883**

Registro: **6620D PB**

Registro: **4814EMRO**

2. Dados do Contrato

**Contratante: PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE D'OESTE/RO**

RUA **AV. ELZA VIEIRA LOPES**

Nº.: **4803** Comp.: **PAÇO MUNICIPAL**

Contrato: **NE Nº 634/2025 - NHO**

Valor: **1,20**

Ação Institucional: **Órgão Público**

Bairro.: **CENTRO**

Cidade.: **NOVO HORIZONTE DO OESTE** UF: **RO**

Celebrado:

Tipo Contratante: **PJ Direito Público**

Forma de Registro: **Inicial**

Motivo: **Novo Contrato**

CPF/CNPJ: **63762009000150**

Telefone.: **69981241816**

País: **BRA** CEP.: **76956970**

Vinculado à ART: **8500391476**

Substituição:

Participação Téc.: **Individual**

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: **AV. ELZA VIEIRA LOPES**

Nº: **4803** Comp.: **PAÇO MUNICIPAL**

Data de Início: **05/06/2025**

Previsão de término: **05/06/2026**

Finalidade: **Infra-estrutura**

Proprietário(a): **PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE D'OESTE/RO**

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **NOVO HORIZONTE DO OESTE**

Coordenadas Geográficas: ,

Telefone.: **69981241816**

UF: **RO** CEP.: **76956970**

CPF/CNPJ: **63762009000150**

4. Atividade Técnica

Nível de atuação  
ELABORAÇÃO EM BIM

Atividade técnica  
PROJETO DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS

QTD  
217,00

Unidade  
m

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO. Após a conclusão das atividades técnicas o(a) profissional deverá proceder à baixa desta ART

5. Declarações

**Acessibilidade:**

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

RICARDO MARÇAL FREIRE - 649.030.601-87

Nome do profissional - CPF:

PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE D'OESTE/RO - 63.762.009/0001-50

Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

\* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crearo.org.br](http://www.crearo.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)

\* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do(a) profissional e do(a) contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE: **E29AC-C9423-2FED4-5C81C-0B516**  
[www.crearo.org.br](http://www.crearo.org.br) atendimento@crearo.org.br  
tel: (69) 2181-1072



**CREA-RO**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia

Observações ( Resumo do Contrato )

PROJETO DE BUEIROS PADRÃO DER/DNIT BSTC PA-01 DN 600 MM EM 29 INTERVENÇÕES - NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Documentos		ART de Projeto		18/03/2026
ID:	311422		Processo	Documento
CRC:	71A85CD9			
Processo:	1-308/2026			
Usuário:	EDELMA SOUZA LIMA			
Criação:	18/03/2026 12:30:03	Finalização:	18/03/2026 12:30:03	
MD5:	3077749ECC78B7B8CDCD0E947A6F5A41			
SHA256:	FAE2739FD30A0712F8BE9B720C20408A21B1589B26587B92FC8FB693B4B2E9A9			
Súmula/Objeto:				
engenharia				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				18/03/2026 12:30:03
ASSUNTOS				
CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M				18/03/2026 12:30:03

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311422 e o CRC 71A85CD9.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m  
EXTENSÃO TOTAL: 217m  
LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

BDI S/ DESONERAÇÃO 25,36%  
BDI C/ DESONERAÇÃO 31,71%

Referência Utilizada: SINAPI RO NOVEMBRO/2025  
DER / RO JULHO/2025  
SICRO NOVO JULHO/2025  
DATA: 20/11/2025

						SEM DESONERAÇÃO		COM DESONERAÇÃO	
ITEM	CÓDIGO	REFERENCIA	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	P. UNIT	TOTAL	P. UNIT	SUB TOTAL
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	9748007	DER-RO	Fornecimento e Implantação de Placa de Informação de Obras com Suporte e Travessa (m²) - 3 placas com dimensão de 2.00m x 1.50m	m²	9,000	326,25	2.936,25	333,07	2.997,63
1.2	9748002	DER-RO	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR's 1, NR 9 e NR 18.	und	1,000	6.793,90	6.793,90	6.480,70	6.480,70
1.3	9748003	DER-RO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	und	1,000	4.302,67	4.302,67	4.087,76	4.087,76
1.4	5213570	SICRO NOVO	Placa em aço - película I + I - fornecimento e implantação	m²	5,000	613,80	3.069,00	637,38	3.186,90
TOTAL DE SERVIÇOS PRELIMINARES							17.101,82		16.752,99
2			ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE						
2.1	CPU 01	PROPRIO	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE (ENGENHEIRO CIVIL E MESTRE DE OBRAS)	Mês	2,000	10.403,69	20.807,38	9.841,74	19.683,48
TOTAL ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE							20.807,38		19.683,48
3			DRENAGEM						
3.1	9708001	DER-RO	Corpo de BSTC D = 0,60 m PA1 com berço em cascalho - areia e brita comerciais	m	217,000	384,32	83.397,44	401,15	87.049,55
3.2	804081	SICRO NOVO	Boca de BSTC D = 0,60 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	und	58,000	1.119,57	64.935,06	1.150,99	66.757,42
3.3	4805757	SICRO NOVO	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	460,040	9,00	4.140,36	9,23	4.246,17
3.4	4815671	SICRO NOVO	Reaterro e compactação com soquete vibratório	m³	361,600	24,47	8.848,35	24,35	8.804,96
TOTAL DRENAGEM							161.321,21		166.858,10
4			TRANSPORTES						
4.1	5914614	SICRO NOVO	Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia pavimentada [ Transporte dos tubos - DMT = 34,20 km ]	txkm	2.403,410	2,33	5.599,95	2,42	5.816,25
4.2	5914599	SICRO NOVO	Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia em revestimento primário [ Transporte dos tubos - DMT = 10,78km ]	txkm	758,430	2,93	2.222,20	3,06	2.320,80
4.3	5914389	SICRO NOVO	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte cimento - DMT = 9,97 km ]	txkm	152,060	1,04	158,14	1,09	165,75
4.3-1	5914389	SICRO NOVO	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte areia - DMT= 9,97 km ]	txkm	511,980	1,04	532,46	1,09	558,06
4.3-2	5914389	SICRO NOVO	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte brita - DMT = 36,97km ]	txkm	2.203,280	1,04	2.291,41	1,09	2.401,58
4.4	5914374	SICRO NOVO	Transporte de concreto com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário [ Transporte do concreto da central de concreto até o ponto - DMT = 10,78 km ]	txkm	1.400,020	0,95	1.330,02	1,00	1.400,02
TOTAL TRANSPORTES							12.134,18		12.662,46
TOTAL GERAL DA OBRA							211.364,59		215.957,03

DUZENTOS E ONZE MIL, TREZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS



ID: 311423 e CRC: 722E3259

Ricardo Marc

Assinado de forma digital por  
RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27 17:38:13  
-04'00'



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m  
EXTENSÃO TOTAL: 217m  
LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

Assinado de forma digital por  
RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27 17:41:10 -04'00'

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇOS (R\$)	DIAS	
			30	60
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	17.101,82	100,00%	0,00%
			17.101,82	-
2.0	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE	20.807,38	66,69%	33,31%
			13.876,44	6.930,94
3.0	DRENAGEM	161.321,21	60,00%	40,00%
			96.792,73	64.528,48
4.0	TRANSPORTES	12.134,18	100,00%	0,00%
			12.134,18	-
VALOR TOTAL		211.364,59		
Percentual Parcial Percentual Acumulado Valor Parcial com BDI = 25,36% Valor Acumulado com BDI = 25,36%			66,19%	33,81%
			66,19%	100,00%
			R\$ 139.905,17	R\$ 71.459,42
			R\$ 139.905,17	R\$ 211.364,59



# Relatório de Composições

FONTE	VERSÃO	HORA	MES
SINAPI	2025/07 SEM DESONERAÇÃO	118,72%	72,48%
	PRÓPRIA	-	-

CPU 01 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE (ENGENHEIRO CIVIL E MESTRE DE OBRAS) (Mês)						
Mão de Obra com Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	13,00000000	132,45	1.721,85
90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	180,00000000	36,54	6.577,20
				TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:		8.299,05
				Valor Total:		8.299,05
				Valor Total com BDI:		8.299,05



Assinado de forma digital por  
RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27 17:42:43 -04'00'





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

CURVA ABC SERVIÇOS

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

BDI S/ DESONERAÇÃO 25,36%

BDI C/ DESONERAÇÃO 31,71%

Referência Utilizada: SINAPI RO NOVEMBRO/2025

DER / RO JULHO/2025

SICRO NOVO JULHO/2025

DATA: 20/11/2025

ITEM	CÓDIGO	REFERENCIA	SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	P. UNIT	TOTAL	%	%ACUMULADO	FAIXA
3.1	9708001	DER-RO	Corpo de BSTC D = 0,60 m PA1 com berço em cascalho - areia e brita comerciais	m	217,000	R\$ 384,32	R\$ 83.397,44	39,46%	39,46%	A
3.2	804081	SICRO NOVO	Boca de BSTC D = 0,60 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	und	58,000	R\$ 1.119,57	R\$ 64.935,06	30,72%	70,18%	B
2.1	CPU 01	PROPRIO	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE (ENGENHEIRO CIVIL E MESTRE DE OBRAS)	Mês	2,000	R\$ 10.403,69	R\$ 20.807,38	9,84%	80,02%	C
3.4	4815671	SICRO NOVO	Reaterro e compactação com soquete vibratório	m³	361,600	R\$ 24,47	R\$ 8.848,35	4,19%	84,21%	C
1.2	9748002	DER-RO	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR's 1, NR 9 e NR 18.	und	1,000	R\$ 6.793,90	R\$ 6.793,90	3,21%	87,42%	C
4.1	5914614	SICRO NOVO	Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia pavimentada [ Transporte dos tubos - DMT = 34,20 km ]	txkm	2.403,410	R\$ 2,33	R\$ 5.599,95	2,65%	90,07%	C
1.3	9748003	DER-RO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7	und	1,000	R\$ 4.302,67	R\$ 4.302,67	2,04%	92,11%	C
3.3	4805757	SICRO NOVO	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	460,040	R\$ 9,00	R\$ 4.140,36	1,96%	94,07%	C
1.4	5213570	SICRO NOVO	Placa em aço - película I + I - fornecimento e implantação	m²	5,000	R\$ 613,80	R\$ 3.069,00	1,45%	95,52%	C
1.1	9748007	DER-RO	Fornecimento e Implantação de Placa de Informação de Obras com Suporte e Travessa (m²) - 3 placas com dimensão de 2.00m x 1.50m	m²	9,000	R\$ 326,25	R\$ 2.936,25	1,39%	96,91%	C
4.3-2	5914389	SICRO NOVO	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte brita - DMT = 36,97km ]	txkm	2.203,280	R\$ 1,04	R\$ 2.291,41	1,08%	97,99%	C
4.2	5914599	SICRO NOVO	Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia em revestimento primário [ Transporte dos tubos - DMT = 10,78km ]	txkm	758,430	R\$ 2,93	R\$ 2.222,20	1,05%	99,04%	C
4.4	5914374	SICRO NOVO	Transporte de concreto com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário [ Transporte do concreto da central de concreto até o ponto - DMT = 10,78 km ]	txkm	1.400,020	R\$ 0,95	R\$ 1.330,02	0,63%	99,67%	C
4.3-1	5914389	SICRO NOVO	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte areia - DMT= 9,97 km ]	txkm	511,980	R\$ 1,04	R\$ 532,46	0,25%	99,93%	C
4.3	5914389	SICRO NOVO	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte cimento - DMT = 9,97 km ]	txkm	152,060	R\$ 1,04	R\$ 158,14	0,07%	100,00%	C

TOTAL R\$ 211.364,59

Ricardo Marc

Assinado de forma digital  
por RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27  
17:41:46 -04'00'



ID: 311423 e CRC: 722E3259



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - SEM DESONERAÇÃO**

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60	20,97	24,23

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,80	4,01	4,67	4,67
Seguro e Garantia (*)	0,32	0,40	0,74	0,74
Risco	0,50	0,56	0,97	0,97
Despesas Financeiras	1,02	1,11	1,21	1,21
Lucro	6,64	7,30	8,69	8,69
<b>Tributos (soma dos itens abaixo)</b>	<b>5,15</b>	<b>6,65</b>	<b>8,65</b>	<b>6,65</b>
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	3,00
<b>TOTAL</b>				<b>25,36</b>

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

*Ricardo Marc'al*

Assinado de forma digital  
por RICARDO MARC'AL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27 17:40:25  
-04'00'







**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

**COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - COM DESONERAÇÃO**

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60	20,97	24,23

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MEDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,80	4,01	4,67	4,67
Seguro e Garantia (*)	0,32	0,40	0,74	0,74
Risco	0,50	0,56	0,97	0,97
Despesas Financeiras	1,02	1,11	1,21	1,21
Lucro	6,64	7,30	8,69	8,69
<b>Tributos (soma dos itens abaixo)</b>	<b>5,15</b>	<b>6,65</b>	<b>8,65</b>	<b>11,15</b>
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	3,00
CPRB	4,50	4,50	4,50	4,50
<b>TOTAL</b>				<b>31,71</b>

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

MEMORIAL DE CÁLCULO

Referência Utilizada: DER / RO JULHO/2025

Mês de Referência: SICRO NOVO JULHO/2025

DATA: 20/11/2025

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

Assinado de forma digital por  
RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27 17:39:34 -04'00'

TABELA RESUMO

Item	Estrada	KM	COORD.	QTD. DE TUBOS (m)	Tubos DN 600 PA 1 peso unitário (T)	Peso total (t)	Vol. Unit. concreto boca	Volume total por ponto
1	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54" W 62° 3' 54"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
2	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20" W 62° 4' 13"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
3	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
4	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
5	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
6	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
7	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
8	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
9	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29" W 62° 4' 19"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23" W 62° 4' 19"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15" W 62° 4' 18"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16" W 62° 4' 19"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7" W 62° 4' 19"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58" W 62° 4' 19"	14,00	0,324	4,53	0,93	1,86
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41" W 62° 4' 19"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59" W 62° 4' 19"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46"	7,00	0,324	2,27	0,93	1,86





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

MEMORIAL DE CÁLCULO

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

Referência Utilizada: DER / RO JULHO/2025

Mês de Referência: SICRO NOVO JULHO/2025

DATA: 20/11/2025

26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	W 62° 4' 19"	7,00	-	1,00	
SUBTOTAL LINHA 152 NORTE					61,21 ton	48,46 m³	
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37"	14,00	0,324	4,53	1,86
			W 62° 6' 23"			0,93	
SUBTOTAL LINHA 148 NORTE					4,53		1,86
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53"	7,00	0,324	2,27	1,86
			W 62° 8' 42"			0,93	
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6"	7,00	0,324	2,27	1,86
			W 62° 8' 45"			0,93	
SUBTOTAL LINHA 144 NORTE					4,53		3,73
TOTAL GERAL					217,00 m	70,28 Ton	54,06 m³

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 Fornecimento e Implantação de Placa de Informação de Obras com Suporte e Travessa (m²) - 3 placas com dimensões DER-RO 9748007

Largura da placa	x	Altura	x	Frentes	=	9,00	m²
2,00	x	1,50	x	3,000	=		

1.2 Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR's 1, NR 9 e NR 18. DER-RO 9748002

01 unidade do programa

1.3 Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7 DER-RO 9748003

01 unidade do programa

1.4 Placa em aço - película I + I - fornecimento e implantação SICRO NOVO 5213570

Largura da placa	x	Altura	x	Quantidade	=	5,00	m²
1,00	x	1,00	x	5,000	=		

2.0 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

2.1 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE (ENGENHEIRO CIVIL E MESTRE DE OBRAS) PROPRIO CPU 01

CRONOGRAMA DE OBRAS = 2,00 meses

3.0 DRENAGEM

3.1 Corpo de BSTC D = 0,60 m PA1 com berço em cascalho - areia e brita comerciais DER-RO 9708001

Total conforme somatório na Tabela 1 = 217,00 m

3.2 Boca de BSTC D = 0,60 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas SICRO NOVO 804081

Und de pontos (tabela 1) x 2 bocas por ponto = 29 x 2 = 58 und





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

MEMORIAL DE CÁLCULO

Referência Utilizada: DER / RO JULHO/2025  
Mês de Referência: SICRO NOVO JULHO/2025  
DATA: 20/11/2025

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m  
EXTENSÃO TOTAL: 217m  
LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

3.3 Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria

SICRO  
NOVO 4805757

(a) Extensão total de pontos = 217,00 m  
(b) Volume de escavação unit. = 2,12 m³/m  
Volume total de escavação = 460,04 m³  
Considerando largura de pelo menos 40cm cada lado e recobrimento mínimo de 60cm Conforme NORMA DNIT 023/2024 – ES  
(a) x (b)

3.4 Reaterro e compactação com soquete vibratório

SICRO  
NOVO 4815671

(a) Volume de escavação unit. = 2,12 m³/m  
(b) Volume do tubo unit = 0,45 m³/m  
(c) Volume total unitario de reaterro = 1,67 m³/m (a) - (b)  
(d) Extensão total de pontos = 217,00 m  
(f) Total volume de reaterro = 361,6 m³ (c) x (d)

4.0 TRANSPORTES

MATERIAL	ORIGEM	COORDENADAS		
Tubos de concreto	Rolim de moura	11°43'31.59"S	61°45'6.93"O	Conforme prancha anexo
Areia	Novo horizonte d'oeste	11°42'31.45"S	61°59'56.41"O	Conforme prancha anexo
Brita	Britador em Alta floresta	11°58'27.90"S	61°59'47.39"O	Conforme prancha anexo
cimento	Novo horizonte d'oeste	11°42'31.45"S	61°59'56.41"O	Conforme prancha anexo

Insumos concreto por ponto

Concreto das bocas por ponto (m³)	1,86	Traço em massa/m3 - c: a: b (Ton)			Cimento Ton	Areia Ton	Brita Ton
Total Concreto 20 MPa	REF 1107892	0,282150	0,95001	1,10262	0,53	1,77	2,06

4.1 Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia pavimentada [ Transporte dos tubos - DMT = 34,20 km]

SICRO  
NOVO 5914614

	Rolim de moura		
	Peso total/linha (t)	Dist. Fixa (km)	Transporte (txkm)
ENTRADA LH 152	61,21	34,20	2.093,31
ENTRADA LINHA 148	4,53	39,00	155,03
ENTRADA LH 144	4,53	43,00	155,06

2.403,41 t x km  
Peso total 70,28 t  
DMT 34,20 km  
(a)  
(b)  
(a) / (b)

4.2 Transporte com caminhão carroceria com capacidade de 7 t e com guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t - rodovia em revestimento primário [ Transporte dos tubos - DMT = 10,78km ]

SICRO  
NOVO 5914599





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

MEMORIAL DE CÁLCULO

Referência Utilizada: DER / RO JULHO/2025  
Mês de Referência: SICRO NOVO JULHO/2025  
DATA: 20/11/2025

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

Transporte realizado do início da Linha (a partir da RO) até o seu destino final por ponto - Peso total x km

Item	Estrada	Dist. Variável por ponto (km)	Peso total (t)	Transporte (txkm)
1	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	2,27	2,5
2	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	2,27	9,31
3	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	2,27	18,16
4	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	2,27	18,39
5	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	2,27	19,3
6	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	2,27	19,75
7	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	2,27	19,75
8	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	2,27	20,43
9	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	2,27	20,66
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	2,27	21,11
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	2,27	22,02
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	2,27	22,02
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	2,27	23,38
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	2,27	24,29
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	2,27	24,52
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	2,27	24,52
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	2,27	26,56
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	2,27	30,42
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	2,27	30,87
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	2,27	31,55
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	2,27	32,01
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	2,27	32,23
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	4,54	65,38
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	2,27	33,82
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	2,27	45,17
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	2,27	45,4
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	4,54	32,69
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	2,27	14,98
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	2,27	27,24

Total 758,43

(a)

Peso total 70,37 t

(b)

DMT 10,78 km

(a) / (b)

4.3 Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada [ Transporte cimento - DMT = 9,97 km ]

SICRO NOVO 5914389

	Vol conc/linha	Novo Horizonte d'Oeste				Alta Floresta doeste		
		Cimento (ton)	Areia (ton)	Dist. fixa (km)	Transporte (txkm)	Brita (ton)	Dist. fixa (km)	Transporte (txkm)
ENTRADA LH 152	48,46	13,67	46,04	9,20	549,38	53,44	36,20	1.934,43
ENTRADA LINHA 148	1,86	0,53	1,77	14,00	32,15	2,06	41,00	84,27
ENTRADA LH 144	3,72	1,05	3,53	18,00	82,51	4,10	45,00	184,58
	54,05			Total	664,04	Total	Total	2.203,28
Total =		2.867,32	(a) + (b)		(a)	(b)		

Transporte total cimento

152,06 txkm (a)



ID: 311423 e CRC: 722E3259



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE

MEMORIAL DE CÁLCULO

Referência Utilizada: DER / RO JULHO/2025  
Mês de Referência: SICRO NOVO JULHO/2025  
DATA: 20/11/2025

OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m

EXTENSÃO TOTAL: 217m

LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE

Peso total cimento e areia	15,25 ton	(b)
<b>DMT cimento e areia</b>	<b>9,97 km</b>	<b>(a) / (b)</b>
Transporte total areia	511,98 txkm	(a)
Peso total areia	51,35 ton	(b)
<b>DMT cimento e areia</b>	<b>9,97 km</b>	<b>(a) / (b)</b>
Transporte total brita	2.203,28 txkm	(a)
Peso total brita	59,59 ton	(b)
<b>DMT brita</b>	<b>36,97 km</b>	<b>(a) / (b)</b>

4.4 Transporte de concreto com caminhão basculante de 10 m<sup>3</sup> - rodovia em revestimento primário [ Transporte do concreto da central de concreto até o ponto - DMT = 10,78 km ] SICRO NOVO 5914374

Distância a partir da central de concreto (entrada da linha) aos pontos

Volume de concreto unitário da boca =	0,932 m <sup>3</sup>	(a)
Peso específico do concreto simples =	2,4 t/m <sup>3</sup>	(b)
Peso unitário da boca =	2,24 t	(a) x (b)
Peso para duas bocas por ponto =	4,48 t	2 x (a) x (b)

Item	Estrada	Dist. Variável por ponto (km)	Total peso material (ton)	Transporte (txkm)
1	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	4,48	4,93
2	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	4,48	18,37
3	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	4,48	35,84
4	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	4,48	36,29
5	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	4,48	38,08
6	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	4,48	38,98
7	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	4,48	38,98
8	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	4,48	40,32
9	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	4,48	40,77
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	4,48	41,66
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	4,48	43,46
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	4,48	43,46
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	4,48	46,14
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	4,48	47,94
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	4,48	48,38
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	4,48	48,38
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	4,48	52,42
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	4,48	60,03
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	4,48	60,93
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	4,48	62,27
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	4,48	63,17
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	4,48	63,62
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	4,48	64,51
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	4,48	66,75
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	4,48	89,15
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	4,48	89,60



ID: 311423 e CRC: 722E3259



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE D'OESTE**

**MEMORIAL DE CÁLCULO**

**OBRA : CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTC D=0,60m**

**EXTENSÃO TOTAL: 217m**

**LOCAL: LINHAS VICINAIS EM NOVO HORIZONTE D'OESTE**

**Referência Utilizada:** DER / RO JULHO/2025

**Mês de Referência:** SICRO NOVO JULHO/2025

**DATA:** 20/11/2025

27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	4,48	32,26
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	4,48	29,57
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	4,48	53,76

**Total transporte material = 1400,02 txkm**

**Peso total dos tubos = 129,92 t**

**DMT = 10,78 km**







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Documentos**

Identificação/Número

**Orçamento Completo**

Data

**18/03/2026**

ID: **311423**

CRC: **722E3259**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **EDELMA SOUZA LIMA**

Criação: **18/03/2026 12:30:03** Finalização: **18/03/2026 12:30:03**

Processo



Documento



MD5: **75A7B10F3412159E6C0EDE529A64505C**

SHA256: **F153FB8D19713540C7C39B90C2FEA8A7A037F7626C2A35FB88938B668EF58ED6**

Súmula/Objeto:

**engenharia**

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

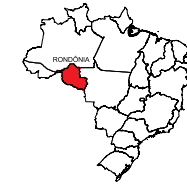
18/03/2026 12:30:03

#### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

18/03/2026 12:30:03

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311423 e o CRC 722E3259.



Localização

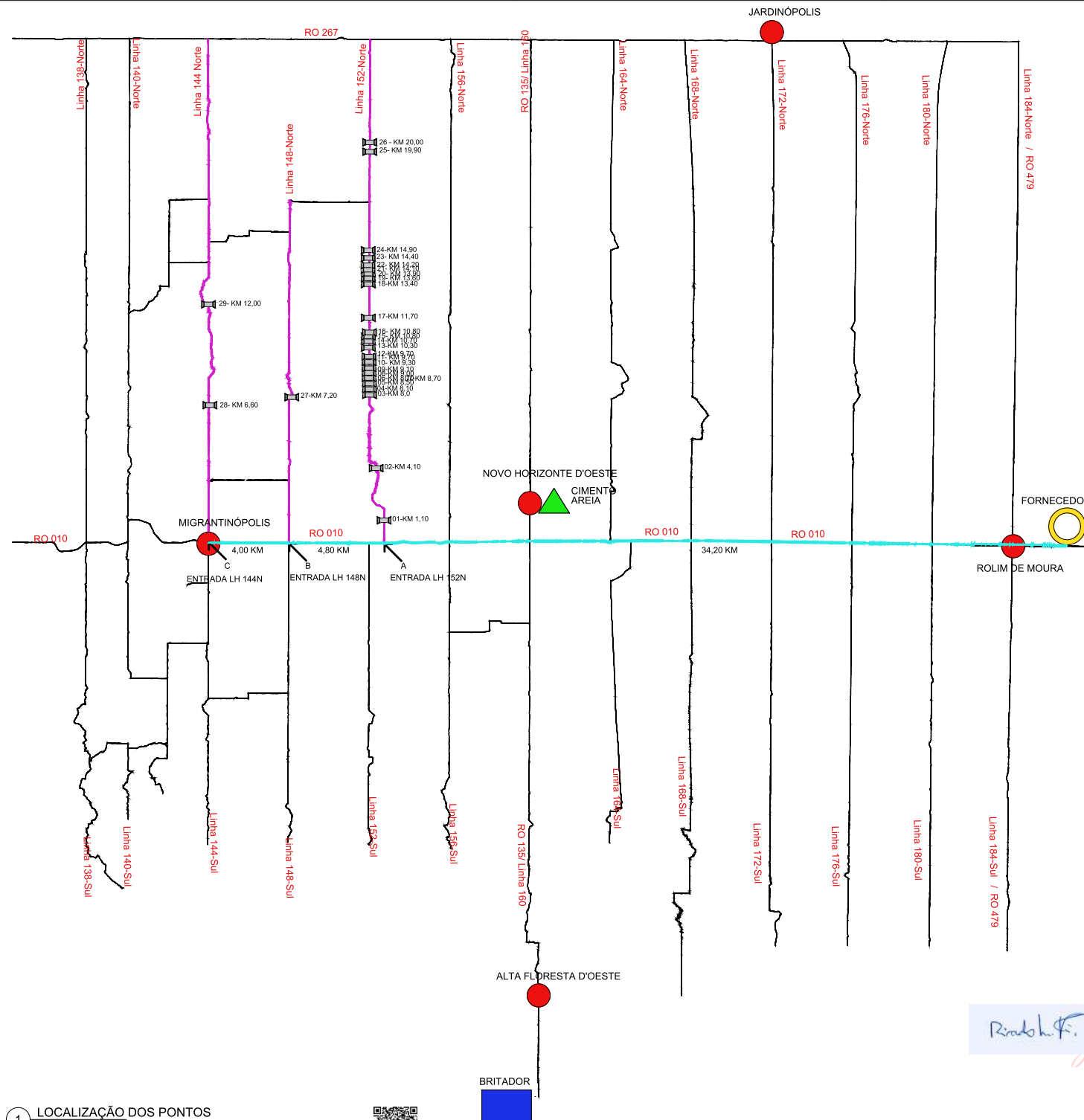
O mapa mostra o Brasil com o estado do Rio de Janeiro destacado. Dentro do Rio de Janeiro, o município de São João del-Rei é destacado com um retângulo vermelho. O mapa inclui coordenadas geográficas: latitude de 22°S a 24°S e longitude de 46°W a 50°W.

RELACÃO DA LOCALIZAÇÃO/IMPLANTAÇÃO				
ITEM	LOCAL	COMP.	TIPO	COORDENADAS
01	UNHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 42' 54" W 62° 3' 54"
02	UNHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 42' 20" W 62° 4' 13"
03	UNHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 39' 20" W 62° 4' 18"
04	UNHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 39' 25" W 62° 4' 18"
05	UNHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	W 62° 4' 18" 5 11° 39' 9"
06	UNHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	W 62° 4' 18" 5 11° 39' 9"
07	UNHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 39' 9" W 62° 4' 18"
08	UNHA 152 KM 9 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 39' 16" W 62° 4' 18"
09	UNHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 38' 57" W 62° 4' 18"
10	UNHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 38' 40" W 62° 4' 18"
11	UNHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 38' 33" W 62° 4' 18"
12	UNHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 38' 34" W 62° 4' 18"
13	UNHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 38' 14" W 62° 4' 18"
14	UNHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 38' 2" W 62° 4' 18"
15	UNHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 37' 54" W 62° 4' 18"
16	UNHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 37' 57" W 62° 4' 18"
17	UNHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 37' 29" W 62° 4' 18"
18	UNHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 36' 29" W 62° 4' 19"
19	UNHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 36' 23" W 62° 4' 18"
20	UNHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 36' 15" W 62° 4' 18"
21	UNHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 36' 16" W 62° 4' 19"
22	UNHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 36' 7" W 62° 4' 19"
23	UNHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,00	BSTC D=0,60	5 11° 35' 58" W 62° 4' 19"
24	UNHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 35' 41" W 62° 4' 19"
25	UNHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 32' 59" W 62° 4' 19"
26	UNHA 152 KM 20 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 32' 46" W 62° 4' 19"
27	UNHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	34,00	BSTC D=0,60	5 11° 39' 37" W 62° 6' 23"
28	UNHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 39' 53" W 62° 8' 42"
29	UNHA 144, KM 12 LADO NORTE	7,00	BSTC D=0,60	5 11° 37' 6" W 62° 8' 45"

Assinado de forma digital por  
RICARDO MARCAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27 17:46:41 -04'00'

TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTD C=0,60m										
PROPRIETÁRIO: <b>Prefeitura municipal de Novo Horizonte d'Oeste - RO</b> CNPJ Nº: 63.762.009/0001-50 ENDEREÇO: <b>Rua Elza Vieira Lopes, 4803 - Novo Horizonte do Oeste, RO, CEP 76956-000</b>										
ENDEREÇO DA OBRA: <b>Vias vicinais do município</b> Conforme croqui apresentado										
AUTOR DO PROJETO E RESPONSÁVEL TÉCNICO:  <b>Ricardo Marçal Freire</b> ENGENHEIRO CIVIL CREA 6620 D/PB		PROPRIETÁRIO DA OBRA:  <b>Município de Novo Horizonte d'Oeste</b>  CNPJ Nº.: <b>63.762.009/0001-50</b>								
PREFEITURA:  	ASSUNTO:  <b>PROJETO ARQUITETÔNICO E IMPLANTAÇÃO          BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO</b>		FOLHA Nº.:  <b>01/02</b>							
ESCALA: _____ INDICADA		DATA:  <b>AGO/25</b>								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">ESTATÍSTICA</th> </tr> <tr> <th>ÁREA (m²)</th> <th>% DE OCUPAÇÃO / COEF. ARROBATEI</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="2">INDICADA NO QUADRO DE ÁREAS</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>				ESTATÍSTICA		ÁREA (m²)	% DE OCUPAÇÃO / COEF. ARROBATEI	INDICADA NO QUADRO DE ÁREAS		
ESTATÍSTICA										
ÁREA (m²)	% DE OCUPAÇÃO / COEF. ARROBATEI									
INDICADA NO QUADRO DE ÁREAS										
										





## LEGENDAS

- MUNICÍPIO
- FORNECEDOR DE BRITA
- FORNECEDOR DE CIMENTO E AREIA
- FORNECEDOR DE TUBOS MAIS PRÓXIMO
- ENTRADA LINHA 152N, 148N, 144N, RESPECTIVAMENTE CENTRAL DE CONCRETAGEM
- LINHAS CONTEMPLADAS NO OBJETO - REVESTIMENTO PRIMÁRIO
- DIST. DO FORNECIMENTO À ENTRADA DA LINHA - PAVIMENTADA

DIST. FIXA FORNECIMENTO DOS TUBOS ATÉ ENTRADA DAS LINHAS

- ATÉ A ENTRADA DA LH 152N : 34,20KM
- ATÉ A ENTRADA DA LH 148N : 34,20 + 4,8KM= 39,00KM
- ATÉ A ENTRADA DA LH 144N : 34,20KM + 4,8KM+4,00KM = 43,00KM

TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTD D=0,60m		
PROPRIETÁRIO: Prefeitura municipal de Novo Horizonte d'Oeste - RO		
CNPJ Nº: 63.762.009/0001-50		
ENDEREÇO: Rua Elza Vieira Lopes, 4803 - Novo Horizonte do Oeste, RO, CEP 76956-000		
ENDEREÇO DA OBRA: Vias vicinais do município		
Conforme croqui apresentado		
AUTOR DO PROJETO E RESPONSÁVEL TÉCNICO:		PROPRIETÁRIO DA OBRA:
Ricardo Marçal Freire		Município de Novo Horizonte d'Oeste
ENGENHEIRO CIVIL		CNPJ Nº:
CREA 6620 D/PB		63.762.009/0001-50
PREFEITURA:	ASSUNTO:	FOLHA Nº:
	PROJETO ARQUITETÔNICO E IMPLANTAÇÃO	02/03
	BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO	DATA:
	ESCALA:	NOV/25
ESTATÍSTICA		
ÁREA (m²):	Nº DE OCUPAÇÃO	COD. APPROVET:
INDICADA NO QUADRO DE ÁREAS		

Assinado de forma digital  
por RICARDO MARÇAL  
FREIRE:64903060187  
Dados: 2025.11.27  
17:44:50 -04'00'



BRITADOR

1 LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS

ESCALA: 1:75000



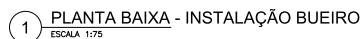
ID: 311424 e CRC: 81D26E25



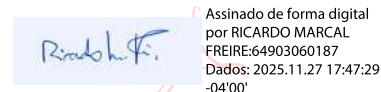
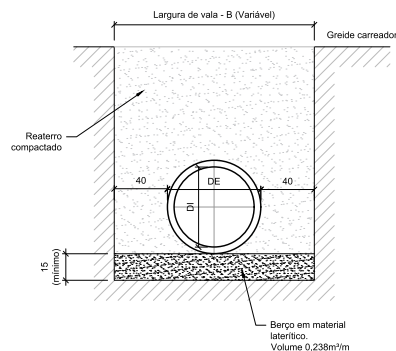
ETNA ENGENHARIA







2 DETALHE DA ARMADURA  
SEM ESCALA



TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO BSTD D=0,60m	
PROPRIETÁRIO: Prefeitura municipal de Novo Horizonte d'Oeste - RO CNPJ Nº: 63.762.009/0001-50 ENDEREÇO: Rua Elza Vieira Lopes, 4803 - Novo Horizonte do Oeste, RO, CEP 76566-000	
ENDEREÇO DA OBRA: Vias vicinais do município Conforme croqui apresentado	
AUTOR DO PROJETO E RESPONSÁVEL TÉCNICO:  <div style="text-align: center;"> <b>Ricardo Margal Freire</b>                      ENGENHEIRO CIVIL                      CREA 6820 DPE                 </div>	PROPRIETÁRIO DA OBRA:  <div style="text-align: center;">                     Município de Novo Horizonte d'Oeste                       CNPJ Nº:                      63.762.009/0001-50                 </div>
PREFEITURA:  	ASSUNTO:  PROJETO ARQUITETÔNICO E IMPLANTAÇÃO BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO  ESCALA: INDICADA
FOLHA Nº:  <b>02/02</b>  DATA:  <b>AGO/25</b>	



ID: 311424 e CRC: 81D26E25



ETNA ENGENHARIA





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Documentos		Projeto Executivo		18/03/2026
ID:	311424		Processo	Documento
CRC:	81D26E25			
Processo:	1-308/2026			
Usuário:	EDELMA SOUZA LIMA			
Criação:	18/03/2026 12:30:03	Finalização:	18/03/2026 12:30:04	
MD5:	5A7C86C91E82C26F8CCEC09C50B09079			
SHA256:	C2E287F680BC51E083134750F43526B5AC183AF7024F7D1D1D677E0C4D02951F			
Súmula/Objeto:				
engenharia				
INTERESSADOS				
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				18/03/2026 12:30:03
ASSUNTOS				
CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M				18/03/2026 12:30:03

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311424 e o CRC 81D26E25.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1 - APRESENTAÇÃO**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa fornecer elementos técnicos e subsídios que possibilitem a escolha da melhor solução para a elaboração de projeto executivo de CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município.

**2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de melhoria das condições de trafegabilidade e acessibilidade nas estradas vicinais, fundamentais para o deslocamento da população rural e para o escoamento da produção agrícola. Atualmente, a infraestrutura existente apresenta fragilidades, especialmente no que se refere à drenagem das águas pluviais, resultando em acúmulo de água sobre a via, processos erosivos e degradação do leito da estrada.

Durante o período chuvoso, tais deficiências se intensificam, ocasionando alagamentos, formação de atoleiros e até a interrupção do tráfego em determinados trechos, comprometendo o acesso às propriedades rurais e impactando negativamente as atividades econômicas da região. A inexistência ou inadequação de dispositivos de drenagem adequados agrava esses problemas, elevando os riscos de acidentes e aumentando os custos de manutenção por parte da administração pública.

Nesse contexto, a construção de bueiros tubulares em concreto nas estradas vicinais tem por objetivo garantir condições adequadas de acesso aos usuários, especialmente às propriedades rurais, facilitando a transposição das sarjetas e bordos das pistas nos pontos de acesso, conhecidos como carreadores. Essas estruturas permitem a correta passagem das águas pluviais, evitando erosões, alagamentos e danos à infraestrutura viária.

A solução proposta consiste na implantação de linha de bueiro simples tubular de concreto (BSTC) com diâmetro de 0,60 m, dotado de bocas em concreto simples, posicionada paralelamente ao eixo da pista, de modo a assegurar a continuidade do fluxo das sarjetas nas áreas de acesso às propriedades. Tal intervenção contribuirá para a preservação da via, aumento de sua vida útil e melhoria das condições de segurança e mobilidade.

Assim, a contratação atende ao interesse público ao promover maior segurança, continuidade do tráfego, melhoria da mobilidade rural e uso mais eficiente dos recursos públicos, configurando-se como medida essencial e preventiva para a adequada conservação da infraestrutura viária.

**3 - ÁREA REQUISITANTE**

**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**



#### **4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da contratação são elaborados com base na necessidade de garantir a efetividade e a qualidade na construção dos bueiros na zona rural do município de Novo Horizonte do Oeste. A descrição dos requisitos deve contemplar critérios de qualidade, práticas de sustentabilidade e observância de normas legais e regulamentações pertinentes, assegurando a escolha de uma solução que atenda satisfatoriamente ao interesse público.

##### **Requisitos Gerais:**

- o Atendimento aos padrões de engenharia estabelecidos no Projeto Básico elaborado pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste.
- o Resistência e durabilidade dos materiais empregados na construção dos bueiros, seguindo as normas técnicas vigentes.
- o Capacidade de escoamento adequada para suportar o volume de água esperado na região, considerando as condições climáticas.

##### **Requisitos Legais:**

- o Obediência aos regulamentos de segurança do trabalho, para garantir a segurança dos operários durante a obra.
- o Respeito às leis municipais, estaduais e federais pertinentes à contratação e execução de serviços de engenharia.

##### **Requisitos de Sustentabilidade:**

- o Implementação de medidas mitigadoras de impactos ambientais, conforme orientações do Projeto Básico.
- o Utilização de materiais que minimizem impactos ao meio ambiente, sempre que possível.
- o Disposição adequada de resíduos gerados durante a construção.

##### **Requisitos da Contratação:**

- o Execução da obra dentro do prazo estipulado, assegurando a entrega conforme cronograma estabelecido.
- o Garantia de qualidade através de inspeções periódicas e testes necessários para assegurar o cumprimento das especificações do Projeto Básico.
- o Capacitação da equipe responsável pela execução para a correta aplicação das técnicas e materiais especificados.

Os requisitos aqui descritos são essenciais para garantir que a contratação atenda às necessidades específicas do município de Novo Horizonte do Oeste, sem comprometer a competitividade do processo licitatório. A descrição objetiva evitar a inclusão de exigências desnecessárias que possam limitar a participação competitiva e assegurar que os fornecedores ofereçam as melhores soluções para o interesse público.

#### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O levantamento de mercado para a construção de bueiros para melhorar as condições de acesso às propriedades rurais do município, incluiu uma análise detalhada das soluções de contratação disponíveis e como elas podem ser adequadas às necessidades específicas do projeto. As principais soluções identificadas foram:

- 1- Contratação direta com fornecedor especializado:** Esta solução envolveria a seleção direta de uma empresa com experiência comprovada na construção de bueiros e estruturas de drenagem semelhante.
- 2- Contratação através de terceirização:** Neste modelo, uma empresa terceirizada seria contratada para gerenciar todo o processo de construção.
- 3- Formas alternativas de contratação:** Poderiam incluir consórcios de empresas para ampliar a capacidade técnica ou acordos cooperativos com outros municípios para compartilhar recursos e expertise.

Após uma análise das alternativas mencionadas, a solução mais adequada para atender às necessidades desta contratação específica é a numero 1 contratação direta com um fornecedor especializado. Esta escolha se justifica pela necessidade de assegurar que a empresa responsável pela obra possua a especialização necessária para lidar com as especificidades técnicas do projeto, conforme Projeto Básico elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura de Novo Horizonte do Oeste-RO. Além disso, tal solução garante uma maior capacidade de controle sobre o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade requeridos.

**6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A construção proposta consiste na implantação de linhas simples de bueiro tubular de concreto (BSTC) com diâmetro nominal de 600 mm, com tubos padrão PA1, conforme especificações do SICRO/DNIT e da ABNT NBR 8890:2020. Os tubos serão assentados em vala localizada na região da sarjeta, sobre berço de cascalho, garantindo apoio uniforme e estabilidade estrutural.

A solução contempla ainda a execução de bocas de bueiro nas extremidades de entrada e saída do fluxo de água, com a finalidade de direcionar adequadamente o escoamento e evitar processos erosivos. Sobre a linha do bueiro será executada camada de aterro compactado, garantindo a recomposição do acesso e promovendo a adequada fixação da tubulação ao solo.

A implantação dos bueiros tem como objetivo permitir a passagem segura das águas pluviais sob os acessos às propriedades, assegurando a continuidade do escoamento natural, reduzindo riscos de alagamentos, erosões e danos à via rural. A solução adotada também contribui para a melhoria das condições de trafegabilidade, durabilidade da estrada e segurança dos usuários, especialmente em períodos de chuvas intensas.

**7 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

O objeto desta especificação técnica consiste na implantação de obras para **Construção de Bueiros Concreto (BSTC) com diâmetro de 0,60 m**, a serem executadas nas localidades indicadas a seguir, situadas no município de **Novo Horizonte do Oeste**.

Item	Estrada	Km	Coordenadas geográficas
------	---------	----	-------------------------

01	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54"	W 62° 3' 54"
02	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20"	W 62° 4' 13"
03	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28"	W 62° 4' 18"
04	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25"	W 62° 4' 18"
05	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
06	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
07	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
08	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
09	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57"	W 62° 4' 18"
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48"	W 62° 4' 18"
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33"	W 62° 4' 18"
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34"	W 62° 4' 18"
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14"	W 62° 4' 18"
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2"	W 62° 4' 18"
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58"	W 62° 4' 18"
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57"	W 62° 4' 18"
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29"	W 62° 4' 18"
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29"	W 62° 4' 19"
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23"	W 62° 4' 19"
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15"	W 62° 4' 18"
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16"	W 62° 4' 19"
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7"	W 62° 4' 19"
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58"	W 62° 4' 19"
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41"	W 62° 4' 19"
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59"	W 62° 4' 19"
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46"	W 62° 4' 19"
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37"	W 62° 6' 23"
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53"	W 62° 8' 42"
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6"	W 62° 8' 45"

## 8 - ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE INVESTIMENTOS:

Para realização da referida obra objeto deste ETP, tomando com base os custos referenciais fornecidos pelo SINAPI RO (NOVEMBRO/2025), DER/RO (JULHO/2025) e SICRO (JULHO/2025), estima-se um custo global na ordem de **R\$ 211.364,59 (duzentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)**, a ser demonstrado após a elaboração do projeto básico/executivo e respectiva planilha referencial de custos, tendo como base as tabelas vigentes da base SICRO/SINAPI/DER-RO, e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária vigentes.

## 9 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A decisão pela não adoção do parcelamento da contratação para a construção dos bueiros na zona rural do município, foi baseada nos seguintes critérios:

- **Avaliação da Divisibilidade do Objeto:** O objeto em questão, embora tecnicamente divisível, possui peculiaridades na execução que demandam uma condução unificada para garantir a qualidade e a integridade do resultado final.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** O estudo técnico demonstrou que a subdivisão do objeto comprometeria economicamente a execução, ocasionando elevação de custos e perda de

eficiência técnica.

- **Economia de Escala:** O não parcelamento assegura a manutenção da economia de escala, evitando o aumento proporcional dos custos gerados pela divisão e assegurando a maximização do investimento público.
- **Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** Avaliações de mercado indicaram que a execução integral do projeto não limita a competitividade, permitindo a participação de um número significativo de fornecedores capacitados para entregar o projeto completo.
- **Decisão pelo Não Parcelamento:** Parcelar o objeto acarretaria prejuízos como perda de economia de escala e impacto negativo na coordenação e planejamento da execução, resultando em riscos à funcionalidade e eficácia dos resultados pretendidos.
- **Análise do Mercado:** A análise de mercado reforçou que grandes projetos de infraestrutura, como a construção de bueiros, são executados com maior eficácia quando entregues de forma unificada, conforme práticas usuais do setor.
- **Consideração de Lotes:** A decisão pela não divisão em lotes foi fundamentada na necessidade de uniformidade técnica e na gestão eficiente dos recursos, garantindo e assertividade na execução e nos resultados.

Portanto, a escolha pela condução única da obra se justifica fortemente, sendo esta alternativa que mais favorece o interesse público, alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## **10 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:**

A contratação para a construção de bueiros nas estradas vicinais, está em conformidade com o planejamento estratégico traçado pela Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste-RO para o exercício financeiro vigente.

## **11 - RESULTADOS PRETENDIDOS:**

A contratação visa alcançar os seguintes resultados:

- Promover a melhoria da infraestrutura viária local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região, facilitando o escoamento de produção agrícola e o tráfego de veículos.
- Assegurar a durabilidade e qualidade da obra, minimizando a necessidade de manutenções futuras e otimizando a utilização dos recursos públicos.
- Atender às normativas e diretrizes ambientais vigentes, garantindo a sustentabilidade da obra e a minimização dos impactos ambientais.
- Obter economicidade, através da transparência e eficiência do processo licitatório, de forma a garantir o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

## **12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**



- Revisar e aprovar o projeto básico da obra elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, garantindo que todos os requisitos técnicos e normativos estejam atendidos.
- Designar um gestor de contrato e uma equipe de fiscalização para monitorar a execução da obra, assegurando o cumprimento dos prazos, da qualidade e do orçamento aprovado.
- Estabelecer um cronograma detalhado de atividades e marcos importantes da obra, para acompanhamento e gerenciamento de riscos durante a execução do projeto.

### 13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVA MEDIDAS MITIGADORAS:

Ainda que os impactos ambientais específicos não sejam detalhados, a contratação para construção dos bueiros contempla as diretrizes estabelecidas no Projeto Básico da obra, sob orientação do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste. A execução do projeto deve respeitar todas as normativas ambientais vigentes, adotando as medidas mitigadoras necessárias para minimizar quaisquer efeitos adversos ao meio ambiente.

Em conformidade com a Lei 14.133/2021, é imprescindível que a execução do contrato esteja alinhada com os princípios de desenvolvimento sustentável e economicidade, assegurando que as práticas adotadas durante a construção sigam as diretrizes de baixo consumo de recursos. Além disso, a logística reversa deve ser considerada, quando aplicável, para o desfazimento e reciclagem de materiais e refugos, promovendo a eficiência e a sustentabilidade ambiental.

### 14 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Com base nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a contratação para a construção de bueiros na estrada vicinal no município de Novo Horizonte do Oeste-RO, revela-se viável e razoável. A necessidade de tal infraestrutura foi adequadamente caracterizada e justificada, considerando os princípios da economicidade e da eficiência estabelecidos pela Lei 14.133/2021. A solução proposta atende ao interesse público ao garantir melhorias significativas na segurança e na acessibilidade da via, fundamentais para o desenvolvimento social e econômico da região. Ademais, o procedimento de contratação se alinha à legalidade, seguindo estritamente os requisitos legais, principalmente àqueles dispostos nos arts. 5º, 7º, e 18 da Lei 14.133/2021. Portanto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação, prezando pela transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Novo Horizonte do Oeste-RO, 18 de março de 2026.

#### Documento assinado de forma digital:

Alessandro Ferreira Arruda - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 19/03/2026 às 15:23, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311428** e o código verificador **B78CECC7**.

Referência: [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 311428 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. Contratação de empresa especializada para a **CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m**, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Estrada	Km	Coordenadas geográficas	
01	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54"	W 62° 3' 54'
02	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20"	W 62° 4' 13"
03	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28"	W 62° 4' 18"
04	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25"	W 62° 4' 18"
05	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
06	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
07	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
08	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
09	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57"	W 62° 4' 18"
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48"	W 62° 4' 18"
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33"	W 62° 4' 18"
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34"	W 62° 4' 18"
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14"	W 62° 4' 18"
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2"	W 62° 4' 18"
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58"	W 62° 4' 18"
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57"	W 62° 4' 18"
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29"	W 62° 4' 18"
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29"	W 62° 4' 19"
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23"	W 62° 4' 19"
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15"	W 62° 4' 18"
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16"	W 62° 4' 19"
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7"	W 62° 4' 19"
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58"	W 62° 4' 19"
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41"	W 62° 4' 19"
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59"	W 62° 4' 19"
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46"	W 62° 4' 19"
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37"	W 62° 6' 23"
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53"	W 62° 8' 42"
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6"	W 62° 8' 45"

**2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de construção de bueiros de concreto tipo BSTC, com diâmetro de 0,60 m, visando garantir a adequada drenagem das águas pluviais nas estradas vicinais do município.

2.2. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social, sendo o principal meio de acesso às propriedades rurais, ao escoamento da produção agrícola,

ao transporte escolar e ao deslocamento da população para acesso a serviços básicos, como saúde e comércio.

2.3. Entretanto, observa-se que diversos trechos das estradas rurais apresentam deficiência ou ausência de dispositivos adequados de drenagem, o que ocasiona acúmulo de água, erosões, formação de atoleiros e, em períodos chuvosos, a interrupção total do tráfego. Essa situação compromete diretamente a trafegabilidade, gerando prejuízos aos produtores rurais, riscos à segurança dos usuários e dificuldades no atendimento de serviços públicos essenciais.

2.4. A implantação de bueiros tubulares de concreto (BSTC) com diâmetro de 0,60 m é necessária para promover o correto escoamento das águas pluviais, reduzindo os impactos causados pela ação das chuvas, preservando a estrutura das vias e garantindo melhores condições de acesso durante todo o ano.

2.5. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de manutenção e melhoria da infraestrutura viária rural, assegurando a continuidade do tráfego, o desenvolvimento das atividades econômicas locais e a qualidade de vida da população.

### **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A construção proposta consiste na implantação de linhas simples de bueiro tubular de concreto (BSTC) com diâmetro nominal de 600 mm, com tubos padrão PA1, conforme especificações do SICRO/DNIT e da ABNT NBR 8890:2020. Os tubos serão assentados em vala localizada na região da sarjeta, sobre berço de cascalho, garantindo apoio uniforme e estabilidade estrutural.

3.2. A solução contempla ainda a execução de bocas de bueiro nas extremidades de entrada e saída do fluxo de água, com a finalidade de direcionar adequadamente o escoamento e evitar processos erosivos. Sobre a linha do bueiro será executada camada de aterro compactado, garantindo a recomposição do acesso e promovendo a adequada fixação da tubulação ao solo.

3.3. A implantação dos bueiros tem como objetivo permitir a passagem segura das águas pluviais sob os acessos às propriedades, assegurando a continuidade do escoamento natural, reduzindo riscos de alagamentos, erosões e danos à via rural. A solução adotada também contribui para a melhoria das condições de trafegabilidade, durabilidade da estrada e segurança dos usuários, especialmente em períodos de chuvas intensas.

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

4.1.2. O contratado deverá atender a todos os preceitos legais vigentes e as condições de habilitação previstas no artigo 62 da lei 14.133/2021.

#### **4.2. Subcontratação**

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.3. Garantia da contratação**

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.4. Vistoria**

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme data e horário estabelecido em edital;

4.4.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.4.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e

peculiaridades da contratação;

4.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de execução**

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Prazo de execução: **60 (sessenta) dias corridos** a partir da emissão da ordem de serviço e uma vigência para o Contrato conforme a lei determina.

### **5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão prestados conforme descritos na ordem de serviço.

### **5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1. A Contratada deverá ter disponível os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidades necessárias para a perfeita execução dos serviços.

### **5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- Estudo Técnico Preliminar;
- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Composição de Custos, tabelas de encargos, etc.

5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **SUBCONTRATAÇÃO**

6.15. A CONTRATADA não poderá, sob qualquer pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços; a subcontratação será permitida quando for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da "subcontratada", bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº

14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade não executada pela contratada.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.12.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.13.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.13.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.13.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.13.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.13.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. Critérios de medição e pagamento**

### **Do recebimento**

8.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.1.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e 8.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do



contrato.

### **Do pagamento**

8.8. O pagamento será faturado mediante apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo fiscal de contrato.

8.9. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da execução do objeto licitado.

8.10. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura informações da empresa informando o Banco, a Agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

8.11. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.12. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

8.13. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame tais como:

A. Certificado de Regularidade do FGTS;

B. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

C. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da Sefin (Finalidade: Outras Transações de Qualquer Natureza com a Administração Pública);

D. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

E. Certidão Negativa Municipal da Sede da Empresa.

## **9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

## **10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 211.364,59 (duzentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme documentos em anexo.

## **11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Projeto Atividade 1173 elemento de despesa 44.90.51 ficha 299.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Novo Horizonte do Oeste RO, 18 de março de 2026.

**Documento subscrito de forma digital:**

Ronaldo Delazari - Prefeito

Alessandro Ferreira Arruda - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

---

**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)**  
**Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970**

---



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/03/2026 às 13:45, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 19/03/2026 às 15:23, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311444** e o código verificador **645BB675**.

---

**Referência:** [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 311444 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**Solicitação de Compra - Contratação de Serviços**

**Solicitação Nº: 68/26**

**Data: 18/03/2026**

**Descrição:**

Cont. de empresa esp. para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m

Centro de Custo: **4 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇO PUBLICOS**

**Observação:**

A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de construção de bueiros de concreto tipo BSTC, com diâmetro de 0,60 m, visando garantir a adequada drenagem das águas pluviais nas estradas vicinais do município.

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	093.001.033		CONT. DE EMP. ESPEC. PARA A CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.	1,00	SÇ

18 de março de 2026.

**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)**  
**Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970**



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/03/2026 às 13:39, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 19/03/2026 às 15:23, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311446** e o código verificador **18633070**.

**Referência:** [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 311446 v1

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AV. ELZA VIEIRA LOPES, 4803

63.762.009/0001-50

Exercício: 2026

em : 18/03/2026 12:08

NOTA DE RESERVA ORÇAMENTARIA				Nº 209											
Ficha Nº : 299      Processo Nº : 0308/2026															
Unidade : 020500      SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS															
Funcional : 04.451.0006.1173.0000 CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DE CONCRETO CONVENIO nº 29/2026															
Cat. Econ. : 4.4.90.51.00      OBRAS E INSTALAÇÕES															
Código de Aplicação: 001 014      Fonte Recurso: 0 1 701															
Cotação:      responsável pela Cotação:															
Pedido:      Interessado pelo pedido:															
Código Centro de Custo:      Centro de Custo:															
<table><tr><td>Saldo Inicial</td><td>Alteração (+)</td><td>Alteração (-)</td><td>Empenhado</td><td>Saldo Atual</td></tr><tr><td>0,00</td><td>211.364,59</td><td>0,00</td><td>0,00</td><td>211.364,59</td></tr></table>						Saldo Inicial	Alteração (+)	Alteração (-)	Empenhado	Saldo Atual	0,00	211.364,59	0,00	0,00	211.364,59
Saldo Inicial	Alteração (+)	Alteração (-)	Empenhado	Saldo Atual											
0,00	211.364,59	0,00	0,00	211.364,59											
<table><tr><td>Data</td><td>Histórico</td></tr><tr><td>18/03/2026</td><td>Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.</td></tr></table>						Data	Histórico	18/03/2026	Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.						
Data	Histórico														
18/03/2026	Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.														
				VALOR DA RESERVA	211.364,59										
				RESERVA JÁ UTILIZADA	0,00										
				RESERVA ANULADA	0,00										
				RESERVA REFORÇADA	0,00										
				SALDO DE RESERVA ANTERIOR											
				SALDO DA RESERVA	211.364,59										
				SALDO ORÇAMENTÁRIO COM RESERVA	0,00										







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Reserva de Dotação</b>	<b>orçamentária 209</b>	<b>18/03/2026</b>

ID: **311447**

CRC: **CE9229B3**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **EDELMA SOUZA LIMA**

Criação: **18/03/2026 13:00:15** Finalização: **18/03/2026 13:02:05**

Processo



Documento



MD5: **6B293EB8B89EDA355D955A41CDD2954B**

SHA256: **F485E6D8895EC2F0A0A9441BCE4DDEC8CE9F2E59FBC6AA652ADCF16A020C5811**

Súmula/Objeto:

**reserva orçamentária**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

18/03/2026 13:00:15

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

18/03/2026 13:00:15

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 311447 e o CRC CE9229B3.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

**RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO**

<b>Risco 1</b>	<b>Deficiência na definição da demanda</b>	
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Dano potencial</b>
		Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Restabelecimento da demanda		Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Risco 2</b>	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa	<b>Dano potencial</b>
		Atraso no processo de contratação.
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à contratação.		Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Exposição do arcabouço legal em que a contratação deva ser realizada.		Equipe de Planejamento da Contratação

**RISCOS - FASE DE LICITAÇÃO**

<b>Risco 3</b>	Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.		
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Dano potencial</b>	
		Encerramento da Licitação.	
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); Estabelecer rotinas de revisão.		Equipe de Licitação	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Suspensão da licitação		Equipe de Licitação	

**RISCOS GESTÃO DO CONTRATO**

<b>Risco 4</b>	Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato
----------------	--

Probabilidade	Média	Dano potencial
		Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a Administração
Ação Preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato
Ação de Contingência		Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato

Risco 5	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada.	
Probabilidade	Alta	Dano potencial
		Responsabilização subsidiária da Administração
Ação Preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato.
Ação de Contingência		Responsável
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato.

## Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA
Risco 2	Risco 1	Risco 5
Risco 3	Risco 4	-

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 19/03/2026 às 15:23, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311448** e o código verificador **00814C35**.

Referência: [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 311448 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**DECRETO Nº 271/2025**

***“Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**, Estado de Rondônia, o Sr. RONALDO DELAZARI, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei orgânica do Município,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica designado o servidor MARCOS ANTONIO DA SILVA para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO do Município de Novo Horizonte do Oeste, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Somente em licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

**Art. 2º** Ficam designados os servidores LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA, e SILVIO SOARES DO NASCIMENTO para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo único.** Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

**Art. 3º** Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, dentre outras estabelecidas em regulamento, a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório, o recebimento das propostas, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, a análise dos documentos fiscais, e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

**§ 1º** O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**§ 2º** O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, sobretudo o Decreto n. 228/2023.

Novo Horizonte do Oeste – RO, 15 de dezembro de 2025.

**RONALDO DELAZARI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
(assinado digitalmente)





# Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Decreto</b>	<b>271</b>	<b>15/12/2025</b>

ID: <b>294353</b>	Processo	Documento
CRC: <b>37D42B39</b>		
Processo: <b>0-0/0</b>		
Usuário: <b>SIDNEI FURTADO MENDONCA</b>		
Criação: <b>15/12/2025 10:44:05</b>	Finalização: <b>15/12/2025 10:45:35</b>	

MD5: **CABF0D0B2C9A066BDDF01566818700D6**

SHA256: **15D22FCC9E26B241FB4704877A39D281B0E6914CA1E4C4C6CA685171F868808E**

Súmula/Objeto:

**DECRETO Nº 271/2025 que designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.**

### INTERESSADOS

RONALDO DELAZARI	NOVO HORIZONTE DO OE	RO	15/12/2025 10:44:31
------------------	----------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

DECRETO	15/12/2025 10:45:27
---------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RONALDO DELAZARI	PREFEITO MUNICIPAL	15/12/2025 10:56:28
---	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

 KAYO DHERALDY DOS REIS	CHEFE DE GABINETE	15/12/2025 13:36:17
---	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 294353 e o CRC 37D42B39.



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**DECRETO MUNICIPAL N. 44/2023**

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Novo Horizonte do Oeste os **procedimentos licitatórios** a que se refere a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**DECRETA:**

**Das Vedações**

**Art. 1º.** É vedada a participação direta ou indireta nas licitações:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**§ 2º** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do *caput* deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**§ 3º** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**§ 4º** O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**§ 5º** No regime de aquisição e prestação de serviços associados não há impedimento que a licitação inclua como encargo do contratado a elaboração do anteprojeto ou do projeto básico, a depender do elemento instrutor técnico, além do executivo;

**§ 6º** Para fins do disposto neste artigo, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

**§ 7º** O disposto no § 6º aplica-se aos agentes de contratação e aos membros da comissão de contratação.

#### Da Fase Interna

**Art. 2º.** A licitação, na forma eletrônica ou presencial, será conduzida por intermédio do agente de contratação, do pregoeiro, ou de comissão de contratação.

#### Dos Atos Preparatórios

**Art. 3º.** Na fase interna, a Administração elaborará os atos e expedirá os documentos necessários para a caracterização do objeto a ser licitado e definição dos parâmetros do certame, tais como:

I - justificativa da contratação e da adoção da modalidade de licitação;

II - definição:

- a) do objeto da contratação;
- b) do orçamento e preço de referência, remuneração ou prêmio, conforme critério de julgamento adotado;
- c) dos requisitos de conformidade das propostas;
- d) dos requisitos de habilitação;
- e) das cláusulas que deverão constar do contrato, inclusive as referentes a sanções e, quando for o caso, a prazos de fornecimento; e
- f) do procedimento da licitação, com a indicação da forma de execução, do modo de disputa e do critério de julgamento;

III - justificativa técnica, com a devida aprovação da autoridade competente, no caso de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

IV – justificativa, quando for o caso, para:

- a) a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço, quando escolhido o critério de julgamento por técnica e preço;
- b) a indicação de marca ou modelo;
- c) a exigência de amostra;
- d) a exigência de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação; e
- e) a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante;
- f) a vantajosidade da divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala;
- g) a vedação da participação de pessoa jurídica em consórcio;
- h) os índices e valores para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

V - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de licitação para registro de preços;

VI - declaração de compatibilidade com o plano plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro e o impacto orçamentário a que se refere a inciso II, do art. 16 da lei de responsabilidade fiscal;

VII – projeto que contenha conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços e obras a serem contratados ou os bens a serem fornecidos;

VIII - instrumento convocatório e respectivos anexos;

IX - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

X - ato de designação do agente de contratação e da equipe de apoio;

XI - planilha estimativa;

XII - informação jurídica; e

XIII - autorização de abertura da licitação.

**Parágrafo único.** Projeto, para fins deste Regulamento, é o documento de planejamento para licitação e contratação que pode ser expresso por meio de um dos seguintes instrumentos: termo de referência, anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo

**Art. 4º.** O projeto de que trata o Parágrafo único do art. 3.º deste Regulamento poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.

### Da Condução do Procedimento

**Art. 5º.** As licitações serão processadas e julgadas por agente de contratação, pregoeiro, ou comissão de contratação.

**§ 1º** É facultado ao agente de contratação e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**§ 2º** É facultado ao agente de contratação, pregoeiro e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

**§ 3º** Quando verificada a presença de vício insanável poderá ocorrer o afastamento de licitante.

**Do Instrumento Convocatório**

**Art. 6º.** O instrumento convocatório definirá:

- I - o objeto da licitação;
  - II - a forma de execução da licitação, eletrônica ou presencial;
  - III - o modo de disputa, aberto, fechado ou com combinação, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;
  - IV - os requisitos de conformidade das propostas;
  - V - o prazo de apresentação de proposta pelos licitantes, que não poderá ser inferior ao previsto no art. 55 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
  - VI - os critérios de julgamento e os critérios de desempate;
  - VII - os requisitos de habilitação;
  - VIII - a exigência, quando for o caso:
    - a) de marca ou modelo;
    - b) de amostra;
    - c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação; e
    - d) de carta de solidariedade emitida pelo fabricante;
  - IX - o prazo de validade da proposta;
  - X - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos;
  - XI - os prazos e condições para a entrega do objeto;
  - XII - as formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;
  - XIII - a exigência de garantias e seguros, quando for o caso;
  - XIV - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do contratado, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso;
  - XV - as sanções; e
  - XVI - outras indicações específicas da licitação.
- § 1º** Integram o instrumento convocatório, como anexos:
- I - o projeto, nos termos Parágrafo único do art. 3º deste Regulamento;
  - II - a minuta do contrato, quando houver;
  - III - o instrumento de medição de resultado, quando for o caso; e





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**IV - as especificações complementares e as normas de execução.**

**§ 2º** No caso de obras ou serviços de engenharia, o instrumento convocatório conterá ainda:

I - o cronograma de execução, com as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, salvo se o prazo de execução for de até 30 (trinta) dias;

II - a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

**§ 3º.** No caso de leilão de bens, o instrumento convocatório conterá ainda:

I - o objeto da licitação, venda ou permuta de imóveis, com a identificação e descrição de cada imóvel, especificando as suas localizações, características, limites, confrontações ou amarrações geográficas, medidas, ad corpus ou ad mensuram, inclusive de área;

II - informações a respeito dos ônus que recaiam sobre cada imóvel e, se for o caso, a circunstância de se encontrar na posse de terceiros, inclusive mediante locação;

III - a obrigatoriedade de cada adquirente de se responsabilizar, integralmente, pela reivindicação de posse do imóvel por ele adquirido, e nada alegar perante o Município em decorrência de eventual demora na desocupação;

IV - o valor de cada imóvel, apurado em laudo de avaliação;

V - as condições de pagamento e entrega do bem;

VI - as hipóteses de preferência e seu exercício;

VII - os encargos legais e fiscais de responsabilidade do arrematante e, no caso de aforamento, o foro;

VIII - a comissão do leiloeiro a ser paga pelo arrematante, se for o caso; e,

IX - os horários, os dias e as demais condições necessárias para visitação dos imóveis.

**Art. 7º.** No caso em que o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, ele será tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

**§1º.** Para fins deste Regulamento, negociação é o procedimento em que a Administração Pública, por intermédio de agentes públicos, negocia com licitantes, contratados e/ou beneficiários de ata de registro de preços, as condições da proposta e/ou do contrato com um ou mais dentre eles;

**§ 2º** O orçamento previamente estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**§ 2º** O instrumento convocatório deverá conter:

I - o orçamento previamente estimado, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

II - o valor da remuneração ou do prêmio, quando adotado o critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico e, preferencialmente, quando adotada a modalidade diálogo competitivo; e

III - o preço mínimo de arrematação, quando adotado o critério de julgamento por maior lance;

**Art. 8º.** A possibilidade de subcontratação de parte objeto deverá estar prevista no instrumento convocatório.

§ 1º A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

§ 2º Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

§ 3º A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 4º Quando a qualificação técnica da empresa for fator preponderante para sua contratação, e a subcontratação for admitida, é imprescindível que se exija o cumprimento dos mesmos requisitos por parte do subcontratado.

§ 5º Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### Da Publicação

**Art. 9º.** A publicidade do instrumento convocatório, sem prejuízo da faculdade de divulgação direta aos fornecedores, cadastrados ou não, será realizada mediante:

I - divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do artigo 54 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

II - publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, ou, no caso de consórcio público, do outro ente consorciado, bem como em jornal diário de grande circulação, nos termos do § 1º artigo 54 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; e

III - divulgação do instrumento convocatório no sítio eletrônico oficial do Município.

§ 1º O extrato do instrumento convocatório conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, bem como o endereço onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que a licitação, na forma eletrônica, será realizada por meio da internet.

§ 2º Eventuais modificações no instrumento convocatório serão divulgadas nos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

§ 3º A publicação em jornal diário de grande circulação, o extrato da licitação deverá conter o objeto da licitação e os links para o acesso ao edital no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município.







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**Art. 10.** Caberá pedido de esclarecimento e impugnação ao instrumento convocatório nas hipóteses e prazos especificados no art. 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### Da Fase Externa

#### Disposições Gerais

**Art. 11.** As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

§ 1º A licitação na forma eletrônica será realizada quando a disputa ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do sistema de compras adotado Município e de acordo com as regras contidas neste Decreto e no instrumento convocatório.

§ 2º O sistema de que trata o § 1º deste artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança nas etapas do certame.

§ 3º Nos procedimentos realizados sob a forma eletrônica, a Administração Pública poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

**Art. 12.** Será admitida, excepcionalmente, a realização de licitações sob a forma presencial, desde que fique justificada e comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização do certame pela via eletrônica, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

§ 1º O órgão ou entidade licitante apresentará a justificativa pormenorizada para a realização da licitação com a utilização da forma presencial.

§ 2º A justificativa para a realização da licitação com a utilização da forma presencial deverá ser aprovada pela autoridade superior.

**Art. 13.** Após a publicação do instrumento convocatório inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances.

§ 1º A fase de habilitação poderá, excepcionalmente, desde que justificado e previsto no instrumento convocatório, anteceder à fase de apresentação de propostas ou lances.

§ 2º A justificativa deverá ser feita pelo agente de contratação ou presidente de comissão de contratação e aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

#### Do Credenciamento para Acesso ao Sistema Eletrônico

**Art. 14.** A autoridade máxima do órgão ou entidade promotora da licitação, o agente de contratação, inclusive o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os membros das comissões e os licitantes que participarem de licitação, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º A licitação por meio eletrônico será realizada por meio da internet, através do sistema de compras eletrônicas indicados no respectivo instrumento convocatório.

§ 2º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 3º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do agente de contratação ou o do pregoeiro, dos membros de equipes de apoio, e do presidente de comissão de contratação.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta Prefeitura  
municipal em 06/03/23

§ 4º O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de licitações eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

§ 5º Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### Do Licitante

**Art. 15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:

- I - credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
- II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema ou correio eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta quando classificado em primeiro lugar, e os documentos complementares;
- III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e
- VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**Art. 16.** Os interessados em participar de licitações devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas indicados pelo Município e indicado no instrumento convocatório.

### Da Apresentação das Propostas ou Lances

#### Disposições Gerais

**Art. 17.** As licitações poderão adotar os modos de disputa aberto, fechado ou combinado.

**Art. 18.** Os licitantes deverão apresentar na abertura da sessão pública declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

§ 1º Os licitantes que se enquadrem como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual deverão apresentar a comprovação da declaração de seu enquadramento.

§ 2º Nas licitações sob a forma eletrônica, constará do sistema a opção para apresentação pelos licitantes das declarações de que trata este artigo.







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**§ 3º** Os licitantes deverão ser previamente credenciados para oferta de lances nos termos do art. 66 deste Regulamento.

**Art. 19.** O agente de contratação verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

**Parágrafo único.** Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

**Do Modo de Disputa Aberto**

**Art. 20.** No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

**§ 1º.** O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**§ 2º** A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

**Art.21.** Caso a licitação de modo de disputa aberto seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

- I - as propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade;
- II - o agente de contratação, o pregoeiro, ou a comissão de licitação, convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais; e
- III - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta, observado o disposto no §1º do art. 20 deste Regulamento.

**Art. 22.** O instrumento convocatório poderá estabelecer a possibilidade de apresentação de lances intermediários pelos licitantes durante a disputa aberta.

**Parágrafo único.** São considerados intermediários os lances:

- I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, mas superiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotado o julgamento pelo critério do maior lance; ou
- II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotados os demais critérios de julgamento.

**Art. 23.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a comissão de licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme o disposto no § 4.º do art. 56 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**§ 1º** Após o reinício previsto no *caput*, os licitantes serão convocados a apresentar lances.

**§ 2º** Os licitantes poderão apresentar lances nos termos do parágrafo único do art. 22 deste Regulamento.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

§ 3º Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

### Do Modo de Disputa Fechado

**Art. 24.** No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º. A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes lacrados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme critério de vantajosidade.

### Da Combinação dos Modos de Disputa

**Art. 25.** O instrumento convocatório poderá estabelecer que a disputa seja realizada em duas etapas, sendo a primeira eliminatória.

**Art. 26.** Os modos de disputa poderão ser combinados da seguinte forma:

I - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa fechado, serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as três melhores propostas, iniciando-se então a disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos, nos termos dos arts. 20 e 21 deste Regulamento; e

II - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa aberto, os licitantes que apresentarem as três melhores propostas oferecerão propostas finais, fechadas.

### Dos Critérios De Julgamento Das Propostas

#### Disposições Gerais

**Art. 27.** Poderão ser utilizados como critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

§ 1º O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos no instrumento convocatório, sendo vedado computar vantagens não previstas, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

§ 2º O julgamento das propostas deverá observar a margem de preferência prevista no art. 26 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

#### Menor Preço ou Maior Desconto

**Art. 28.** O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a Administração Pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

§ 1º Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos no instrumento convocatório.

§ 2º Parâmetros adicionais de mensuração de custos indiretos poderão ser estabelecidos em ato do titular da Pasta responsável pelo procedimento licitatório.

**Art. 29.** O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço total estimado, fixado pelo instrumento convocatório, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

§ 1º No caso de obras ou serviços de engenharia, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes preferencialmente incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

§ 2º O critério de julgamento pelo maior desconto poderá incidir sobre tabelas de preços oficiais, públicas ou privadas.

§ 3º Para a adoção do critério de maior desconto poderá ser utilizada licitação com lances negativos de forma que a contratada possa oferecer pagamento à Administração para a execução do contrato.

**Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico**

**Art. 30.** O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística, incluídos os projetos arquitetônicos.

**Parágrafo único.** Quando adotada a modalidade concurso o vencedor da licitação realizada por este critério poderá ser contratado para o desenvolvimento dos projetos arquitetônico e complementares de engenharia, nos termos do respectivo edital.

**Art. 31.** O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.

§ 1º O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor.

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a valoração das propostas nas licitações para contratação de projetos.

§ 3º O instrumento convocatório poderá estabelecer requisitos mínimos para classificação das propostas, cujo não atingimento implicará em desclassificação do proponente.

**Art. 32.** Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico a comissão de licitação poderá ser auxiliada por comissão de contratação composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas, agentes públicos ou não, de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria.

§ 1º Os membros da comissão de contratação a que se refere o *caput* deste artigo responderão por todos os atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

§ 2º No caso da modalidade concurso e nas demais licitações que utilizam o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico, o julgamento será efetuado por uma comissão especial, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, agentes públicos ou não.



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO  
Técnica e Preço

**Art. 33.** O critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço será utilizado quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;

II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.

**Parágrafo único.** Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por melhor técnica; ou técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.

**Art. 34.** No julgamento pelo critério de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço, apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderações objetivas previstos no instrumento convocatório.

§ 1º O fator de ponderação relativo à proposta técnica será limitado a 70% (setenta por cento).

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

§ 3º O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

**Maior Lance**

**Art. 35.** O critério de julgamento pelo maior lance será utilizado no caso da modalidade leilão, nos termos do previsto em Regulamento próprio.

**Maior Retorno Econômico**

**Art. 36.** No critério de julgamento pelo maior retorno econômico as propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionar a maior economia para a Administração Pública decorrente da execução do contrato.

§ 1º O critério de julgamento pelo maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

**§ 2º** O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao órgão ou entidade contratante, na forma de redução de despesas correntes.

**§ 3º** O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

**§ 4º** Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

**Art. 37.** Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:

- a) as obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento; e
- b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária; e

II - proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

**§ 1º** O edital de licitação deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo para a remuneração devida ao contratado.

**§ 2º** Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico será o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

**§ 3º** Nos casos em que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência:

I - A diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado;

II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior ao limite máximo estabelecido no contrato, o contratado sujeitar-se-á, ainda, às sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

**Preferência e Desempate**

**Art. 38.** No caso de empate será aplicado o disposto nos arts. 59 a 64 deste Regulamento.

**Art. 39.** Nas licitações em que após o exercício de preferência de que trata o art. 38 deste Regulamento esteja configurado empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar nova proposta fechada, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

**§ 1º** Mantido o empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual preferencialmente deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que haja sistema de avaliação instituído;





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

II - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

III - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 2º Caso a regra prevista no § 1º não solucione o empate, será dada preferência:

I - empresas estabelecidas no território do Município;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 3º Caso a regra prevista no § 2º deste artigo não solucione o empate, será realizado sorteio.

**Análise e Classificação de Proposta**

**Art. 40.** Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

I - contenha vícios insanáveis;

II - não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

III - apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no *caput* do art. 59 deste Regulamento;

IV - não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

V - apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

§ 1º O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

§ 2º Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando

I - necessário para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

II - destinado à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

**Art. 41.** Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, o agente de contratação, o pregoeiro, ou a comissão de licitação, classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

§ 1º Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a comissão de licitação poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas à Administração Pública.

§ 2º A negociação de que trata o § 1º deste artigo poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

**§ 3º** Encerrada a etapa competitiva do processo, poderão ser divulgados os custos dos itens ou das etapas do orçamento estimado que estiverem abaixo dos custos ou das etapas ofertados pelo licitante da melhor proposta, para fins de reelaboração da planilha com os valores adequados ao lance vencedor, na forma prevista no art. 473 deste Regulamento.

**Art. 42.** Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.

### Da Habilitação

**Art. 43.** Nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública municipal, direta, autárquica e fundacional será aplicado, no que couber, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Art. 44.** Para habilitação dos licitantes, será exigida, de acordo com o Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no máximo, a documentação relativa:

- I – à habilitação jurídica;
- II – à qualificação técnica;
- III – à regularidade fiscal, social e trabalhista;
- IV – à qualificação econômico-financeira.

**Parágrafo único.** As exigências previstas nos incisos I e II do *caput* do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas no edital, a critério da Administração, salvo na contratação de obras e serviços de engenharia.

**Art. 45.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar.

**§ 1º** Poderá haver substituição parcial ou total dos documentos por certificado de registro cadastral e certificado de pré-qualificação, nos termos do instrumento convocatório.

**§ 2º** Em caso de inabilitação, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, por ordem de classificação.

**Art. 46.** O instrumento convocatório definirá o prazo para a apresentação dos documentos de habilitação.

**Art. 47.** Quando utilizado o critério de julgamento pelo maior lance, nas licitações destinadas à alienação, a qualquer título, dos bens e direitos da Administração Pública, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira poderão ser dispensados, se substituídos pela comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a cinco por cento do valor mínimo de arrematação.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não dispensa os licitantes da apresentação dos demais documentos exigidos para a habilitação.

**Art. 48.** Em qualquer caso, os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, apenas em relação ao licitante mais bem classificado.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

**Art. 49.** Caso ocorra a inversão de fases prevista no § 1.º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

- I - os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas;
- II - serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes; e
- III - serão julgadas apenas as propostas dos licitantes habilitados.

**Da Participação em Consórcio**

**Art. 50.** Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, serão observadas as seguintes condições:

- I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório;
- III - apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
- IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:

a) apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração Pública estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação; e

b) demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório;

V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

**§ 1º** O instrumento convocatório deverá exigir que conste cláusula de responsabilidade solidária:

- I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
- II - no contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

**§ 2º** O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do *caput*, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

**§ 3º** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

**§ 4º** O instrumento convocatório poderá, no interesse da Administração Pública, fixar a quantidade máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

**§ 5º** O acréscimo previsto na alínea "a" do inciso IV do *caput* deste artigo não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

**Art. 51.** O faturamento, poderá ser feito direta e isoladamente para a contratante, por uma ou mais das consorciadas, decorrente da execução de partes distintas do objeto







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

do contrato de consórcio, obrigando a consorciada à remessa mensal, para a empresa líder ou para a consorciada eleita para tais fins, dos respectivos documentos comprobatórios das receitas auferidas, bem como dos custos e despesas incorridos.

§ 1º O faturamento correspondente às operações do consórcio será efetuado pelas pessoas jurídicas consorciadas, mediante a emissão de nota fiscal ou de fatura própria, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento.

§ 2º Caso uma ou mais das consorciadas execute partes distintas do objeto do contrato de consórcio, bem como realizar faturamento direto e isoladamente para a contratante, a consorciada remeterá à empresa líder ou à consorciada eleita, mensalmente, cópia dos documentos comprobatórios de suas receitas, custos e despesas incorridos.

§ 3º Nas hipóteses autorizadas pela legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a Nota Fiscal ou a Fatura poderá ser emitida pelo consórcio no valor total, caso em que cópia da Nota Fiscal ou da Fatura será remetida à empresa líder ou à consorciada eleita, indicando na mesma a parcela de receitas correspondente a cada uma das empresas consorciadas para efeito de operacionalização contábil.

**Da Participação em Cooperativa**

**Art. 52.** Quando permitida a participação na licitação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, serão observadas as condições dispostas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Das Impugnações, dos Pedidos de Esclarecimento e dos Recursos**

**Art. 53.** As impugnações, os pedidos de esclarecimento e os recursos se darão na forma dos artigos 164 ao 168 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 20. 656, de 3 de agosto de 2021.

**Do Encerramento**

**Art.54.** Finalizada a fase recursal, a Administração Pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**Art. 55.** Exaurida a negociação prevista no art. 61 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade máxima, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supérveis;
- II - anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- III - revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- IV - adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

§ 1º No caso de anulação e revogação de licitações serão seguidas as disposições contidas no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

**§ 2º** Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos arts. 165 a 168 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no que couber.

**§ 3.º** As decisões a que se referem os incisos II, III e IV, do caput deste artigo deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município e disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do contratante.

**Art. 56.** Antes de enviar o procedimento para a autoridade máxima o agente de contratação, o pregoeiro, e/ou a comissão de contratação deverá se certificar de que o procedimento está devidamente instruído e anexar:

I - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

II- proposta de preços do licitante;

III- os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

IV - ata da sessão pública, que conterà os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os lances ofertados, na ordem de classificação;

d) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

e) a aceitabilidade da proposta de preço;

f) a habilitação;

g) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

h) o resultado da licitação;

V - a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

VI - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida;

**§ 1º** A instrução do processo licitatório será realizada preferencialmente por meio eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

**§ 2º** A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

**Art. 57.** Convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos em edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

**Art. 58.** É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos:

I - revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e neste Regulamento; ou







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

II - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**Parágrafo único.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso II do *caput*, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

### Da Participação das Micro e Pequenas Empresas

**Art. 59.** Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e na e Lei Complementar nº 163, de 2013.

**§ 1º** As disposições a que se refere o *caput* deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**§ 2º** A obtenção de benefícios a que se refere o *caput* deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

**§ 3º** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

**Art. 60.** Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, objetivando especialmente:

I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II - ampliação da eficiência das políticas públicas; e

III - o incentivo à inovação tecnológica.

**Art. 61.** Para a ampliação da participação dos beneficiários do tratamento diferenciado nas licitações, o Município poderá:

I - estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas;

II - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar os favorecidos para que adequem os seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação dos beneficiários do tratamento diferenciado sediados local ou regionalmente;

IV - parcelar o objeto da licitação de modo a ampliar a possibilidade de participação dos beneficiários do tratamento diferenciado, considerando na definição dos itens e



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

lotes a necessidade do desenvolvimento local e regional, em função dos locais em que os bens, serviços e obras deverão ser entregues ou executados;

**V** - manter dados no Portal de Compras Governamentais, referente a participação nas licitações e cadastramento, assim como prazos, regras e condições usuais de pagamento.

**Art. 62.** O balanço patrimonial somente será exigido dos beneficiários do tratamento diferenciado quando indispensável para a prova de habilitação econômico-financeira consoante disposto no instrumento convocatório.

**Art. 63.** A comprovação de regularidade fiscal dos beneficiários do tratamento diferenciado somente será exigida para efeito de habilitação e contratação e não como condição para participação na licitação.

**§ 1º** Na fase de habilitação, os beneficiários do tratamento diferenciado deverão apresentar a documentação exigida no instrumento convocatório e, havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**§ 2º** A declaração do vencedor de que trata o § 1º deste artigo acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso do pregão e da concorrência, e no caso das demais modalidades de licitação, no momento posterior ao julgamento das propostas.

**§ 3º** A prorrogação do prazo previsto no § 1º deste artigo deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**§ 4º** A não-regularização da documentação no prazo previsto no § 1º deste artigo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**Art. 64.** Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e Lei Complementar n.º 163, de 2013.

**§ 1º** Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas por beneficiário do tratamento diferenciado sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço, quando este não tiver sido apresentado por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

**§ 2º** Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

**§ 3º** O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por beneficiário do tratamento diferenciado.

**§ 4º** A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, o beneficiário do tratamento diferenciado e favorecido melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 08/08/23

II - na hipótese da não contratação de beneficiário de tratamento diferenciado e favorecido com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 44 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º Após o encerramento dos lances, o beneficiário do tratamento diferenciado e favorecido melhor classificado será convocado para apresentar nova proposta de preço no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 6º Nas licitações do tipo técnica e preço o direito de preferência será exercido pela forma prevista no instrumento convocatório.

**Da Licitação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

**Art. 65.** O Município deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação no valor estabelecido em legislação federal.

**Da Subcontratação Compulsória de Beneficiários do Tratamento Diferenciado**

**Art. 66.** Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de beneficiários do tratamento diferenciado, sob pena de extinção contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - os percentuais mínimo e máximo a serem subcontratados, vedada a subcontratação total do objeto;

II - que a empresa contratada se compromete a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

III - que a empresa contratada se responsabilize pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação;

IV - os beneficiários do tratamento diferenciado a serem subcontratados deverão ser sediados no Município ou Região no qual será executado o objeto, salvo quando esta determinação puder comprometer a qualidade da execução contratual.

§ 1º Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual;

II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta prefeitura  
municipal em 06/03/23

§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º O edital deverá estabelecer prazo para o contratado apresentar o plano de subcontratação e a documentação probatória da habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como, quando for o caso, de habilitação técnica e econômico-financeira das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual subcontratados, que deverão ser mantidas na vigência contratual, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 4º Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, devidamente justificada.

§ 5º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 6º São vedadas:

I - a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

II - a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação.

**Da Aquisição de Bens de Natureza Divisível**

**Art. 67.** Nas licitações destinadas à aquisição de bens de natureza divisível, os órgãos e entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de beneficiários do tratamento diferenciado.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a adjudicação e contratação da totalidade do objeto licitado com beneficiário do tratamento diferenciado.

§ 2º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

§ 3º O dimensionamento da cota reservada deverá considerar a natureza do objeto e a capacidade técnica e econômico-financeira das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual, bem como a necessidade do órgão ou entidade contratante, de acordo com o Plano de Contratações Anual do Município.

§ 4º Nas licitações pelo Sistema de Registro de Preço, ou para fornecimento parcelado, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo nos casos de licitação exclusiva para participação de beneficiários do tratamento diferenciado de que trata o art. 59 deste Regulamento.

§ 6º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

**Disposições Gerais sobre o Tratamento Diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

**Art. 68.** Não se aplica o disposto nos arts. 65 a 67 deste Regulamento quando:







ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a licitação for inexigível ou dispensável, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual;

§ 1º Para o disposto no inciso II deste artigo, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;

II - causar grandes transtornos operacionais para o órgão ou entidade contratante, justificadamente; e

III - a natureza do bem, serviço ou obra, ou as práticas e regras usuais de mercado forem incompatíveis com a aplicação dos benefícios.

§ 2º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes justificativas:

I - verificação da inexistência de um mínimo 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediados no local ou região, por meio de declaração prévia obrigatória dos licitantes na licitação;

II - ausência de participação efetiva de um mínimo de 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediadas local ou regionalmente em licitação com o mesmo objeto e na mesma região;

III - consulta à associação de comércio, indústria e serviços do local ou região em que será executado o objeto da licitação, ou a cadastro informatizado de fornecedores que identifique os fornecedores locais e regionais;

IV - estudos de mercado ou pareceres técnicos.

**Art. 69.** Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para os favorecidos deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

**Art. 70.** O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, no ano fiscal anterior, ou por outra razão perder a condição de beneficiário do tratamento diferenciado, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Regulamento.

**Parágrafo único.** Para comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, o licitante que usufruir do referido benefício deverá apresentar, na fase de habilitação, a Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada ou documento equivalente, além de Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a





ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PODER EXECUTIVO

Resolução nº 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

**Art. 71.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Novo Horizonte do Oeste, 06 de Março de 2023.

**Prefeito Municipal**  
**Cleiton Adriane Cheregatto**







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Decreto</b>	<b>Pregoeiro</b>	<b>26/03/2026</b>
ID: <b>313264</b>		Processo
CRC: <b>85E4DC50</b>		Documento
Processo: <b>1-308/2026</b>		
Usuário: <b>MARCOS ANTONIO DA SILVA</b>		
Criação: <b>26/03/2026 09:48:22</b>	Finalização: <b>26/03/2026 09:49:13</b>	
MD5: <b>906624F6F47921B38E5C35A423CDF85E</b>		
SHA256: <b>2D40C0BD2A68ADAF207C3CFB5A59FEA367FCC3FD4205716B5C1A9988EADFCB5A</b>		
Súmula/Objeto:		
<b>Decreto</b>		

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	26/03/2026 09:48:22
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	26/03/2026 09:48:22
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 313264 e o CRC 85E4DC50.



# MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AV. ELZA VIEIRA LOPES, 4803

CNPJ : 63.762.009/0001-50

## Lista com a média dos valores cotados

Número da Cotação: 00068/26		Data: 18/03/2026	Abertura: 26/03/2026		Encerramento: 26/03/2026	
Item	Código	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	093.001.033	CONT. DE EMP. ESPEC. PARA A CONSTRUÇÃO DE BUEIROSÇ		1	211.364,59	211.364,59
Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.						
TOTAL				1	211.364,59	211.364,59







# Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Cotação</b>	<b>Média</b>	<b>26/03/2026</b>	
ID:	<b>313275</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>B0DC9D86</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>MARCOS ANTONIO DA SILVA</b>		
Criação:	<b>26/03/2026 10:21:23</b>	Finalização:	<b>26/03/2026 10:22:09</b>
MD5:	<b>3F182018B348DCF9748115B7C9ACCA88</b>		
SHA256:	<b>A234E38CB33D02C9343C1D80D24534BC141A4E24927819ECA2843D3D6A818071</b>		
Súmula/Objeto:			
<b>Cotação</b>			

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	26/03/2026 10:21:23
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	26/03/2026 10:21:23
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 313275 e o CRC B0DC9D86.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. Contratação de empresa especializada para a **CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m**, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Estrada	Km	Coordenadas geográficas	
01	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54"	W 62° 3' 54'
02	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20"	W 62° 4' 13"
03	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28"	W 62° 4' 18"
04	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25"	W 62° 4' 18"
05	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
06	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
07	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
08	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
09	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57"	W 62° 4' 18"
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48"	W 62° 4' 18"
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33"	W 62° 4' 18"
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34"	W 62° 4' 18"
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14"	W 62° 4' 18"
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2"	W 62° 4' 18"
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58"	W 62° 4' 18"
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57"	W 62° 4' 18"
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29"	W 62° 4' 18"
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29"	W 62° 4' 19"
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23"	W 62° 4' 19"
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15"	W 62° 4' 18"
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16"	W 62° 4' 19"
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7"	W 62° 4' 19"
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58"	W 62° 4' 19"
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41"	W 62° 4' 19"
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59"	W 62° 4' 19"
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46"	W 62° 4' 19"
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37"	W 62° 6' 23"
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53"	W 62° 8' 42"
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6"	W 62° 8' 45"

1.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com julgamento pelo **menor preço global estimado**, conforme critérios definidos neste documento, considerando-se que a adoção do menor preço global evita a fragmentação do objeto e a consequente divisão da execução entre múltiplas empresas.

1.3. O desconto ofertado será **distribuído proporcionalmente** sobre todos os itens da planilha de preços, de forma **linear e equitativa**, mantendo a proporção entre os preços unitários de cada item.

1.4. O presente certame será realizado de forma **regionalizada**, visando atender às demandas locais e promover maior eficiência logística, observando-se os princípios da economicidade e da competitividade.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de construção de bueiros de concreto tipo BSTC, com diâmetro de 0,60 m, visando garantir a adequada drenagem das águas pluviais nas estradas vicinais do município.

2.2. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social, sendo o principal meio de acesso às propriedades rurais, ao escoamento da produção agrícola, ao transporte escolar e ao deslocamento da população para acesso a serviços básicos, como saúde e comércio.

2.3. Entretanto, observa-se que diversos trechos das estradas rurais apresentam deficiência ou ausência de dispositivos adequados de drenagem, o que ocasiona acúmulo de água, erosões, formação de atoleiros e, em períodos chuvosos, a interrupção total do tráfego. Essa situação compromete diretamente a trafegabilidade, gerando prejuízos aos produtores rurais, riscos à segurança dos usuários e dificuldades no atendimento de serviços públicos essenciais.

2.4. A implantação de bueiros tubulares de concreto (BSTC) com diâmetro de 0,60 m é necessária para promover o correto escoamento das águas pluviais, reduzindo os impactos causados pela ação das chuvas, preservando a estrutura das vias e garantindo melhores condições de acesso durante todo o ano.

2.5. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de manutenção e melhoria da infraestrutura viária rural, assegurando a continuidade do tráfego, o desenvolvimento das atividades econômicas locais e a qualidade de vida da população.

## **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A construção proposta consiste na implantação de linhas simples de bueiro tubular de concreto (BSTC) com diâmetro nominal de 600 mm, com tubos padrão PA1, conforme especificações do SICRO/DNIT e da ABNT NBR 8890:2020. Os tubos serão assentados em vala localizada na região da sarjeta, sobre berço de cascalho, garantindo apoio uniforme e estabilidade estrutural.

3.2. A solução contempla ainda a execução de bocas de bueiro nas extremidades de entrada e saída do fluxo de água, com a finalidade de direcionar adequadamente o escoamento e evitar processos erosivos. Sobre a linha do bueiro será executada camada de aterro compactado, garantindo a recomposição do acesso e promovendo a adequada fixação da tubulação ao solo.

3.3. A implantação dos bueiros tem como objetivo permitir a passagem segura das águas pluviais sob os acessos às propriedades, assegurando a continuidade do escoamento natural, reduzindo riscos de alagamentos, erosões e danos à via rural. A solução adotada também contribui para a melhoria das condições de trafegabilidade, durabilidade da estrada e segurança dos usuários, especialmente em períodos de chuvas intensas.

## **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

4.1.2. O contratado deverá atender a todos os preceitos legais vigentes e as condições de habilitação previstas no artigo 62 da lei 14.133/2021.

### **4.2. Subcontratação**

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.3. Garantia da contratação**

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.4. Capacidade Técnica

4.4.1. Será solicitado para fins de capacidade técnica o Atestado de Capacidade Técnica/Acervo técnico e ART de obras executados pelo Responsável Técnico registrado na entidade competente, com as características do objeto da licitação, devendo atender a quantidade mínima de 40% dos itens de serviço de maior relevância.

Serviços	Quantidade licitada	Percentual solicitado	Quantidade mínima
Corpo de BSTC D=0,60m PA1 com berço em cascalho areia e brita comerciais	217,00	40%	86,8
Boca de BSTC D=0,60m esconsidade 0º areia e brita comerciais alas retas	58,00	40%	23,0

#### 4.5. Vistoria

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme data e horário estabelecido em edital;

4.5.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.5.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. Condições de execução

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Prazo de execução: **60 (sessenta) dias corridos** a partir da emissão da ordem de serviço e uma vigência para o Contrato conforme a lei determina.

#### 5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados conforme descritos na ordem de serviço.

#### 5.3. Materiais a serem disponibilizados

5.3.1. A Contratada deverá ter disponível os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidades necessárias para a perfeita execução dos serviços.

#### 5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- Estudo Técnico Preliminar;
- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Composição de Custos, tabelas de encargos, etc.

5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### 5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **SUBCONTRATAÇÃO**

6.15. A CONTRATADA não poderá, sob qualquer pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços; a subcontratação será permitida quando for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a contratada realizará a supervisão e coordenação

das atividades da "subcontratada", bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade não executada pela contratada.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.12.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.13.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.13.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.13.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.13.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.13.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. Critérios de medição e pagamento**

### **Do recebimento**

8.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.1.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



8.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e 8.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Do pagamento**

8.8. O pagamento será faturado mediante apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo fiscal de contrato.

8.9. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da execução do objeto licitado.

8.10. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura informações da empresa informando o Banco, a Agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

8.11. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.12. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

8.13. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame tais como:

A. Certificado de Regularidade do FGTS;

B. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

C. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da Sefin (Finalidade: Outras Transações de Qualquer Natureza com a Administração Pública);

D. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

E. Certidão Negativa Municipal da Sede da Empresa.

## **9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

## **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

## **10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 211.364,59 (duzentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme documentos em anexo.

## **11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Projeto Atividade 1173 elemento de despesa 44.90.51 ficha 299.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Novo Horizonte do Oeste RO, 27 de março de 2026.

### **Documento subscrito de forma digital:**

Ronaldo Delazari - Prefeito

Alessandro Ferreira Arruda - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

---

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970

---



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 27/03/2026 às 13:31, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 27/03/2026 às 17:49, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **314215** e o código verificador **4D75A1BD**.

---

Referência: [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 314215 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**PARECER**

**Processo Administrativo nº 308/2026.**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste/RO.**

**I- RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme projeto, planilha, justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Estudo técnico preliminares;
- III) Planilha orçamentária;
- IV) Termo de referência e Justificativa;
- V) Análise de Riscos
- VI) Reserva Orçamentária;
- VII) Minuta do Edital e anexos.
- VIII) Minuta do contrato.

Os autos vieram à Procuradoria para análise e parecer quanto à legalidade do procedimento adotado assim como à minuta do edital e minuta do contrato.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade e legalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

É a síntese do necessário.

## **II- APRECIÇÃO JURÍDICA**

### **Finalidade e abrangência do parecer jurídico**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

Enunciado BPC nº7.

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

### **III - DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Pois bem. O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento para contratação, senão





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

vejam os:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X- a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI- a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação,





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, **constata-se a presença dos elementos essenciais da fase preparatória nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, considerando a natureza do objeto, onde os objetos da contratação atenderão a demanda da administração.

#### **IV - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Verifica-se dos autos que **o estudo técnico preliminar** apresentado possuem os elementos ao mínimo exigido em lei, conforme disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

No presente caso, verifica-se que o órgão requisitante elaborou o estudo técnico preliminar, com as exigências necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **V - DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Seguindo a análise, verifica-se que o **termo de referência** elaborado a partir







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

do estudo técnico preliminar, contem os elementos essenciais exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Nesse sentido, observa-se que o Termo de Referência apresentado atende o disposto na legislação vigente.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela nova lei de licitações (Lei 14.133/2021) para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

**VI - Da Minuta do Edital.**





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública.

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

Diante do apresentado, **afere-se que os itens e cláusulas da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com os requisitos elencados do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021**, de modo a atender aos pressupostos legais para sua publicação.

Ademais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo a **CONCORRÊNCIA em sua forma eletrônica**, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, o critério de seleção da proposta como sendo o “**menor preço**”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Nesse sentido, observando-se os documentos acostados aos autos do processo licitatório em epígrafe, justifica-se a utilização da CONCORRÊNCIA





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

ELETRONICA para o referido procedimento, considerando a natureza do objeto a ser contratado, sendo certo que, não obstante o caráter facultativo da licitação, o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema vem trazendo para o Setor Público, com a redução dos preços praticados, a simplificação dos procedimentos e a maior celeridade e transparência no certame.

## **VII - Da Minuta do Contrato**

O artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

**Da análise dos autos, verifica-se que a “minuta do contrato” possui as cláusulas mínimas previstas pelo art. 92 Lei nº 14.133/2021**, estando em consonância com a legislação em vigência, havendo condições, portanto, de prosseguimento da licitação em seus ulteriores termos.

### **VIII - Publicidade do edital e do termo do contrato.**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **IX - CONCLUSÃO**







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **opina-se pela legalidade da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato.**

Salvo melhor juízo, este é o meu Parecer.

Sem mais, remeto os autos à CPL para o prosseguimento do feito.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 31 de março de 2026.

**SIDNEI FURTADO MENDONÇA  
PROCURADOR MUNICIPAL**





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Parecer**

Identificação/Número

**Jurídico**

Data

**31/03/2026**

ID: **315078**

CRC: **BB66DDC0**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **SIDNEI FURTADO MENDONCA**

Criação: **31/03/2026 08:25:36** Finalização: **31/03/2026 08:26:51**

Processo



Documento



MD5: **09EC1770F09B869BF05F1EA4D723EBF0**

SHA256: **FF913211BAD4F94E882C9360FBA9AA549058B4CC3CE39B0E8292DE97EF7DFF31**

Súmula/Objeto:

**PARECER**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

31/03/2026 08:25:36

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

31/03/2026 08:25:36

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



SIDNEI FURTADO MENDONCA

PROCURADOR JURIDICO

31/03/2026 08:27:14

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 315078 e o CRC BB66DDC0.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**DESPACHO DO PROCESSO INTEGRADO (ID 8)**  
**1-308/2026**

---

Interessado: **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**  
Assunto: **CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M**

---

Data/Hora: **31/03/2026 10:46:24**  
Origem: **CPL (5)**  
Destino: **ASSESSORIA JURIDICA (3)**  
Finalidade: **()**

---

**Despacho:**

Encaminho o referido processo para análise e parecer em face da regionalização solicitada no termo de referencia ID 314215, em seu item 1.4, uma vez que o valor global do item e R\$ 211.364,59.

**MARCOS ANTONIO DA SILVA**  
**AGENTE ADMINISTRATIVO**

---

**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)**  
**Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970**

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO DA SILVA, PREGOEIRO MUNICIPAL**, em 31/03/2026 às 10:53, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **315266** e o código verificador **03884973**.

---

**Referência:** [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 315266 v1



ESTADO DE RONDÔNIA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

**DESPACHO**

**Processo Administrativo nº 308/2026.**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC**

Visto e analisando os autos.

Considerando o despacho retro, os benefícios para contratação de empresa sediadas “local ou regionalmente” somente se aplicam às licitações exclusivas para ME ou EPP ao objeto de licitação limitado ao valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, §3º da Lei Complementar n. 123/2006.

Nestes termos verifica-se ser inaplicável a regra de preferência de contratação de empresa “local ou regional” ao objeto de licitação destes autos, uma vez que ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devendo referida licitação ser processada pelo rito comum, sem a referida preferência “local ou regional”.

No mais, retorne os autos à CPL para as providências de praxe.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 06 de abril de 2026.

**SIDNEI FURTADO MENDONÇA**  
**PROCURADOR MUNICIPAL**







## Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Despacho</b>	<b>308</b>	<b>06/04/2026</b>

ID:	<b>316527</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>DCF7643D</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>SIDNEI FURTADO MENDONCA</b>		
Criação:	<b>06/04/2026 13:20:47</b>	Finalização:	<b>06/04/2026 13:24:42</b>

MD5: **FB4A7851B7265C8D7897AE2AC1A1C162**

SHA256: **F9DBDAA3FC95EAF512D6D013F2681E585F213BFDED907CD17F7263971A09088**

Súmula/Objeto:

**Despacho 308**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	06/04/2026 13:20:47
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	06/04/2026 13:20:47
---	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 <b>SIDNEI FURTADO MENDONCA</b>	<b>PROCURADOR JURIDICO</b>	<b>06/04/2026 13:24:59</b>
---	----------------------------	----------------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 316527 e o CRC DCF7643D.

# EDITAL DE CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 02/CPL/2026

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo.

## VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 211.364,59 (duzentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço global]

## MODO DE DISPUTA:

[aberto]

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

## PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL

Não



## Processo Administrativo nº 308/SEMOSP/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, RO, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediada na Av. Elza Vieira Lopes nº 4803, Bairro Centro – CEP 76.956-000. Torna-se público O Edital Concorrência Eletrônica Nº 02/CPL/2026, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo. Sendo através da Secretaria Municipal de Obras. Conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, o qual será realizado na modalidade CONCORRENCIA, na forma ELETRÔNICA, tendo como forma de julgamento Menor Preço Global, tudo baseado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 44/2023, de 06 de março de 2023, Decreto Municipal nº 102/20 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1- DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo.
- 1.2. *A licitação será por preço global, conforme tabela constante do Anexo I do edital e planilhas em anexo.*
- 1.3. *Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Nº 308/SEMOSP/2026 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.*
- 1.4. *Todas as informações, exigências e determinações contidas no Termo de Referência são de responsabilidade exclusiva da Secretaria requisitante, que as elaborou e validou, cabendo-lhe a responsabilidade técnica pelos cálculos, valores e especificações apresentadas.*
- 1.5. *À Comissão Permanente de Licitação compete assegurar a legalidade, regularidade e conformidade do procedimento licitatório, observando e aplicando as informações fornecidas pela Secretaria requisitante, sem prejuízo de sua responsabilidade administrativa quanto ao fiel cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.*
- 1.6. *É importante salientar que o Objeto deste certame fora solicitado pela secretaria requisitante e autorizado pelo SECRETARIO RESPONSSAVEL DA PASTA, assim como a descrição dos itens e quantitativos solicitados.*

**2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Concorrência Eletrônica as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Licitanet. ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).
- 2.2. licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.4.1. *peçoas jurídicas reunidas em consórcio;***

**2.5.** Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, é facultada a participação de empresas em consórcio, cabendo à Administração estabelecer condições específicas para garantir a responsabilidade solidária e a efetiva execução do objeto. A fixação de percentual mínimo encontra respaldo no princípio da eficiência e da economicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

**2.5.1.** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, desde que observadas as seguintes condições:

**2.5.2.º** Comprovação formal: O consórcio deverá apresentar compromisso público ou particular de constituição, firmado pelas empresas consorciadas, indicando a empresa líder, que será responsável pela representação perante a Administração.

**2.5.3.º** Responsabilidade solidária: As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da licitação e da execução do contrato, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**2.5.4.º** Limitação de participação: Cada empresa poderá integrar apenas um consórcio e não poderá participar simultaneamente de forma isolada.

**2.5.5.º** Documentação: Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados individualmente por cada consorciada, sem prejuízo da comprovação conjunta da capacidade técnica e econômico-financeira, quando admitido.

**2.5.6.º** Percentual mínimo de participação: Cada consorciada deverá assumir percentual mínimo de participação nas obrigações do consórcio, não inferior a 5% (cinco por cento).

**2.5.7.º** Alteração da composição: A alteração da composição do consórcio após a entrega das propostas poderá ser admitida, desde que devidamente justificada por razões técnicas ou operacionais, autorizada pela Administração e sem prejuízo ao princípio da isonomia entre os licitantes.

**2.6.** Capacidade técnica e operacional: O consórcio deverá comprovar capacidade técnica e operacional suficiente para execução integral do objeto, podendo somar as qualificações das empresas consorciadas.

**2.7.** Essa redação mantém a base legal (art. 15 da Lei 14.133/2021), mas flexibiliza a regra de vedação de alteração, permitindo ajustes quando houver justificativa técnica e sem comprometer a isonomia. Isso evita que o edital seja interpretado como restritivo e amplia a competitividade.

**2.8. Justificativa Técnica**

**2.9. Responsabilidade Solidária:** A exigência de percentual mínimo assegura que todas as empresas consorciadas assumam parcela efetiva das obrigações contratuais, evitando a inclusão de participantes meramente figurativos.

**2.10. Mitigação de Riscos Operacionais:** Em obras de engenharia, como a construção de bueiros de concreto, é necessário que cada consorciada disponha de capacidade técnica e financeira mínima para contribuir de forma significativa, reduzindo riscos de inadimplência.





- 2.11. Equilíbrio entre Competitividade e Exequibilidade:** Percentuais muito baixos poderiam permitir a participação de empresas sem capacidade real, comprometendo a seriedade da disputa. O limite de 5% é razoável e proporcional, garantindo envolvimento efetivo sem inviabilizar a participação de pequenas empresas.
- 2.12. Boas Práticas de Gestão Pública:** A medida está alinhada ao princípio da economicidade, evitando consórcios artificiais formados apenas para ampliar competitividade sem capacidade técnica real.
- 2.13. Precedentes e Jurisprudência:** Tribunais de Contas já reconheceram que a fixação de percentual mínimo é legítima quando justificada pela natureza do objeto. Em obras públicas, percentuais entre 5% e 10% são considerados razoáveis.
- 2.14.** A exigência de participação mínima de 5% para cada empresa consorciada é juridicamente válida e tecnicamente justificada, garantindo responsabilidade solidária efetiva, reduzindo riscos operacionais e assegurando que todas as empresas tenham envolvimento real na execução do contrato, sem comprometer a competitividade do certame.
- 2.14.1.** A adoção dessa medida está alinhada às boas práticas de gestão pública e ao princípio da economicidade.
- 2.14.2.** *O presente edital não será exclusivo para ME/EPP em razão de o valor superar o limite de R\$ 80.000,00 previsto no art. 48 da LC nº 123/2006. Contudo, não há qualquer impedimento à participação dessas empresas, que poderão concorrer em igualdade de condições com as demais licitantes, usufruindo dos benefícios previstos nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar, especialmente quanto ao tratamento diferenciado e ao empate ficto.*

### 3- DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 3.1.** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147/2014 e nº 155/2016, será assegurado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos arts. 44 e 45, aplicável ao presente certame.
- 3.2.** Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas pelas ME/EPP forem até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço válido ofertado por empresa de maior porte.
- 3.3.** Nessa hipótese, a ME/EPP melhor classificada será convocada, automaticamente pelo sistema, para apresentar proposta de preço inferior àquela ofertada pela primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos.
- 3.4.** Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais ME/EPP que se encontrem naquele intervalo de até 5%, respeitada a ordem de classificação.
- 3.5.** O sistema eletrônico de pregão realizará a verificação automática junto à Receita Federal quanto ao porte empresarial, identificando as ME/EPP participantes e aplicando o benefício de forma imediata.
- 3.6.** O benefício não se aplica quando a proposta da ME/EPP permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ou quando não atender às especificações técnicas do objeto.
- 3.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1.** aqueles que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



- 3.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5.** Não poderão disputar esta licitação:
- pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses de impedimento previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021, especialmente aquelas que tenham elaborado o anteprojeto, projeto básico ou executivo relacionado ao objeto;
  - empresas ou profissionais que mantenham vínculo direto de participação societária ou de gestão com agentes públicos responsáveis pela licitação ou pela execução do contrato, configurando conflito de interesse nos termos da legislação aplicável.
- 3.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.** O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11.** O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13.** A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**4- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.2. Valor global do item;
- 4.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo solicitado;
- 4.4. Especificações técnicas conforme Termo de Referência.
- 4.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.8. Os valores propostos deverão considerar todos os tributos incidentes sobre a operação, de acordo com o regime tributário da empresa, devendo refletir o preço final ofertado. É de responsabilidade exclusiva do licitante assegurar que sua proposta contemple corretamente os encargos fiscais aplicáveis, não sendo admitida posterior alegação de erro ou omissão.
- 4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em
- 4.11. quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 4.12.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a propostas ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 5.3. O sistema disponibilizará em campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratações e os licitantes, caso seja necessário.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **global do item**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme parametrizado no sistema junto à Licitanet. **((www.licitanet.com.br))**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no Concorrência Eletrônica o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratações, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratações persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada no dia útil seguinte conforme horário feito na comunicação do fato pelo Agente de Contratações aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





- 5.18.** Nos itens, aplicam-se as regras de tratamento favorecido previstas nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentadas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 11.462/2023, inclusive quanto ao empate ficto e ao direito de preferência.
- 5.19.** A verificação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pela [Lei 14.133/2021 e Decreto 11.462/2023](#).
- 5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.4.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.4.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.4.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.4.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.5.2. empresas brasileiras;
- 5.19.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.19.6.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.19.7.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.8.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.9.** O Agente de Contratações solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, envie a proposta adequada juntamente com as planilhas referente ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.19.10.** É facultado ao Agente de Contratações prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.20.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratações iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6- DA FASE DE JULGAMENTO**

### **6.1. Do Critério de Julgamento por Menor Preço Global**

Nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o presente certame adota como critério de julgamento o **Menor Preço Global**, conforme definido no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, pelos seguintes fundamentos:

**6.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratações verificará se faz jus ao benefício.

**6.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.4.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.4.1.** conter vícios insanáveis;

**6.4.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.4.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido pela Administração;

**6.4.4.** “Será considerado inexequível o preço que:

**6.4.5.** (i) for inferior a 70% da média aritmética dos preços ofertados pelos demais licitantes, quando houver pelo menos três propostas válidas;

**6.4.6.** (ii) for inferior a 80% do valor estimado pela Administração, quando houver menos de três propostas válidas;

**6.4.7.** (iii) não apresentar planilha de custos compatível com a legislação vigente; ou

**6.4.8.** (iv) não comprovar sua viabilidade quando solicitado pela Administração.



**6.4.9.** Nesses casos, o licitante será convocado a apresentar justificativas e comprovações técnicas, sob pena de desclassificação, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.”

**6.4.10.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.5.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o fornecedor será convocado a apresentar planilha de custos que comprove a viabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. cabendo ao Agente de Contratações decidir pela sua aceitação ou desclassificação, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**6.6.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7- DA FASE DE HABILITAÇÃO

**7.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÕES FARA AS CONSULTAS E VERIFICARÁ SE A EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) Certidão de Consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011. (<https://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);
- d) Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada. ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou Site: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf> (No caso específico da consulta ao SICAF, constante do inciso II, do Art. 44, da Portaria Interministerial nº 424/2016, como não há obrigatoriedade de a empresa ser cadastrada no referido sistema a consulta deverá ser realizada).

**7.1.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, em conformidade com o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções aplicáveis ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

**7.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



- 7.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratações/Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.1.6. **CASO HAJA INADIMPLÊNCIA O LICITANTE SERÁ INABILITADO.**

7.2. Os documentos Exigidos neste edital e no termo de referência são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômica e capacidade técnica da empresa e garantir que está apta realizar o objeto da licitação. Sendo assim serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#). **Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos A SEGUIR:**

- a) Registro na Junta Comercial da respectiva sede da licitante, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- b) Em caso de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado ou inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- d) Em caso de **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- e) Em caso de **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade civil, Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da diretoria em exercício;
- g) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- i) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.





- j) Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

### 7.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**7.3.1.** Para a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista deverão ser juntados os seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Classificação Nacional de Atividade Econômica, no serviço necessário para o desenvolvimento do objeto do presente certame.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da licitante, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- f) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- g) Certidão consolidada do TCU.

**7.3.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**7.3.3.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**7.3.3.1.** Nos termos do artigo 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade



fiscal, com alguma restrição, terão o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **prorrogáveis por igual período**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.3.3.2. O disposto no subitem anterior não suspende a licitação. A existência de restrição na documentação fiscal de empresas beneficiadas, na forma da Lei complementar nº 123/2006, será registrada em Ata;

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **7.3.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista ou econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.4.1.** Em relação às **fornecedoras cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  1. Ata de fundação;
  2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
  6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;
  7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **7.5. HABILITAÇÃO REFERENTE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**



**7.5.1.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente,** deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

- a) Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.
- b) Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

**7.5.1.2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos **dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizada por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

- a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício assim apresentados:
  - I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial.
  - II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
  - III. Sociedades sujeitas ao regime das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
  - IV. Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**7.5.1.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.**



7.5.1.3.1. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, devendo obter resultado superior a 1 (um):

<b>LG =</b>	<b>ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>
	<b>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
<b>SG =</b>	<b>ATIVO TOTAL</b>
	<b>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
<b>LC =</b>	<b>ATIVO CIRCULANTE</b>
	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>

7.5.1.3.2. **As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos, juntado ao balanço.**

7.5.1.3.3. Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

**Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.**

**Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.**

**Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.**

**LG = Liquidez Geral – superiores a 1**

**SG = Solvência Geral – superiores a 1**

**LC = Liquidez Corrente – superiores a 1**

7.5.1.3.4. **Para o fim previsto no item anterior, será considerado o valor total vencido pelo licitante. Conforme proposta final apresentada.**

7.5.1.3.5. No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, **devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.**

***ESCLARECIMENTO/JUSTIFICATIVA: Em 2016 o TCU se manifestou duas vezes sobre o tema (Acórdão 472/2016P e 116/2016P) e mais outra vez em 2017 no Acórdão 2.145/2017-Plenário. Diante da constante evolução do entendimento***



*do TCU sem ainda uma consolidação, no caso, devemos seguir sempre a orientação do Acórdão mais recente de que o edital se posicione sobre o critério de aceitação da data de validade do balanço Patrimonial notadamente para deixar claro a imparcialidade e o julgamento objetivo de quem conduzirá a sessão pública. Desta feita, o edital deverá indicar expressamente qual exercício ao qual o Balanço Patrimonial deve se referir, podendo considerar válido desde que conste expressamente no edital, as duas datas, quais sejam:*

**7.5.1.3.6. O último dia útil do mês de maio para as empresas obrigadas ao SPED Fiscal e 30 de abril para as demais.**

## **7.6. Qualificação Técnica:**

- 7.6.1.**As exigências quanto a qualificação técnica deverá ser conforme descritos neste EDITAL.
- 7.6.2.**Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 7.6.3.**A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.6.4.**Certidão de Registro e Quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, – (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro Conselho Regional qualificado, em plena validade;
- 7.6.5.**Atestado de Capacidade Técnica/Acervo técnico e ART de obras executados pelo Responsável Técnico registrado na entidade competente, com as características do objeto da licitação. A comprovação do vínculo dos profissionais técnicos deverá ser efetuada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- 7.6.6.**Comprovação de aptidão da proponente, mediante apresentação de no mínimo **01** atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, carimbado e deverá(ão) conter obrigatoriamente as seguintes informações: razão social, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e endereço da pessoa jurídica expedidora; nome, função e telefone do responsável pela assinatura; descrição dos serviços prestados;
- 7.6.7.**Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 7.6.8.**Apresentação do(s) profissional(is) acima indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características igual e ou semelhantes ao objeto da licitação:
- 7.6.9.**O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.





- 7.6.10.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 7.6.11.** No caso da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, deverá constar ainda a indicação do contrato (se for o caso) e sua vigência, e/ou a indicação do contrato administrativo (se for o caso) e sua vigência contratual, acompanhado da(s) ARTs/CAT que lhe deu origem.
- 7.6.12.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.6.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.6.14.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.6.15.** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.6.16.** Os documentos complementares exigidos que não estiverem contemplados na habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **MÍNIMO, (2:00) DUAS HORAS** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 7.6.17.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço e as planilhas observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6.18.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.6.19.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior lances, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.6.20.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.6.21.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.6.22.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



- 7.6.23.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.6.24.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.6.25.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.17.1.
- 7.6.26.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.6.27.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 7.6.28.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.7.**
- 7.7.1.** Todos os demais requisitos da contratação e obrigações da contratada estão vinculados estritamente ao termo de referência.
- 7.8.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.9.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.10.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **meio eletrônico anexado no sistema LICITANET**.
- 7.11.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.12.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.13.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.14.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.15.** A habilitação será verificada junto à Licitanet. ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), nos documentos por ele abrangidos.

**7.15.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**7.16.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**7.16.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**7.17.** A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.17.1.** Caso seja exigido documentos complementares para comprovação de alguma restrição que não estejam contemplados junto à Licitanet. ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)) serão enviados por meio do sistema, **Portal Licitanet** em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratações.

**7.18.** A verificação no Portal Licitanet ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.18.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital ou Termo de Referência somente serão exigidos na fase da habilitação. Caso a fase seja invertida em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.19.** Após a entrega dos documentos e terminada a fase de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**7.19.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.19.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.20.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.21.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.17.1.



- 7.22.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.23.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 8- DAS REGRAS PARA APRESENTAR DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA FINAL

**8.1.** Terminada a fase de lances o **Agente de Contratações** abrirá o prazo de no mínimo **24 (vinte quatro) horas para que a(s) empresa(s) Vencedora(s) anexe a proposta final juntamente com as planilhas** com o valor adequado ao último lance ofertado, e os **documentos de habilitação**, caso seja anexado alguma proposta divergente da cadastrada no Portal Licitanet ([www.Licitanet.com.br](http://www.Licitanet.com.br)), ou divergente do último lance, prevalecerão, as especificações e o último lance ofertados no Portal Licitanet ([www.Licitanet.com.br](http://www.Licitanet.com.br)).

**8.2.** Assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis após notificação da empresa no sistema Licitanet. Quanto ao prazo de execução do objeto será **60 dias corridos** conforme exigência do Termo de referência, item 5.1.2.

## 9- DOS RECURSOS

- 9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://eproc.novohorizonte.ro.gov.br/eproc/>

## **10- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratações/a durante o certame;

**10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**10.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**10.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**10.1.5.** fraudar a licitação

**10.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**10.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**10.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**10.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.2.1.** advertência;

**10.2.2.** multa;

**10.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:





- 10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4.** A multa será recolhida em percentual de 05 a 15% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de **5%** do valor do contrato lícitado.
- 10.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato lícitado.
- 10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no site Portal Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)) na aba esclarecimentos e impugnações. Para que todos tenham conhecimento.

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratações.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?q=novo%20horizonte%20do%20oeste&status=todos&pagina=1>

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.11.1.** ANEXO I – Lista Com a Cotação Média dos Valores

**12.11.2.** ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

**12.11.3.** ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**12.11.4.** ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

Novo Horizonte do Oeste/RO, 07 de abril de 2026.

Marcos Antônio da Silva  
Agente de Contratações Municipal



## ANEXO I



## MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AV. ELZA VIEIRA LOPES, 4803

CNPJ : 63.762.009/0001-50

## Lista com a média dos valores cotados

Número da Cotação: 00068/26		Data: 18/03/2026	Abertura: 26/03/2026	Encerramento: 26/03/2026		
Item	Código	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	093.001.033	CONT. DE EMP. ESPEC. PARA A CONSTRUÇÃO DE BUEIROSSÇ	1		211.364,59	211.364,59
Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.						
TOTAL			1		211.364,59	211.364,59



## ANEXO II

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 308/SEMOSP/2026

(CASO ESTA DECLARAÇÃO NÃO ESTEJA DISPONIBILIZADA NO SISTEMA LICITANET, A MESMA DEVERÁ COMPOR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO**  
AO AGENTE DE CONTRATAÇÕES MUNICIPAL.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, A EMPRESA ....., CNPJ Nº ....., COM SEDE NA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL (pessoa que irá assinar a Ata e/ou Contrato) Sr....., CPF Nº....., DECLARA A QUEM POSSA INTERESSAR QUE:

1) DECLARAMOS, PARA OS FINS DO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI N.º 14.133/21, E **DISPOSTO NOS INCISOS XXXIII** DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE NÃO EMPREGAMOS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGAMOS MENORES DE 16(DEZESSEIS) ANOS. RESSALVA AINDA, QUE, CASO EMPREGUE MENORES NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ (A PARTIR DE 14 ANOS, DEVERÁ INFORMAR TAL SITUAÇÃO NO MESMO DOCUMENTO).

2) DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI, QUE A EMPRESA NÃO FOI **DECLARADA INIDÔNEA** PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NO PRESENTE PROCESSO, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

3) DECLARAMOS PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE CONHECEMOS AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E OS TERMOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, E QUE, **CONCORDAMOS COM TODOS OS TERMOS** CONSTANTES NO MESMO E AINDA, QUE POSSUÍMOS TODAS AS CONDIÇÕES PARA ATENDER E CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS DE FORNECIMENTO ALI CONTIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A DOCUMENTAÇÃO, QUE ESTÁ SENDO APRESENTADA PARA FINS DE HABILITAÇÃO.

7) DECLARO QUE CUMPRO AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS.

8) DECLARAMOS QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9) DECLARAMOS QUE A EMPRESA ATENDE AOS **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** E QUE O DECLARANTE RESPONDERÁ PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI.

E-MAILS DE CONTATO PARA CADA SETOR RESPONSÁVEL PELO ATOS DESTA CONTRATAÇÃO:

**Emails:**.....

**Telefones para contato: ( )**.....

**Whatsapp:** xxxxxxxx

**Endereço:** xxxxxxxxxxxx **Cep:** xxxxxxxx

**Cidade:** xxxxx **Estado:** xxxx

CIDADE, ..... DE ..... DE 2026.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA





**ANEXO III****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 308/SEMOSP/2026  
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/SEMOSP/2026**

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 63.762.009/0001-50, com sede no Palácio Osvaldo Piana, sede do Poder Executivo Municipal, sito à Av. Elza Vieira Lopes Nº 4803, por seu representante legal o Prefeito Municipal, Sr. RONALDO DELAZARI, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado, a Empresa **XXXXXX**, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXXX, neste ato representada pela Sra. XXXXXXXX, inscrita no CPF de nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Processo Administrativo nº 308/SEMOSP/2026, Concorrência eletrônica nº 02/CPL/2026, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92, I e II)**

1. O presente contrato tem como objeto CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO. Conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo, as demais especificações do contrato, e de acordo com a proposta vinculada ao certame acima referenciado.

**CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será de acordo com o período estabelecido no termo de referência, a contar da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ou conforme necessidade do Contratante nos termos da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e VIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato;

3.2. O prazo de Para execução do objeto será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da data do (a) Emissão da ordem de serviços demandada pela secretaria contratante;

3.3. Caso não seja possível a realização dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, devidamente comprovadas, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

3.4. Os bens deverão ser entregues no endereço solicitado no pedido pela Secretaria Municipal contratante;



3.5. Garantia, manutenção e assistência técnica: O prazo de garantia é estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA- VALOR (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXX

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.;

6.2. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da entrega do objeto licitado e certidões negativas que vier a ser solicitadas;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e os preços iniciais poderão se reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por aditivo ou apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 8.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações, responsabilidade e especificações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 O objeto fornecido deverá ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado, devendo atender as especificações, garantias e requisitos técnicos conforme termo de referência.
- 9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, durante a execução do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))**

10.1 O objeto fornecido terá a garantia prevista no edital a contar da data de entrega no órgão licitante;

#### **DA GARANTIA E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

10.2 Apesar de não haver exigências no termo de referência, essa Administração optou se por exigir a garantia uma vez que a licitação tem um valor significativamente alto, sendo assim o objetivo principal assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo licitante vencedor. Essa garantia oferece à Administração Pública uma segurança financeira, protegendo-a contra eventuais inadimplementos, como atrasos, falhas na execução do contrato ou descumprimento das cláusulas contratuais.

10.3 Além disso, a garantia demonstra o comprometimento do licitante com a proposta apresentada e com o contrato a ser firmado, fomentando a responsabilidade e o profissionalismo na execução do objeto licitado. Essa medida também contribui para evitar práticas de desídia ou má-fé, garantindo maior transparência e eficiência no processo licitatório e na contratação pública.

10.4 Por fim, a garantia em caução representa um mecanismo de mitigação de riscos para a Administração, possibilitando o ressarcimento de eventuais prejuízos causados pela não execução das obrigações pactuadas, o que reforça a segurança jurídica e financeira do procedimento licitatório.

10.5 O Contrato a ser celebrado com a adjudicatária observará rigorosamente as condições estabelecidas neste Edital, resguardadas as disposições regulamentares do Termo Contratual da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO (Anexo).

10.6 Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa vencedora do Certame deverá: Comprovar seu poder para assinatura de contratos em nome da empresa, através



de documento legal; e atualizar todos os documentos apresentados na proposta, se vencidos.

10.7 Será exigida a garantia da contratação equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, com fundamento nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

10.9 I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

10.10 II - Seguro garantia;

10.11 III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.12 Optando a adjudicatária pela garantia mediante caução em dinheiro, dar-se-á através de depósito bancário em conta corrente específica para tal fim;

10.13 A Garantia de Execução será liberada e restituída pela Entidade à Licitante no prazo de até 60 (sessenta) dias do efetivo e integral cumprimento das obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à Entidade e emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

10.14 A garantia deverá ser prestada, no máximo, até a data de assinatura do contrato, oportunizando ainda o prazo de 1 mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, na forma do art. 96, § 3º da Lei 14.133/2021 em caso da escolha da modalidade de seguro garantia.

10.15 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

10.16 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por 120 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.17 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



10.18 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

10.19 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.21 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.22 modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.23 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.24 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.25 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



10.26 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.27 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.28 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



III - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d e i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e, f, g e h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d e i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste





13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES**

15.1 [Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples [apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no

respectivo [sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c a rt. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.](#)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)**

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, do Município de Nova Brasilândia do Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](#)

Palácio Osvaldo Piana, Sede do Poder executivo, **XX de XXXX de 2026.**

CONTRATANTE \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
RONALDO DELAZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA \_\_\_\_\_

(EMPRESA)  
(Representante)



## ANEXO IV

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 308/SEMOSP/2026



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**TERMO DE REFERÊNCIA****1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. Contratação de empresa especializada para a **CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m**, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Estrada	Km	Coordenadas geográficas	
01	LINHA 152 KM 1,1 LADO NORTE	1,10	S 11° 42' 54"	W 62° 3' 54'
02	LINHA 152 KM 4,1 LADO NORTE	4,10	S 11° 42' 20"	W 62° 4' 13"
03	LINHA 152 KM 8,0 LADO NORTE	8,00	S 11° 39' 28"	W 62° 4' 18"
04	LINHA 152 KM 8,1 LADO NORTE	8,10	S 11° 39' 25"	W 62° 4' 18"
05	LINHA 152 KM 8,5 LADO NORTE	8,50	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
06	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
07	LINHA 152 KM 8,7 LADO NORTE	8,70	S 11° 39' 9"	W 62° 4' 18"
08	LINHA 152 KM 9 LADO NORTE	9,00	S 11° 39' 16"	W 62° 4' 18"
09	LINHA 152 KM 9,1 LADO NORTE	9,10	S 11° 38' 57"	W 62° 4' 18"
10	LINHA 152 KM 9,3 LADO NORTE	9,30	S 11° 38' 48"	W 62° 4' 18"
11	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 33"	W 62° 4' 18"
12	LINHA 152 KM 9,7 LADO NORTE	9,70	S 11° 38' 34"	W 62° 4' 18"
13	LINHA 152 KM 10,3 LADO NORTE	10,30	S 11° 38' 14"	W 62° 4' 18"
14	LINHA 152 KM 10,7 LADO NORTE	10,70	S 11° 38' 2"	W 62° 4' 18"
15	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 58"	W 62° 4' 18"
16	LINHA 152 KM 10,8 LADO NORTE	10,80	S 11° 37' 57"	W 62° 4' 18"
17	LINHA 152 KM 11,7 LADO NORTE	11,70	S 11° 37' 29"	W 62° 4' 18"
18	LINHA 152 KM 13,4 LADO NORTE	13,40	S 11° 36' 29"	W 62° 4' 19"
19	LINHA 152 KM 13,6 LADO NORTE	13,60	S 11° 36' 23"	W 62° 4' 19"
20	LINHA 152 KM 13,9 LADO NORTE	13,90	S 11° 36' 15"	W 62° 4' 18"
21	LINHA 152 KM 14,1 LADO NORTE	14,10	S 11° 36' 16"	W 62° 4' 19"
22	LINHA 152 KM 14,2 LADO NORTE	14,20	S 11° 36' 7"	W 62° 4' 19"
23	LINHA 152 KM 14,4 LADO NORTE	14,40	S 11° 35' 58"	W 62° 4' 19"
24	LINHA 152 KM 14,9 LADO NORTE	14,90	S 11° 35' 41"	W 62° 4' 19"
25	LINHA 152 KM 19,9 LADO NORTE	19,90	S 11° 32' 59"	W 62° 4' 19"
26	LINHA 152 KM 20 LADO NORTE	20,00	S 11° 32' 46"	W 62° 4' 19"
27	LINHA 148, KM 7,2 LADO NORTE	7,20	S 11° 39' 37"	W 62° 6' 23"
28	LINHA 144, KM 6,6 LADO NORTE	6,60	S 11° 39' 53"	W 62° 8' 42"
29	LINHA 144, KM 12 LADO NORTE	12,00	S 11° 37' 6"	W 62° 8' 45"

**2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços de construção de bueiros de concreto tipo BSTC, com diâmetro de 0,60 m, visando garantir a adequada drenagem das águas pluviais nas estradas vicinais do município.

2.2. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social, sendo o principal meio de acesso às propriedades rurais, ao escoamento da produção agrícola,



ao transporte escolar e ao deslocamento da população para acesso a serviços básicos, como saúde e comércio.

2.3. Entretanto, observa-se que diversos trechos das estradas rurais apresentam deficiência ou ausência de dispositivos adequados de drenagem, o que ocasiona acúmulo de água, erosões, formação de atoleiros e, em períodos chuvosos, a interrupção total do tráfego. Essa situação compromete diretamente a trafegabilidade, gerando prejuízos aos produtores rurais, riscos à segurança dos usuários e dificuldades no atendimento de serviços públicos essenciais.

2.4. A implantação de bueiros tubulares de concreto (BSTC) com diâmetro de 0,60 m é necessária para promover o correto escoamento das águas pluviais, reduzindo os impactos causados pela ação das chuvas, preservando a estrutura das vias e garantindo melhores condições de acesso durante todo o ano.

2.5. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de manutenção e melhoria da infraestrutura viária rural, assegurando a continuidade do tráfego, o desenvolvimento das atividades econômicas locais e a qualidade de vida da população.

### **3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A construção proposta consiste na implantação de linhas simples de bueiro tubular de concreto (BSTC) com diâmetro nominal de 600 mm, com tubos padrão PA1, conforme especificações do SICRO/DNIT e da ABNT NBR 8890:2020. Os tubos serão assentados em vala localizada na região da sarjeta, sobre berço de cascalho, garantindo apoio uniforme e estabilidade estrutural.

3.2. A solução contempla ainda a execução de bocas de bueiro nas extremidades de entrada e saída do fluxo de água, com a finalidade de direcionar adequadamente o escoamento e evitar processos erosivos. Sobre a linha do bueiro será executada camada de aterro compactado, garantindo a recomposição do acesso e promovendo a adequada fixação da tubulação ao solo.

3.3. A implantação dos bueiros tem como objetivo permitir a passagem segura das águas pluviais sob os acessos às propriedades, assegurando a continuidade do escoamento natural, reduzindo riscos de alagamentos, erosões e danos à via rural. A solução adotada também contribui para a melhoria das condições de trafegabilidade, durabilidade da estrada e segurança dos usuários, especialmente em períodos de chuvas intensas.

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

4.1.2. O contratado deverá atender a todos os preceitos legais vigentes e as condições de habilitação previstas no artigo 62 da Lei 14.133/2021.

#### **4.2. Subcontratação**

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.3. Garantia da contratação**

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.4. Vistoria**

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme data e horário estabelecido em edital;

4.4.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.4.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e



peculiaridades da contratação;

4.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de execução**

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Prazo de execução: **60 (sessenta) dias corridos** a partir da emissão da ordem de serviço e **uma vigência para o Contrato conforme a lei determina.**

### **5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão prestados conforme descritos na ordem de serviço.

### **5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1. A Contratada deverá ter disponível os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidades necessárias para a perfeita execução dos serviços.

### **5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- Estudo Técnico Preliminar;
- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Composição de Custos, tabelas de encargos, etc.

5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **SUBCONTRATAÇÃO**

6.15. A CONTRATADA não poderá, sob qualquer pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços; a subcontratação será permitida quando for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da "subcontratada", bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº





14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade não executada pela contratada.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



7.12.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.12.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.13.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.13.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.13.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.13.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.13.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. Critérios de medição e pagamento

### Do recebimento

8.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.1.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



8.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e 8.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do



contrato.

#### **Do pagamento**

8.8. O pagamento será faturado mediante apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo fiscal de contrato.

8.9. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da emissão do documento de crédito, isento de erros, e após a aceitação da execução do objeto licitado.

8.10. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura informações da empresa informando o Banco, a Agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

8.11. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.12. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

8.13. Deve acompanhar a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame tais como:

- A. Certificado de Regularidade do FGTS;
- B. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- C. Certidão Negativa de Tributos Estaduais da Sefin (Finalidade: Outras Transações de Qualquer Natureza com a Administração Pública);
- D. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- E. Certidão Negativa Municipal da Sede da Empresa.

## **9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

#### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

## **10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 211.364,59 (duzentos e onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme documentos em anexo.

## **11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Projeto Atividade 1173 elemento de despesa 44.90.51 ficha 299.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Novo Horizonte do Oeste RO, 18 de março de 2026.





**Documento subscrito de forma digital:**

Ronaldo Delazari - Prefeito

Alessandro Ferreira Arruda - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | [www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)  
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/03/2026 às 13:45, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO FERREIRA ARRUDA, SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 19/03/2026 às 15:23, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br), informando o ID **311444** e o código verificador **645BB675**.

Referência: [Processo nº 1-308/2026](#).

Docto ID: 311444 v1









# Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Edital</b>	<b>Concorrência 02</b>	<b>07/04/2026</b>	
ID:	<b>316672</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>D90F6F95</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>MARCOS ANTONIO DA SILVA</b>		
Criação:	<b>07/04/2026 09:23:12</b>	Finalização:	<b>07/04/2026 09:27:58</b>
MD5:	<b>BB48E0096D46C3C6816726CA434D345A</b>		
SHA256:	<b>F2B626A9AFBC168B2A054E217E657F88BE57A257864F5CB447B2B71FAD1ED64C</b>		
Súmula/Objeto:	<b>Edital</b>		

## INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07/04/2026 09:23:12
---	---------------------

## ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	07/04/2026 09:23:12
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 316672 e o CRC D90F6F95.

**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026****Relação de Itens / Lotes**

Lote	Item	Cód. Item	Excl. ME-EPP	Descrição	Unid.	Quantidade	Intervalo Mín.	Valor Orçado	Valor Total
1	1		NÃO	CONT. DE EMP. ESPEC. PARA A CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M, Construção de 29 bueiros de concreto BSTC D=0,60m, com extensão total de 217 m, conforme descrito no Plano de Trabalho e demais peças técnicas. Termo de Convênio nº 29/2026/PGE-DERADM.	SERV.	1,00	R\$ 100,00	R\$ 211.364,59	211.364,59
TOTAL GERAL R\$ 211.364,59									









## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data
Relação		Item		07/04/2026
ID:	316722			Processo
CRC:	C9A9C6DD			Documento
Processo:	1-308/2026			
Usuário:	MARCOS ANTONIO DA SILVA			
Criação:	07/04/2026 10:29:27	Finalização:	07/04/2026 10:30:25	
MD5:	A5E06D431CF73CE1FB6B23B5E299E775			
SHA256:	0565893E2B2970937FCF2FCB2387840EC6DF74443A141F1F2A366F01DE49E379			
Súmula/Objeto:				
Relação				

#### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07/04/2026 10:29:27

#### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

07/04/2026 10:29:27

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 316722 e o CRC C9A9C6DD.



**MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
DO OESTE/RO**  
**EXTRATO CONCORRÊNCIA  
ELETRÔNICA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº  
02/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO  
308/SEMOSP/2026**

### Informações do Processo

**Descrição:** Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo.

**Aquisição:** Obras

**Critério de julgamento:** Menor Preço Global

**Início da Sessão:** 27/04/2026 10:00:00

**Modo de Disputa:** Aberto

**Quantidade Lotes:** 1

**Lei:** 14.133/21

### Gestão do Processo

**Homologador(a):** RONALDO DELAZARI

**Comissão de contratação :** Juciélen Albuquerque de Souza

**Autoridade Competente:** MARCOS ANTONIO DA SILVA

**Agente de contratação :** MARCOS ANTONIO DA SILVA

### Histórico de ações no processo

**Ação:** CADASTRO

**Registro:** 07/04/2026 11:26:02 \*

**Executante:** MARCOS ANTONIO DA SILVA

**Ação:** PUBLICADO

**Registro:** 07/04/2026 11:36:39 \*

**Executante:** MARCOS ANTONIO DA SILVA

\* Data em que a ação foi realizada.





## Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Extrato</b>	<b>Publicação Licitanet</b>	<b>07/04/2026</b>

ID:	<b>316733</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>F6DC5103</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>MARCOS ANTONIO DA SILVA</b>		
Criação:	<b>07/04/2026 10:37:53</b>	Finalização:	<b>07/04/2026 10:39:44</b>

MD5: **23601D8F10D3B4899008A56B8C10AF75**

SHA256: **0EABD78050C5044570E5C3958C035625A39C344939A3EE50AD9B8B3C0A268C3A**

Súmula/Objeto:

**Extrato**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	07/04/2026 10:37:53
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	07/04/2026 10:37:53
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 316733 e o CRC F6DC5103.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO**  
**OESTE**

---

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/CPL/2026**

Aviso de Licitação  
Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

**DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA:** A proposta poderá ser cadastrada até o dia 27/04/2026, até 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)  
Início da disputa: Dia 27/04/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

**DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cplnovohorizonte@hotmail.com](mailto:cplnovohorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581c8a&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581c8a&id_menu=3)  
Novo Horizonte do Oeste – RO, 07 de abril de 2026.

**MARCOS ANTÔNIO DA SILVA**  
Pregoeiro Municipal

**Publicado por:**  
Marcos Antonio da Silva  
**Código Identificador:**E2A0CEC1

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 08/04/2026. Edição 4208  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Publicação</b>	<b>AROM</b>	<b>08/04/2026</b>	
ID:	<b>317082</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>3FD69E9D</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA</b>		
Criação:	<b>08/04/2026 10:29:45</b>	Finalização:	<b>08/04/2026 10:31:02</b>
MD5:	<b>7487396DBB37EBCFD30A9C29CD2C697C</b>		
SHA256:	<b>6EAD6905348B8176C67FE50566B8527D373F06C6512B47A1C07E99FB6BD32E7B</b>		
Súmula/Objeto:	<b>Publicação</b>		

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08/04/2026 10:29:45

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

08/04/2026 10:29:45

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 317082 e o CRC 3FD69E9D.

## Cássio Gois leva qualificação a Presidente Médici e destaca papel da ELERO na transformação social

K t z r u v u v a ã Ç u v ° Ë v W u z z w z Æ r ' t Á u v ° r z Ç Æ a r z Æ Á Æ ° Ë r Á u v Æ Æ r z tr Á Á Á Á Ç z a r ' 2 w Æ Á u r Á r Á v Á r v ° Æ Á Á u v Æ Æ r u Á v Ç r u Æ r M Ç z A Q A Ç z Á Í v Á r u Á Á g z Æ Á L Á Ç v r O Ç Á r u Á V v x z Ç r Æ Á u v c Á ° u ° z r 4



O curso de Orientação Vocacional e Preparação para o Mercado de Trabalho reuniu dezenas de participantes interessados em se capacitar, desenvolver habilidades e buscar novas oportunidades profissionais. A formação foi ministrada pela professora Rúbia, que conduziu os alunos em uma jornada de aprendizado voltada ao autoconhecimento, valorização profissional e estratégias para se destacar no mercado de trabalho.

A iniciativa movimentou o município e atraiu desde jovens em bus-

ca do primeiro emprego até pessoas que desejam se reposicionar profissionalmente, reforçando a importância da qualificação como ferramenta de transformação social.

Durante a realização do curso, o diretor-geral da ELERO, Welys Assis, esteve presente e acompanhou de perto as atividades. Em sua visita, destacou o compromisso da instituição em levar conhecimento e oportunidades a todas as regiões de Rondônia, além de deixar uma mensagem de incentivo e fortalecimento aos

participantes.

A ação integra o cronograma contínuo de cursos ofertados pela Escola do Legislativo, que vem ampliando o acesso à formação profissional em diversos municípios do estado, muitas vezes por meio de solicitações e articula-

ções de parlamentares comprometidos com o desenvolvimento regional.

Para o deputado Cássio Gois, investir em qualificação é investir no futuro das pessoas. O parlamentar tem sido um dos incentivadores da expansão das ações da ELERO, contribuindo para que cursos cheguem a diferentes localidades e alcancem quem mais precisa de oportunidades.

"Nosso compromisso é abrir portas. A qualificação transforma vidas, gera oportunidades e fortalece toda a sociedade", destaca.

A parceria com lideranças locais, como o vereador Victor Brás, tem sido fundamental para o sucesso dessas iniciativas, garantindo que os cursos atendam às demandas reais da população.

Com ações como essa, a Escola do Legislativo reafirma seu papel como agente de transformação social, promovendo conhecimento, cidadania e novas perspectivas para os rondonienses.

Texto: Ana Hack - Assessoria Parlamentar / Fotos: Italo Narovi - Assessoria



**CIAP**  
Educativa  
**Odontologia**

(69) 3443-2669  
(69) 98400-2669

Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO

**AGENDE**  
SUA CONSULTA



TECNOLOGIA AVANÇADA EM  
**IMPLANTES**





K Z p z p Ē ĩ r 2 t Á Á Á ũ v o r u r Â v ” Á Á Ē v u v O R d 2 Ē ĩ v t Á Á Á Á s “ Ē ĩ Á Á Ē p t z Á r ” t r Â t z Ē Á Á Ą t Á ” s Á Á u Á Á Ą Ą Á r Á r Ē Ē r Á t Á Ą Á Ą z u v á v v t t z r v á Ą Ē Ē r v Ą v v á v Ą ° t z 4



Com o compromisso contínuo de garantir a integridade de seus colaboradores e a continuidade operacional de seus serviços, o grupo Aegea em Rondônia realizou um treinamento teórico-prático de Prevenção e Combate a Incêndio. A iniciativa, coordenada pelo time de Segurança da companhia, teve como objetivo principal capacitar os colaboradores para atuar com segurança, agilidade e eficácia em situações de emergência. O treinamento foi estruturado com base nas Normas Regulamentadoras (NRs) 20 e 23 do Ministério do Trabalho e Emprego, assegurando conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas de segurança.

Este treinamento integra a estratégia operacional das nossas unidades em Rondônia, entendemos que uma equipe preparada para identificar riscos de inflamáveis e agir preventivamente contra incêndios assegura que a operação aconteça com segurança, que é sempre nosso objetivo, a segurança do nosso colaborador e de terceiros vem sempre em primeiro lugar”, afirma Renata Pazini, gerente de operações da Aegea em Rondônia.

Durante a capacitação, os colaboradores foram instruídos em temas como classes de incêndio, sistemas de combate a princípios de incêndio, procedimentos de emergência e técnicas de evacu-

ação. O foco principal foi a identificação precoce de riscos e a atuação segura, priorizando sempre a preservação da vida e do patrimônio.

“A segurança vai além do cumprimento de normas; para a Aegea, é um valor inegociável e essencial à nossa operação. Ao treinarmos nossas equipes com base nas diretrizes das Normativas, fortalecemos nossa cultura de segurança e garantimos que cada colaborador esteja preparado para agir de forma segura e coordenada em situações de emergência”,

afirma Gabriel Felix, coordenador de Meio Ambiente e Segurança da Aegea em Rondônia. Sobre a Aegea em Rondônia A Aegea é líder no setor privado de saneamento básico no Brasil. Em Rondônia, a companhia atua com o objetivo de universalizar o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário, nas cidades de Ariquemes, Buritis, Jaru, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, investindo não apenas em infraestrutura, mas também na qualificação técnica e na segurança de seus profissionais.



**CIAP**  
Educacional  
Odontologia

☎ (69) 3443-2669  
☎ (69) 98400-2669

📍 Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Lacerai-NO



**AGENDE**  
SUA CONSULTA

**TECNOLOGIA AVANÇADA EM**  
**IMPLANTES**







Associação dos Jornais do Interior de Rondônia



MXa T21.641.106/000144

NzÁvÁAc vÁÁÇ Ç IvTPvÁ r° uAN4dArÁÇ

MÁÇ Ë ÁÁD? Ç ÇÇÇ 73.667

Çª rzTjornal.jdb@gmail.com

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e nem sempre representam o pensamento deste jornal.

## EXAMES REALIZADOS

# CONVÊNIO UNIMED

- Ressonância
- Angioressonância
- Ressonância cardíaca
- Tomografia
- Angiotomografia
- Angiotomografia coronariana
- Raio-X simples e contrastado
- Ecocardiograma
- Eletrocardiograma
- Escanometria
- Teste Ergométrico
- Mapa 24h
- Holter 24h.

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

**Unimed**   
Ji-Paraná

SOMOS  
CREDENCIADOS

PLANTÃO TOMOGRAFIA

69-99212-0940 / 69-99988-6308

AGENDE SEU EXAME

(69)3443-4008

WhatsApp - (69) 99385-5756

[www.cedim.med.br](http://www.cedim.med.br)

Rua Quirino Bocallua 2390 - J. Clodoaldo - Cacoal - RO







BARBEARIA CLÁSSICA

FEITA PRA, QUEM É RAIZ!



@BARBEARIADOMPABLO



R. JOSÉ DO PATROCÍNIO, Nº 2061, CENTRO





O **CIAP** SELECIONA PACIENTES  
PARA TRATAMENTO COM  
**APARELHOS  
ORTODÔNTICOS**

☎ (69) 3443-2669  
☎ (69) 9 8466-2662  
📍 Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO



# TECNOLOGIA DE PONTA

referência em diagnóstico

RESSONÂNCIA



Ligue pra gente  
**69 3443-4008**



Nosso Whatsapp  
**69 9 9385-5756**

# Cirone diz que obras da BR-319/AM beneficiam amplamente Rondônia

Z 2 tZ urÇAs ĄÇwz rĒĒĒĒrUÁ Ąv"Á W2 2Ē ĄĄ uĄÇe Ą ĄĄĒĒÇv Ąv"Á NvĄĒĒ Ą v"Ē ĄXrtzĄ r" uv S" wĄvĄĒĒĒ uv Ą Ą ĄĄĒĒÇ .NXSe /

Z uvĄĒĒrUĄvĄrUĒr" MĄĄ v NvĄĒ  
uzĄĒ ĄĒv r vĄt Ē Ą urÇAs ĄÇuv  
Ą v"ĄĄĒÇ v uv ĄĒĒ v"Ē Ą uv  
ĒĒtyĄÇ ur Lc 397C5KW2 r" Ą ur  
tĄ ĄĒĒ Ą ur ĄĄ Ēv ĄĄ Ą Ą Ą Ą  
SkrĄ 3K Ē2 Ē Ą s v" v tĄĄĒ ĄĒr3  
Ą v" Ēv Ą ĄĒrUĄ uv Ą Ą u" 24 fl  
ĒĄ ĒĄsr"Ą ĄĒv Ēr zĄĒ ĄĒĄ v3  
"ĄĄĒĒĒĒ uz vĄĄĒ Ą ĒĄ ĄĄĒ  
Ēv ur ĄĄĄĒ Ą ĄĄ uĄĒ Ą Ą ĄĄ  
Wr" rĒĒtĄ ĄĒ ĄĒ Ą Ą Ą ĄĄĒĒ  
ĄĄ r v ĄĄ ĄĒzĄuruv ĄĄ Ą uvĄ  
ĄĒrĄ v" ĄĄur ĄĄĒĒr ĄĄv ĄĒ Ą  
vĄrUĄv ĄĒĒĒ2r Ą ĄĒ4

Nv rtĄĄĄ tĄ Ą uvĄĒĒrUĄ Ą  
W2 2Ē ĄĄ uĄÇe ĄĄ ĄĄĒĒÇ v Ą  
NvĄĒĒ Ą v"Ē ĄXrtzĄ r" uv S" wĄ3  
vĄĒĒĒ uv ĄĄ ĄĄĒĒÇ .NXSe /  
rĒĒĒĒĒ Ą Ą Ą tZ uv ĄĄ ĄÇvĄ  
ĒĒĒĒĒ ĄĄ Ą Ą Ą Ą Ą Ą Ą Ą  
ĄĄz ĄĄuv Ą v"ĄĄĒÇ r Lc 37A 5  
KW4Z 2 Ē ĄĒĒ v" ĄĒ ĄĄĒĒĒÇ Ą  
7 sĄy ĄĄ  
MĄ wĄ v Ą ĄĄĄvĄ2 rĄĄ ĄĄĄ 3



tĒvĄ r tĄ ĄĒĒ Ą uv ĄĄ r ĄĄ Ēv  
ĄĄ Ą ĄĄ ĄĄrĄ 3K Ē2 r Lc 397C5  
KW2v r Ą r ĒĒ Ą vĄ uĄĄĒĒĒ  
ĒvĄur Lc 37A 5KW4 ĄĒ ĄĄĒĒĒ  
r" Ą uvĄĒr ĄĒs"Ąr Ą uĄ ĄĄĒĒ  
uv"ĄĒ ĄĄĒ ĄĄ v"ĄĄĒ v" ĄĄv  
ĄĄĒ v"Ē ĄuĄĒĒtyĄuĄĄ vZĄ  
ur Lc 397C2 tĄ ĄuvĄuĄ vĄĒĒx3

tĄĄĒr ĄĄr"zr ĄĄĄĒĒuĄĄKĄ r3  
ĄĄ rĄĒ ĄĄĒĒ Ēv uĄĄr Ą  
Xr Lc 37A 5KW2 wĄĄ rĒĒĒĒr3  
uĄĄ ĄĄz ĄĄ uv Ą r ĒĒ Ą vĄ  
uĄĄĒĒĒĒĒĒ ĄĒ ĄĄ ĄĄ ĄĄ  
" Ą vĄĄĒv ĄĄ Wr" rĒĒv r uĄĄĒ  
tĄ Ą ĄĄĒ r4 ZĄ 2 ĒvĄĒ v" ĄĄ  
ĒĒĒĒĒĒ Ą Ą ĄĄĒ ĄĄ ĄĄ ĄĄ  
2 tĒĒvĄ r vĄ uv tĄ ĄĄĒ Ą v  
ĄĒĒĒĒ Ąur ĄĄĄĒĒ4  
K tĄ ĄĒĒ Ąur ĄĄ Ēv ĄĄ Ą ĄĄ  
SkrĄ 3K Ē2 Ą ĄĄ ĄĄĒ uvĄvĄ  
ĒĄ986 Ą vĄĄuvvĄĒ Ąv2 ĒvĄ  
ĒĄ v" ĄĄ uv Ą ĄĄ ĄĄ vĄK vĄ  
ĒĒĒĒĒ ĄĄ ĄĄĒĒ r ĒĄĒvĄĒ ĄĄĄ  
sr"Ą2ĄĒĒvĄ ĄĄĒ r ĄĄĒĒĒ r v

r ĒuvĄ uĄĒĒ wxĄĄ  
Z tyrĄ ruĄĒĒtyĄuĄĄ vZĄ tĄ 3  
ĄĄv uv 99C2 ĄĒĒ" Ą vĄĄĄv ĄĄ Ą  
ĄĄ 8; 62Ąv ĄĄĄ ĄĄĒĒ ĄĄĒ v"3  
ĒĄv ĄĄ ĄĄrĄĄ KĒz v ĄĄĒĒĒ  
uv Ąv"zĄuruv2vĄ RĒĒ rĒĒ2 ĄĄĒ  
uĄ KĄ rĄĄ rĄĄ vĄĄ ĒĒtyĄĄ  
ĄĄ ĄĄ ruĄ vuzĒ uv "ĄĒ Ą  
tĄĄ 2 ĒvĄĒ v" ĄĄvĄĒ ruĄvĄ Ą  
ĄĄ ĄĄ vĄĄĒ ĄĄs"Ąr ĄĄĄ3  
ĒĄĒ ĄĄ ĄĄ Ąuv rsĄ4  
Z rĒĒ Ą uĄ ĄĄĄvĄ wĄ ĄĄĄĒv" r  
ĄĄĒĒuv r"ĒĄ vĄĄ r vĄĄĒr Ąv  
uv ĄĄ ĄĄ ĄĄ v" ĄĄ v" ĄĄĒ  
tĄ ur KuĄĒrtzĄ3QvĄ" ur f Ą Ą  
KQf /2 ĄĒv ĄĄĄĒ r uzvĄĄ tĄĄ  
ĄĄĄĄuv ĄĄ ĄĄ ĄĄ ĄĄ ĄĄĄĄ3  
uĄĄĄurĄĒv"ĄĄĒurĄ ĄĄĒĒv3  
Ą ĄuvvĄĄurĄĄ vĄĄĒ ĄĄ  
Nv rtĄĄĄ tĄ vĄĄ rĒĒĄ uĄ  
SLQO2 r ĄĄĒĒr Ą uĄ vĄĄuĄ uĄ  
KĄ rĄĄ rĄĄĒĒ xĒĒ: 08747? yrsz  
ĒĄ ĄĄvĄ 868; 4Z vĄĄuĄtĄ ĄĄĄ3  
uĄĒ3Ą tĄ ĄĄ ĄĄ ĄĄĒĒĒĒĒ ur  
ĄĄz ĄĄĄĒv ĄĄĒĒ ĄĄ rĄĄĄ Ą  
uv uvĄĒĒv ĄĄĄĒ r"4 Wr" rĒĒ r  
trĄĒĒ2 tĄĄv ĄĄ r ĄĄĄ ĄĄĒĒ  
uvĄĄĄyrsĄĄ ĄĄĒĒĒĒĒ ĄĄ Ą  
ĄĄ vĄĄv ĄvĄĄĄĄ

evĄĄĄĄzLrĒĄĒ  
tĄĄrĄĄĒ

e4d4c vĄĒĒĒ ĄĄ ĄĄ NK W02MXa T774 7C09?9566673; : 2ĒĄĒ r  
Ą s"Ą ĄĒĒv ĄĄĒvĄĒĒ r dtvĄĒĒr WĒ" tĄĒr" uĄ WvZĄKĄ sĄv 3  
Ēv dOWWK rcv ĄĒr Ąur VĄv r KĄ sĄv Ē" dĄ Ąz trur  
VKd2ĄĄĒvĄur ĄĄr r rĒĒzĄuruv uv ĄvĄĒĒĒ ĄĄuv ĄĄ zĄĄĄ  
VĄtr"zĄur r Ą ĄĒ uĄĄĄĄ vZĄĄĄ 86762MĄ ĒĄ2MrtĄr"5c Z4



OdeKNZ NOc Z X N XSK  
ac OPCSe f c K Wf XSMĄKVNOXZg Z R Zc S K Z X e ONZ Z Ode O

Aviso de Licitação  
Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 27/04/2026, até 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)  
Início da disputa: Dia 27/04/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cplnovohorizonte@hotmail.com](mailto:cplnovohorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste – RO, 07 de abril de 2026.

Marcos Antônio da Silva  
Pregoeiro Municipal



# SORRIA DE NOVO!

MARQUE SUA AVALIAÇÃO SEM PAGAR NADA!

**CIAP**  
Odontologia

**IMPLANTES  
DENTÁRIOS**

“O importante na vida  
é sorrir sem se preocupar”



Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO

AGENDE SUA CONSULTA

(69) 3443-2669

(69) 9 8466-2662

## RECUPERE SUA AUTO ESTIMA, CONFIANÇA E SORRIA FELIZ!

[illegible]



# ECONOMIZE SEU TEMPO, FAÇA O CHECK-IN ONLINE



[www.eucatur.com.br](http://www.eucatur.com.br)

**EUCATUR**

SAC 0800 45 5050 • TELEVENDAS 0800 69 0800 • DEFICIENTES 0800 648 0008



## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Publicação**

Identificação/Número

**JORNAL**

Data

**08/04/2026**

ID: **317084**

CRC: **4CE5CC33**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA**

Criação: **08/04/2026 10:31:12** Finalização: **08/04/2026 10:32:03**

Processo



Documento



MD5: **C96AAE013E04DFDB56AC6988BFE397EE**

SHA256: **4797BEFD10D515B50BEE94FCCA74E3D5BDB729692BC99A68EB57485CB2FD7942**

Súmula/Objeto:

**Publicação**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08/04/2026 10:31:12

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

08/04/2026 10:31:12

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 317084 e o CRC 4CE5CC33.

Costa Marques/RO, 07 de abril de 2026

José Arriates Neto  
Agente de Contratação  
Dec. 454/GAB/2025

Protocolo DO39860

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2026

Processo Administrativo nº 597/2026

Item destinado a ampla

**Órgão:** Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO; **Objeto:** Aquisição de tendas padronizadas para atender os feirantes do Município, incluindo instalação, montagem, conforme Termo de Convênio n. 705/2025/PGE-SEAGRI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos; **Valor estimado:** R\$ 359.333,24 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos); **Data da sessão:** 22/04/2026 às 09h (Horário de Brasília); **Local de realização do certame:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br); **Do edital:** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura [www.novabrasilandia.ro.gov.br](http://www.novabrasilandia.ro.gov.br) - "Transparência Municipal" e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> Portal Nacional de Contratações Públicas; **Informações:** Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail [cpl@novabrasilandia.ro.gov.br](mailto:cpl@novabrasilandia.ro.gov.br).

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 07/04/2026.

Vagner Roberto Pereira de Souza  
Pregoeiro - Port. 232/GP/2025

Protocolo DO39867

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

Aviso de Licitação

Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 27/04/2026, até 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

Início da disputa: Dia 27/04/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cplnovohorizonte@hotmail.com](mailto:cplnovohorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste - RO, 07 de abril de 2026.

Marcos Antônio da Silva  
Pregoeiro Municipal

Protocolo DO39871







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Publicação</b>	<b>DOE</b>	<b>08/04/2026</b>	
ID:	<b>317088</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>AE06AF14</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA</b>		
Criação:	<b>08/04/2026 10:32:30</b>	Finalização:	<b>08/04/2026 10:33:52</b>
MD5:	<b>707AAD97FEEB6D716B8536B51D0BF46D</b>		
SHA256:	<b>AC6A8F5C1C5225611C82723AEFEC0D1EDCAFD694571B398138773D0D6B3AFD69</b>		
Súmula/Objeto:	<b>Publicação</b>		

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	08/04/2026 10:32:30
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	08/04/2026 10:32:30
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 317088 e o CRC AE06AF14.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2026

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO torna público a Dispensa Eletrônica Nº 15/2026, Processo Administrativo 720/2026 - GABINETE, sendo como critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis. Objeto: INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E INSUMOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE TRÂNSITO (DGTRAN) DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. DATA PARA LANCES: 16/04/2026 das 08h às 14h. ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 17/04/2026 - às 09h. LOCAL: LICITANET - Licitações On-line [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município [www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br). Maiores informações, através do [webmail: cp1m@coloradodoeste.ro.gov.br](mailto:cp1m@coloradodoeste.ro.gov.br). Telefones: (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste, 7 de abril de 2026.  
ELIENE MEDEIROS FELIX DA CRUZ  
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Limpeza e outros, destinado a atender a SEMAD, SEMOSP, SEMED, SEMAGRI, SEMMAM, SEMSAU, SEMAS e GABINETE. Processo 1273/2025. Valor R\$ 720.178,99. Data para cadastro de proposta: a partir das 9h00min, dia 08/04/2026. Fim de cadastro de propostas dia 23/04/2026, às 8h59min. Sessão de disputa, 23/04/2026, às 9h10min, horário de Brasília-DF, local [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). O edital através site [www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br](http://www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br), através do Email. [cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br](mailto:cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br) ou na SUPEL, Av Pedras Brancas, 939, Centro, de segunda à sexta-feira 07h30min às 13h30min, exceto feriados, informações, tel. (69) 3524-1283.

Gov. Jorge Teixeira-RO, 7 de abril de 2026.  
MAXSON BATISTA SANTOS  
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

Objeto: Aquisição de Kits e Uniformes para os Agentes Comunitários De Saúde, destinado a atender a SEMSAU. Processo 522/2026. Valor R\$ 87.872,95. Data para cadastro de proposta: a partir das 11h00min, dia 08/04/2026. Fim de cadastro de propostas dia 23/04/2026, às 10h59min. Sessão de disputa, 23/04/2026, às 11h10min, horário de Brasília-DF, local [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). O edital através site [www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br](http://www.governadorjorgeteixeira.ro.gov.br), através do Email. [cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br](mailto:cpl@governadorjorgeteixeira.ro.gov.br) ou na SUPEL, Av Pedras Brancas, 939, Centro, de segunda à sexta-feira 07h30min às 13h30min, exceto feriados, informações, tel. (69) 3524-1283.

Gov. Jorge Teixeira-RO, 7 de abril de 2026.  
MAXSON BATISTA SANTOS  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026/PMJP-RO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, do(A) Pregoeiro(A) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, cujo objeto é Aquisição de 01 (um) aparelho BERA (Brainstem Evoked Response Audiometry) para atender as necessidades do Centro de Reabilitação Física, Auditiva e Intelectual - CER III. Processo Administrativo Nº 1-15585/2025 - SEMUSA. Valor Total Estimado: R\$ 106.594,05 (Cento e seis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinco centavos). Data de Abertura: 23/04/2026. Horário: 09hs30min (Horário de Brasília-DF). Local: Endereço eletrônico: [www.gov.br/pt-br/](http://www.gov.br/pt-br/) Outras informações: <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 6 de abril de 2026.  
IZABELLY PAIVA PORFIRIO  
Membro da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2026/PMJP-RO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, da Pregoeira e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de tubo de concreto armado, blocos de concreto e meio fio pré-moldado destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural. Processo Administrativo nº 1-7174/2026 - SEMOSP. Valor Total Estimado: R\$ 16.044.140,28 (dezesseis milhões, quarenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e oito centavos). Data de Abertura: 23/04/2026. Horário: 09hs30min (Horário de Brasília-DF). Local: Endereço eletrônico: [www.gov.br/pt-br/](http://www.gov.br/pt-br/) Outras informações: <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 6 de abril de 2026.  
IZABELLY PAIVA PORFIRIO  
Membro da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2026/PMJP-RO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, da Pregoeira e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 e CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural,. Processo Administrativo nº 1-7173/2026 - SEMOSP. Valor Total Estimado: R\$ 13.810.504,00 (treze milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e quatro reais). Data de Abertura: 23/04/2026. Horário: 09hs30min (Horário de Brasília-DF). Local: Endereço eletrônico: [www.gov.br/pt-br/](http://www.gov.br/pt-br/) Outras informações: <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 6 de abril de 2026.  
IZABELLY PAIVA PORFIRIO  
Membro da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026/PMJP-RO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, da Pregoeira e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de BLOCO CERAMICO destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural. Processo Administrativo nº 1-7175/2026- SEMOSP. Valor Total Estimado: R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais). Data de Abertura: 23/04/2026. Horário: 09hs30min (Horário de Brasília-DF). Local: Endereço eletrônico: [www.gov.br/pt-br/](http://www.gov.br/pt-br/) Outras informações: <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 6 de abril de 2026.  
IZABELLY PAIVA PORFIRIO  
Membro da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2026/PMJP-RO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, da Pregoeira e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Emulsão Afáltica e Asfalto Diluido de Petróleo destinados à execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural. Processo Administrativo nº 1-7172/2026 - SEMOSP. Valor Total Estimado: R\$ 8.063.333,28 (oito milhões, sessenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos). Data de Abertura: 23/04/2026. Horário: 09hs30min (Horário de Brasília-DF). Local: Endereço eletrônico: [www.gov.br/pt-br/](http://www.gov.br/pt-br/) Outras informações: <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 6 de abril de 2026.  
IZABELLY PAIVA PORFIRIO  
Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 1-PMNM/2026

Processo 723/SEMOSP/2026  
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 01-PMNM/2026  
REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, por intermédio da Superintendência de Licitações e Contratos - SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº.9518/26 Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, Modo de Disputa: Aberto , tendo como objeto a : Contratação de Empresa Especializada para a Execução de Obra de Construção do Centro Político Administrativo no Município de Nova Mamoré/RO - Convênio Plataforma +Brasil nº 937222/2022, conforme especificações no Projeto Básico. Conforme especificações técnicas e condições constantes nos anexos, partes integrantes do instrumento convocatório. O Edital encontra-se à disposição dos interessados neste mesmo endereço, em dias úteis, no horário das 7h:30min. às 15h:00min ou no Portal Transparência do Município <https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/>, A data para abertura da sessão, será dia 24/04/2026 às 09h:00min na Sala de Reuniões sito na Avenida Dom Pedro I, nº 7096 - João Francisco Clímaco, para recebimento das propostas e documentos de habilitação. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Rondônia (RO).

O Valor estimado R\$ 4.924.631,38 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos).

Informações Complementares na Superintendência de Licitações, sito a Avenida Dom Pedro II, nº.7096, Bairro João Francisco Clímaco, segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 15h:00min, exceto feriado. CONTATO: (69) 99990-6750, e-mail "[cpl@novamamore.ro.gov.br](mailto:cpl@novamamore.ro.gov.br)".

Nova Mamoré/RO - RO, 7 de abril de 2026.  
SILVIO FERNANDES VILLAR  
Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 27/04/2026, até 09:59h (horário de Brasília/DF) pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

Início da disputa: Dia 27/04/2026 às 10h (horário de Brasília/DF)

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cplnovohorizonte@hotmail.com](mailto:cplnovohorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste - RO, 7 de abril de 2026.  
MARCOS ANTONIO DA SILVA  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 40/2026 - P.G.M

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-CNPJ Nº 04.092.680/0001-71-Av. Castelo Branco nº 1046 em Pimenta Bueno/RO-CONTRATADA:RODOPAV CONSTRUTORA LTDA -CNPJ Nº 08.259.524/0001-03, sediado na Rua Brasília, nº 211, Sala B, Bairro Beira Rio, Pimenta Bueno/RO -DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto acréscimo de valor por alteração qualitativa e quantitativa do Contrato nº 75/2025 - P.G.M., celebrado em 03.06.2025, referente à Contratação de empresa para a construção de pavimentação asfáltica em CBUQ onde as vias contempladas serão: Rua Carnaúba e Rua das Mangueiras no Bairro Bela Vista, em Pimenta Bueno RO, referente ao Contrato de Repasse nº 908970/2020/MDR/CAIXA.-DO VALOR: O valor do presente termo aditivo é de R\$ 27.874,97 (vinte e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta das dotações orçamentárias: Ficha: 639 - Unidade: 020500 - Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Trânsito - Funcional: 15.451.0016.2336.0000 - Mais Desenvolvimento e Infraestrutura Urbano e Rural - Classificação: 4.4.90.51.99 - OBRAS E INSTALAÇÕES - OUTRAS OBRAS E INSTALACOES, conforme pedido de empenho nº 1945/2026, de 30 de março de 2026.- DA RATIFICAÇÃO: Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato originário de nº 75/2025 - P.G.M. celebrado em 03.06.2025.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302026040800364









## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Publicação</b>	<b>DOU</b>	<b>08/04/2026</b>	
ID:	<b>317090</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>65E2AAE0</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA</b>		
Criação:	<b>08/04/2026 10:34:03</b>	Finalização:	<b>08/04/2026 10:34:52</b>
MD5:	<b>7DAB88A809F6556614C7D155746EFFB1</b>		
SHA256:	<b>FCC27B64B1F90236FD39BA9E5B558B987D05E60636C263C8C861402DE8E1FF97</b>		
Súmula/Objeto:			
<b>Publicação</b>			

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08/04/2026 10:34:03

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

08/04/2026 10:34:03

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 317090 e o CRC 65E2AAE0.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL DESPACHO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**Processo Administrativo nº 308/SEMOSP/2026 Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026 Objeto:** Contratação de empresa especializada para construção de bueiros de concreto BSTC d=0,60m.

**RELATÓRIO**

Durante a análise do processo licitatório, constatou-se que o edital da Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026 foi publicado com **Termo de Referência incorreto**, o qual não continha as exigências de capacidade técnica aprovadas pela Administração.

Posteriormente, verificou-se a existência de **Termo de Referência retificado**, que estabelece requisitos específicos de qualificação técnica, em especial:

**Corpo de BSTC d=0,60m PA1 com berço em cascalho, areia e brita comerciais**

Quantidade licitada: 217,00 m

Percentual solicitado: 40%

Quantidade mínima: 86,8 m

**Boca de BSTC d=0,60m esconsidade 0º, areia e brita comerciais, alas retas**

Quantidade licitada: 58,00 m

Percentual solicitado: 40%

Quantidade mínima: 23,0 unidades

A divergência entre o edital publicado e o termo de referência retificado configura **erro insanável**, comprometendo a isonomia entre os licitantes e a segurança jurídica do certame.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**:

**Art. 71, inciso III:**

“O procedimento licitatório será **anulado** por decisão da autoridade competente quando constatado **vício insanável**.”

**Art. 147, inciso VII:**

“A Administração tem o dever de anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por razões de interesse público, devidamente motivadas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando houver efeitos sobre direitos individuais.”



Assim, a publicação de edital com termo de referência incorreto, em desacordo com as exigências técnicas efetivamente aprovadas, **caracteriza vício insanável e impõe a anulação do procedimento**, em respeito ao princípio da legalidade e da isonomia.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, **determino a anulação da Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026**, por **vício insanável** decorrente da publicação de edital com **termo de referência incorreto**, em desacordo com as exigências técnicas estabelecidas pela Administração.

### **PROVIDÊNCIAS**

Publique-se este despacho no Diário Oficial e no Portal da Transparência.

Cientifiquem-se os licitantes e interessados.

Informo que será republicação do edital com o termo de referência retificado.

**Novo Horizonte do Oeste – RO, 07 de maio de 2026**

**[Autoridade Competente]**

Secretário Municipal de Obras

Agente de Contratações





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Despacho**

Identificação/Número

**de Anulação da Concorrência 02**

Data

**07/05/2026**

ID: **323493**

CRC: **524209A0**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **MARCOS ANTONIO DA SILVA**

Criação: **07/05/2026 10:53:18** Finalização: **07/05/2026 10:59:54**

Processo



Documento



MD5: **8DC943BB80576224D8E4D6FCA576F1E4**

SHA256: **C7E1624943EA3EA4BDD508D5C360E2B2AAA46F4DCBB0BBAB986C43DF94C76EC6**

Súmula/Objeto:

**Despacho**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07/05/2026 10:53:18

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

07/05/2026 10:53:18

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



MARCOS ANTONIO DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

07/05/2026 11:00:03

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 323493 e o CRC 524209A0.

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

Aviso de Anulação  
Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026

Secretaria de Gabinete  
Certificamos que o presente documento  
foi publicado no mural desta Prefeitura  
Municipal em 07/10/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se **ANULADA** a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Por motivos de Divergências entre o termo de Referência anexado no edital e o termo de Referência retificado no processo.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico:

[https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cb&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cb&id_menu=3)  
Novo Horizonte do Oeste – RO, 07 de maio de 2026.

Marcos Antônio da Silva  
Pregoeiro Municipal





# Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Publicação**

Identificação/Número

**MURAL**

Data

**07/05/2026**

ID: **323552**

CRC: **B75A050E**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA**

Criação: **07/05/2026 12:20:29** Finalização: **07/05/2026 12:22:25**

Processo



Documento



MD5: **89CAC70C0763387EBF0103D641B84CDB**

SHA256: **3FA583BB9C44F2C5ADB941F90AE271D930B422F9D6AE572A09BFE3573199530B**

Súmula/Objeto:

**Publicação**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07/05/2026 12:20:29

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

07/05/2026 12:20:29

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



RONALDO DELAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

08/05/2026 08:11:20

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 323552 e o CRC B75A050E.

---

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO**  
**OESTE**

---

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE ANULAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/CPL/2026**

Aviso de Anulação  
Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se **ANULADA** a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Por motivos de Divergências entre o termo de Referência anexado no edital e o termo de Referência retificado no processo.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cplnovohorizonte@hotmail.com](mailto:cplnovohorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste – RO, 07 de maio de 2026.

**MARCOS ANTÔNIO DA SILVA**  
Pregoeiro Municipal

**Publicado por:**  
Marcos Antonio da Silva  
**Código Identificador:**E516BD3C

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 08/05/2026. Edição 4228  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Publicação**

Identificação/Número

**AROM**

Data

**08/05/2026**

ID: **323635**

CRC: **53E33663**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA**

Criação: **08/05/2026 08:25:38** Finalização: **08/05/2026 08:27:02**

Processo



Documento



MD5: **6D40B4CB0FAD8EAEDF6498BEA6393BC6**

SHA256: **3C2283B3155F588EFBC5D137805C9EC4F95DB397621ECCC65D36FB65E1BD6BA5**

Súmula/Objeto:

**Publicação**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08/05/2026 08:25:38

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

08/05/2026 08:25:38

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 323635 e o CRC 53E33663.

## Deputada Lebrinha destina R\$ 142 mil para associação em Colorado do Oeste

O município de Colorado do Oeste recebeu um investimento de R\$ 142 mil destinado por meio de emenda parlamentar da deputada estadual Gislaíne Lebrinha (União Brasil) para a compra de um veículo que atenderá a Associação das Agroindústrias Cadastradas no SIM e no PROVE e Artesanatos de Colorado do Oeste (AGRO-SIPRO). O recurso foi solicitado pelo vereador Carlinhos.

A aquisição deve auxiliar no atendimento das demandas da entidade e contribuir para o deslocamento das equipes e o suporte às ações desenvolvidas com os associados.

“Esse recurso atende uma necessidade da associação e irá auxiliar os produtores e empreendedores que fazem parte da AGROSIPRO, garantindo mais suporte para o desenvolvimento das atividades realizadas no município”, afirmou a deputada.



A parlamentar também destacou a parceria com o governador de Rondônia, Coronel Marcos Rocha, no atendimento das demandas apresentadas pelos municí-

pios e associações do estado. Segundo a parlamentar, a atuação em conjunto tem possibilitado a destinação de investimentos para diferentes setores, a amplia-

ção das atividades e o apoio aos produtores locais.

Texto por Julia Cardoso

**Implante**  
o sorriso que vai mudar a sua vida

**CIAP**  
Odontologia

**EUCATUR**  
Transporte Feito com Carinho

Seja bem-vindo(a) à EUCATUR, onde cada viagem é uma oportunidade de criar memórias inesquecíveis.

CONHEÇA DESTINOS INCRÍVEIS COM A EUCATUR!

+200 destinos

**eu+**  
Fidelidade



# Escola de Alto Alegre recebe reforma geral com apoio de Cirone

Z Ívruãdzu° vÖLêxÊz z wã Æ Æv ÅÇt ÆÇÇ vÇ Å° r t Å° Ê ur a ÅwzÆÅ

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Euzébio de Queiroz, do município de Alto Alegre dos Parecis, passará por uma reforma geral, com recursos viabilizados pelo deputado estadual Cirone Deiró, junto ao Governo do Estado. “Estamos trabalhando em parceria com o vereador Sidney Buguin e com o governador, coronel Marcos Rocha, para continuar atendendo as necessidades da população de Alto Alegre”, disse Cirone.

O dinheiro, R\$ 500 mil, já está na conta da Prefeitura. Além de reforma geral, do piso ao teto, a escola receberá uma rampa de acessibilidade. “Estamos em busca desses recursos desde o ano passado e hoje, com o apoio do deputado Cirone e do governador Marcos Rocha, podemos dar essa boa notícia aos alunos, pais e servidores da escola”, disse o vereador Buguin.

O diretor da escola, Adauto Costa da Silva, disse que a reforma da escola é uma obra esperada por toda a comunidade local.



“Agradecemos o vereador, o deputado e o governador, por garantir essa conquista”, disse.

Segundo Sidney Buguin, além dos R\$ 500 mil para a reforma da escola, o deputado acaba de destinar também R\$ 40 mil para

fortalecer o esporte local.

Entre as ações de Cirone Deiró, em favor de Alto Alegre dos Parecis, estão investimentos em reforma e ampliação de escolas, aquisição de equipamentos, materiais e ônibus escolar, de tubos

metálicos para as estradas rurais, iluminação pública, rouparia de uso hospitalar e material esportivo. Os recursos ultrapassam o valor de R\$ 4 milhões.

Texto: Eli Batista  
Jornalista

**CIAP Educacional**  
**Odontologia**

(69) 3443-2669  
(69) 98400-2669

Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO

**AGENDE**  
SUA CONSULTA

**TECNOLOGIA AVANÇADA EM**  
**IMPLANTES**

**ADJORI**  
Associação dos Jornais do Interior de Rondônia

**L100**  
**Limite**

MXaT21.641.106/000144  
NzÁÉAc vÇÁÇ ÇÍvTPvÅ r° uÁN4dÁrÅÇ  
MÅ° ÊÉAD? Ç/ ÇÇÇ 73. 667  
ÇB° rzTJornal.jdb@gmail.com

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e nem sempre representam o pensamento deste jornal.

**FERNANDO DIAS SOARES**  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/RO 19350 D

(69) 99961-4001  
ENGE.CIVIL.FERNANDO...







BARBEARIA CLÁSSICA

FEITA PRA, QUEM É RAIZ!



Instagram icon @BARBEARIADOMPABLO



R. JOSÉ DO PATROCÍNIO, Nº 2061, CENTRO







O **CIAP** SELECIONA PACIENTES  
PARA TRATAMENTO COM  
**APARELHOS  
ORTODÔNTICOS**

☎ (69) 3443-2669  
☎ (69) 9 8466-2662  
📍 Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO



# TECNOLOGIA DE PONTA

referência em diagnóstico

RESSONÂNCIA



Ligue pra gente  
**69 3443-4008**



Nosso Whatsapp  
**69 9 9385-5756**

# Mães atípicas recebem atendimento especial com apoio de Cirone

K ÁÃxÃa r Áv°ÍÁÍv° rÇÇxv° Áv°rÇ° Êv2ÁÍzr°zár Áwtz°2rÊ°r uv uvwÇ ÁvÇÇr°2rÊÊÁ rÀÊz xv° v Áv°ÇÊÁ



K tyvxrur uv ° ÁÊz rÇv z Áv3  
 ° v° ÊÁÇ Áv°rÇ uv v°vÁx Çr°Á  
 r° ° uv ÁÊÊÁÇ s v° vwtzÁÇ t Á° Á  
 ÇvÁz ÁÇ uv Át ÊÁvÁ Á v ° r° Ê3  
 Êv° Áuv vÇÊÁ urÇÊ° wtz°zruÁr  
 Ízur uÁÇ° ÁÁuÁÁÇur Áv ÁÊÁ°2  
 va Mrt Áv°4fêv° y Ás ÊÇ ruÁ2ÊÁuÁÇ

ÁÇ uz rÇ Áv°vÁrÇ ÁÊv ÊÁxr° Áv3  
 ÇÊ°ruÁÇt Á° t ÁvÊÁÇ Áv° ° ÁÇÁ° Ê3  
 ° z ÁzÁ2 vÇÁvtz° v° Êv Áv° ÁÊv°  
 ÍÁv v ÊÁsr°yr ° Á tr° ÁÁ v t Á°  
 Á rÁÁzÁ uÁ uvÁÊÊruÁ MzÁÁ° v Nvz3  
 Á2 Ê° ÁÇt Á° ÇxÊzuÁ z° ÁÁÊ° ÊvÇ  
 t Á° ÁÊzÊÇ2 uzÇÇ Á ÍvÁruÁÁK°r3

ázÁuÁÊvzÔzÁ Á4  
 Nv rt ÁÁuÁ t Á° Á ÍvÁruÁÁ Á ÊÁ3  
 sr°yÁ uv Áv°vÁr t Á° Á uvÁÊ3  
 ÊruÁ ° xr°° ÊÊ r rÀÊzÇ Á uv  
 z° Áv° v° ÊÁÇrxÁt Áv°rÇ Áv° rÇrÇ  
 ÇÁtr vÇc zÁd ÁavuÁÁ2XÁÍr OÇ  
 Áv°° r2Kdac f WO v f ° z Á M°3  
 ÁÔsr2r° ° uv Áv°rÇuv v°vÁx  
 ÇÁrÁÁr Áv° TÊÍv° ÊÊuv4fXr V2 yr  
 B2 ÁvÇÁÍv° ÁÇÊ° ÁÁÁs°v° r r° Ê3  
 xÁ2 t Á° r z ÇÊ°r Á uv Ês ÁÇuv  
 r Á uv r°Ê ÁvÇÇ°° t x2 xr°° Ê2 3  
 uÁ ÊÁ° ÇÊÁ ÇxÊÁÁ° Á ° Áv°r°2° vÇ  
 ° Áv° Áv°ÁÁuÁtyÊÍ ÁÇÁ2uzÇÇy4K  
 c ÁuÁÍz uÁ M°w wÁz t Á° Ê° Áv°rur  
 t Á° r t Á° ÇÊÊ° Á uv Ê° r ÊvÁÁÁ  
 v t Á° ÇvÁz ÁÇ uv Êr Áv° s ÊÁt ÁÇ  
 ÊÊÁv° uÁ° rzÇÇxÊÁ° r Áv° ÊÁ3  
 uÁÇÁÊv ÊÁwv° Áv°r vÇÊÁ ur 4  
 K t Á° ÇÊÊ° Á uv Ê° r xr°vÁv°  
 t Á° t ÁvÊÁrÁ ruÁ2° r c Êr K° Ê° zÁ  
 c vÁzÁ2 wÁz ÁÊÊÁ Ás Áv° vÔt ÊÊur  
 t Á° Át ÊÁÇÁ Ízsr°zÁruÁÇ Áv°Á  
 uvÁÊÊruÁ2 r ÁvuÁuÁ uÁ ÍvÁruÁÁ  
 ÊÁvÁzÁr° ÁÇ uv uzÁvÇÇ ÁÊÊÁÇ  
 r vÇz° ÁÁÁ°° ÊvÇ t Á° Áv° ÇÊÊr3  
 ÁuÁ M°° ÊÁÁ uv Rv° Áuz °ÇÇ v r

Áv°zár Á uv t ÊÁÇÁÇ ÁÁÁ ÇzÁ° r°z3  
 ár° ÊvÇ2uzÇÇy K°r ázÁ4  
 R r°z ur2ÇxÊ° uÁ Á ÍvÁruÁÁ ÁÊ3  
 ÊÁÇ ÁÁÁvÊÁÇv° r° ur° v° ÊÁ2 ÁÊv  
 t Á° Ê° Áv° uzÁvÁÇÇ ÇvÊÁÁÇ uÁ  
 ° Ê° z ÁzÁÍz ÇÁvÇÊ°ruÁÇr°tr° r3  
 uÁÇrÊ rÀÊz° ÁÇÊ° ÁÊv2ÁÊv° uÁ  
 y Ê° z Á uv vÇÁÁ ÁÇ Á uvÇ° ÍÁ3  
 Íz° v° ÊÁ tyvxr ° rzÇ Á ÁuÁ2r Á Á  
 ÁÊ4  
 Xr ÁÁz z ÁuÁÍvÁruÁÁ Áv°ÁzÁuÁ  
 uvÁÊÊruÁ Áv° ÇuÁ w° ur° v° Ê°  
 Áv° Ê° ÇÁÁ° rÁrÇ° vtvÇÇuruvÇ  
 uÁÇ° ÁÁuÁvÇ ° Áv°rÇ° v° z ÍvÇ  
 Ê° v° ÊÁÇ Áv°zÁ fÁ ÁÇÇÁ zuv° Ê trÁ  
 rÇuv° r° urÇur ÁÁÁÊ°r Á2 rÁÁ3  
 Ç° ÊrÁ ÁÁÁvÊÁÇv t Ás Áv°ÇÁÊ vÇ  
 ° rÇÇ° Á ÇÊÁÁÁv uÁ uvÁÊÊruÁ  
 MzÁ° v ° Ê° ÊÁ rÁ QÁÍvÁ ÁuÁ OÇr3  
 uÁ2r° rzÁÁ uvÇÇÇ ÁÁÁÁÁÇÇ° Á  
 ÇzÁr° uÁ Áv°r°2r Á ÊÊK°r ázÁ2  
 rt Áv°v° Ê° uÁ ÁÊv Êr Áv° Áv° Êr  
 Çv t Á° ÇÊÁ zt Á° Áv°vÁv°2uz °ÁÁv  
 t Á° ÁÁÁ° ÇÇÁt Á° rÇÁvÇÇÁÇ4  
 evÇÊÁD°z LrÊÇÊ  
 TÁÁ r°zÇÊ



OdeKNZ NOc ZXXN XSK  
 ac OPOÇe f c K Wf XSM°BaKVNOXZg Z RZc ÇKZ Xe ONZ Z Ode O  
 Aviso de Anulação  
 Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se ANULADA a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo, e m conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Por motivos de Divergências entre o temo de Referencia anexado no edital e o termo de Referência retificado no processo.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cpnovoehorizonte@hotmail.com](mailto:cpnovoehorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/fmlicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581c8a&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/fmlicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581c8a&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste – RO, 07 de maio de 2026..

Marcos Antônio da Silva  
 Pregoeiro Municipal





# SORRIA DE NOVO!

MARQUE SUA AVALIAÇÃO SEM PAGAR NADA!

**CIAP**  
Odontologia

**IMPLANTES  
DENTÁRIOS**

“O importante na vida  
é sorrir sem se preocupar”



Av. Amazonas, 3355, Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO

AGENDE SUA CONSULTA

(69) 3443-2669

(69) 9 8466-2662

## RECUPERE SUA AUTO ESTIMA, CONFIANÇA E SORRIA FELIZ!





# ECONOMIZE SEU TEMPO, FAÇA O CHECK-IN ONLINE



[www.eucatur.com.br](http://www.eucatur.com.br)

**EUCATUR**

SAC 0800 45 5050 • TELEVENDAS 0800 69 0800 • DEFICIENTES 0800 648 0008



## Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

[www.novohorizonte.ro.gov.br](http://www.novohorizonte.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Publicação</b>	<b>JORNAL</b>	<b>08/05/2026</b>

ID:	<b>323636</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>53A8A50B</b>		
Processo:	<b>1-308/2026</b>		
Usuário:	<b>LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA</b>		
Criação:	<b>08/05/2026 08:27:13</b>	Finalização:	<b>08/05/2026 08:28:18</b>

MD5: **275F1D59CE65A68083B417EE356101A2**

SHA256: **68FF2298A90B0B001589290175B5474284DDBDD1D9C07B0424C0DC09C338D7D2**

Súmula/Objeto:

**Publicação**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	08/05/2026 08:27:13
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	08/05/2026 08:27:13
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 323636 e o CRC 53A8A50B.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA****ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA  
GABINETE DO PREFEITO  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, baseados nos valores cotados e mediante o Parecer Jurídico, resolve: ADJUDICAR E HOMOLOGAR nos termos da Lei Federal nº: 8.666/93 Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 pelo Decreto nº 8.726 de 27 abril de 2016 e posteriores alterações, a presente Licitação nestes termos: Processo Administrativo nº 281/2026, Chamamento Público n ° 001/2026. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Beneficiado:** GUIOMAR BARBOSA NEVES, CPF: XXX.XXX.322-91, **Valor total homologado R\$ 27.103,00** (Vinte e sete mil e cento e três reais). **Beneficiado:** JOSÉ GONÇALVES DE MIRANDA, CPF: XXX.XXX.772-34, **Valor total homologado R\$ 18.025,11** (Dezoito mil e vinte e cinco reais e onze centavos). **Beneficiado:** FLAVIO TEIXEIRA DA SILVA, CPF: XXX.XXX.262-72, **Valor total homologado R\$ 7.901,10** (Sete mil Novecentos e um reais e dez centavos). **Beneficiado:** LEONARDO CARVALHO MACHADO, CPF: XXX.XXX.392-34, **Valor total homologado R\$ 13.472,20** (Treze mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte centavos). **Beneficiado:** AMAURI LIMA CORREA, CPF: XXX.XXX.252-53, **Valor total homologado R\$ 3.985,30** (Três mil novecentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos). **Beneficiado:** IVALDO SANTOS DA SILVA, CPF: XXX.XXX.152-04, **Valor total homologado R\$ 3.383,40** (Três mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta centavos). **Beneficiado:** LIOMAR LOPES COSTA, CPF: XXX.XXX.592-87, **Valor total homologado R\$ 11.421,00** (Onze mil quatrocentos e vinte e um reais). **Beneficiado:** ANTÔNIO TORQUATO DA COSTA, CPF: XXX.XXX.402-20, **Valor total homologado R\$ 5.274,06** (Cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e seis centavos). **Beneficiado:** ERLAINE GONÇALVES DA SILVA DIAS COSTA, CPF: XXX.XXX.522-76, **Valor total homologado R\$ 10.645,56** (Dez mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). THEOBROMA-RO, 07 DE MAIO DE 2026.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES

Prefeito Municipal

Protocolo DO40458

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA****EXTRATO CONTRATO 89/26**

Contratante: Campo Novo De Rondônia/RO. Contratada: 17.207.413/0001-44. Valor: R\$158.000,00. Objeto: Aquisição de Veículo tipo SUV, zero km, Convênio 639/25/PGE-SEPOG. Proc. 538/26/SEMAD. Vigência 12 meses. CNRO, 05/05/2026.

**CRISTIANE IZABEL MURATA**

Secretária

Protocolo DO40460

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO****Aviso de Anulação****Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026**

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se **ANULADA** a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Por motivos de Divergências entre o temo de Referencia anexado no edital e o termo de Referência retificado no processo.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico:

[https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

[link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste - RO, 07 de maio de 2026.

Marcos Antônio da Silva  
Pregoeiro Municipal

Protocolo DO40468

## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

### ERRATA Nº 002/2026 REFERENTE AO EDITAL Nº 001/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Ouro Preto do Oeste/RO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA para prorrogação do prazo de inscrições do Edital nº 001/2026, que trata do chamamento de entidades para recomposição do Conselho Municipal de Saúde - Biênio 2026/2028.

Considerando que as vagas não foram totalmente preenchidas no prazo inicialmente estabelecido, fica prorrogado o período de inscrições, conforme segue:

#### Art. 3 - Onde se lê:

"As entidades interessadas [...] deverão homologar sua inscrição da data da publicação do Edital até o dia 05 de maio de 2026 [...]"

#### Leia-se:

"As entidades interessadas [...] deverão homologar sua inscrição da data da publicação do Edital até o dia 11 de maio de 2026 [...]"

#### ANEXO I - CRONOGRAMA

##### Onde se lê:

Prazo para inscrição: Da data da publicação do edital até o dia 05/05/2026

##### Leia-se:

Prazo para inscrição: Da data da publicação do edital até o dia 11/05/2026

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº 001/2026.

Ouro Preto do Oeste/RO, 07 de maio de 2026.

Shirlene Lopes Faria - Presidente  
Andreia dos Santos Silva - Secretária  
Elizângela dos Santos Fialho - Membro  
Marina Maria da Silva - Membro

Protocolo DO40465

## CÂMARAS MUNICIPAIS

### CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/CMPPM/2025

A Câmara Municipal de Presidente Médici/RO torna público o extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 003/2025, processo administrativo nº 0043/CMPPM/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de publicação de atos oficiais em jornal impresso de grande circulação diário, em favor da empresa **EDITORA JORNALÍSTICA MADEIRÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.693.751/0001-04. O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses**, a contar do dia 03 de maio de 2026. Data da assinatura: 28 de abril de 2026. **ASSINAM:** Edirlei Cassimiro De Oliveira - Presidente da Câmara Municipal e Ederson José Da Silva Lopes - Representante Legal Da Empresa.

Presidente Médici/RO, 7 de maio de 2026.

EDIRLEI CASSIMIRO DE OLIVEIRA  
Presidente da Câmara Municipal

Protocolo DO40459

## AVULSOS

### SOCIEDADE FOGAS LTDA

#### RECEBIMENTO LICENÇA AMBIENTAL

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/30215>

Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 07/05/2026, às 14:21

ID: 323638 e CRC: 133AE7EB









## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Publicação</b>	<b>DOE</b>	<b>08/05/2026</b>
ID: <b>323638</b>		Processo
CRC: <b>133AE7EB</b>		Documento
Processo: <b>1-308/2026</b>		
Usuário: <b>LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA</b>		
Criação: <b>08/05/2026 08:28:30</b>	Finalização: <b>08/05/2026 08:29:30</b>	
MD5: <b>A61D95611324110E5311A13113FB6D75</b>		
SHA256: <b>24430B218474EE1350EBC942E91D5F37C0E0CCA95FCD60CF06D0D02777644472</b>		
Súmula/Objeto:		
<b>Publicação</b>		

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	08/05/2026 08:28:30
---	---------------------

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M	08/05/2026 08:28:30
---	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 323638 e o CRC 133AE7EB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAIS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 12/2026

Pregão Eletrônico Para Sistema De Registro De Preços Nº 12/2026 com itens exclusivos para ME/EPP/MEI. Objeto: Aquisição de medicamentos, dermocosméticos e suplementos alimentares destinados aos pacientes cadastrados no serviço social do Município, bem como àqueles atendidos por força de decisões judiciais, mediante apresentação de laudo médico e prescrição devidamente fundamentada, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Modo de disputa: aberto Critério de Julgamento: Menor Preço. Recebimento das propostas: dia 26/05/2026 às 10:00 horas. Retirada do Edital: Poderá ser feita no Núcleo de Licitação, localizado à Praça Waldemar Magalhães, nº 01, Centro - Trajano de Moraes RJ, pelo sítio eletrônico [www.trajanodemoraes.rj.gov.br](http://www.trajanodemoraes.rj.gov.br), portal da transparência ou <http://www.comprasnet.gov.br>, Informações: Horário de atendimento:10:00 às 16:00 horas

MANUELA GENUNCIO DE MORAES  
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº 7/2026

A P M de Alta Floresta D'Oeste-RO, através do Agente de contratação torna público que realizará Licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que será julgado nos termos da Lei nº. 14.133/21, aplicando-se as Leis complementares 123/2006 c/ 147/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL (HIS) - NOVO PAC/CAIXA. valor estimado da licitação R\$4.011.533,50. Abertura e disputa: 22/05/2026 as 10h00hrs. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) LOCAL: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) (oficial). Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á disposição dos interessados no site oficial supracitado. [www.altafloresta.ro.gov.br](http://www.altafloresta.ro.gov.br) (Portal Transparência) e na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO, sito à Av. Brasil 3044, Bairro Redondo, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h:30min. às 13h:30min., para maiores informações. E-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br) Fone: (69)3641-2734.

Alta Floresta D'Oeste - RO, 7 de maio de 2026.  
CELIA FERRARI BUENO  
agente de contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1470/2025, O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA através do Processo Administrativo nº 1470/2025, a despesa com "AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADO (PAVER), OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NA IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO URBANO NA AVENIDA JORGE TEIXEIRA, SETOR 01, QUADRA 29, LOTE 09, EM FRENTE AO ESTÁDIO MUNICIPAL EVERALDO FRANZÓI, EM ALTO PARAÍSO/RO," em favor da empresa: MANO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita sob o CNPJ: 18.098.506/0001-40, com o valor total homologado de R\$ 49.850,00 (Quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais). Alto Paraíso-RO, 07 de maio de 2026.

JOÃO PAVAN  
Prefeito

EXTRATO DE FOMENTO Nº 2/PMAP/2026

CONCEDENTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - RO.  
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIRO CIVIL DE ALTO PARAÍSO - ABCAP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 49.914.786/0001-41, com sede na Av. Jorge Teixeira, nº 2734, Jardim Primavera, na cidade de Alto Paraíso/RO.DO OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a conjugação de esforços entre os participantes para o plantão ambiental permanente com bombeiros civis, visando a proteção ambiental, prevenção e resposta inicial a emergências ambientais, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município. DO VALOR: O Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor de R\$ 249.660,00 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta reais), proveniente de recursos próprios do Município.DO PRAZO: O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação. Obs.: O Termo assinado nos autos respectivo. O Termo de Fomento em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: CA4DE816, data de circulação 08/05/2026.  
4 de maio de 2026, Alto Paraíso/RO João Pavan Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE

AVISO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Do Município De Alvorada D'oeste - Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei; Tendo em vista as informações constantes dos autos do Processo Administrativo nº 703.44.11-2026/SEMASF/CARONA - ESPELHO DA PROGRAMAÇÃO Nº 110034620230002/ espelho da programação nº 110034620230003, referente à adesão à ata de registro de preços nº 006/2024, referente ao processo administrativo licitatório nº 014/2024 - modalidade pregão eletrônico nº 007/2025 - Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável - União da Serra Geral - Janaúba - MG, localizada na Rua Manaus, nº 257 Bairro: Esplanada, Janaúba/MG - CEP: 39447-066, para atender a Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Família - SEMASF, vinculada à Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, constatadas as regularidades dos atos procedimentais, RATIFICO e HOMOLOGO o objeto, que é aquisição de computadores para montar sala de informatica, para atender as necessidades da secretaria municipal de inclusão, assistencia social e familia, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, perfazendo o valor total de R\$ 82.546,50 (oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), especialmente nas disposições do Art. 86, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer da Procuradoria e tendo em vista documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe, e em consequência, fica convocada a proponente, para assinatura do instrumento de contrato ou documento equivalente, nos termos do art. 92 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. CONSIDERANDO os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021 e suas alterações, no que se refere à legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa e eficiência ao procedimento adotado. resolve: 1. Ratificar e Homologar o resultado do Julgamento do Processo Licitatório CARONA Nº 007/2026, realizado pela Superintendência Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO. A presente Homologação será publicada no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA-DIOF, de modo a tornar público o resultado do certame licitatório, como também, produzir seus legítimos e ulteriores de direito.

Alvorada D'oeste - RO, 6 de maio de 2026.  
JAIR LUIZ  
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90006/2026

PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 10124/2025/SEMED MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522 LICITAÇÃO ABERTA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO  
Contratação de empresa especializada em serviços de construção civil para a reforma na cozinha e refeitório da Escola Levi Alves de Freitas no Município de Ariquemes/RO. - Convênio nº 117/2024/PGE. Valor 204.585,30. A Prefeitura de Ariquemes-RO através da Pregoeira designada pelo Decreto nº. 23.385 de 07 de Janeiro de 2026, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de CONCORRENCIA, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90006/2026 do tipo MENOR PREÇO critério de julgamento POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura de Ariquemes/RO. Envio das propostas poderá ser feito das 08h00min do dia 08/05/2026 até às 08h59min do dia 22/05/2026. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 22/05/2026 (Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e/ou [www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao](http://www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao), sendo que a sessão pública será pelo site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Comprasnet). Mais informações, por meio do telefone (69) 3516-2020 ou pelo e-mail: [pregaopma@hotmail.com](mailto:pregaopma@hotmail.com).

Ariquemes - RO, 30 de abril de 2026.  
DAIANE VIEIRA PACÍFICO  
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU

SETOR DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/PMJ/2026

A Pref. Mun. de Jaru/RO, torna pública a realização da Licitação em epígrafe - Tipo Menor Preço Global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE NA LINHA 630 KM 60 NA ZONA RURAL DO DISTRITO DE TARILÂNDIA, CONSIDERANDO A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 95/2026/PGE-DERADM. Valor Estimado: R\$ 1.059.956,64. Abertura: 17 de junho de 2026, às 09h10min. Edital no Site: [www.jaru.ro.gov.br](http://www.jaru.ro.gov.br), na aba transparência. Ou através do e-mail: [supel@jaru.ro.gov.br](mailto:supel@jaru.ro.gov.br). INFORMAÇÕES pelo telefone (69) 99349-4710. JARU, quarta-feira, 06 de maio de 2026.

IVANILDA LUCAS DE ANDRADE  
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVISO DE ANULAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se ANULADA a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/CPL/2026 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste - RO, conforme especificações do Termo de Referência e planilhas em anexo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Por motivos de Divergências entre o temo de Referencia anexado no edital e o termo de Referência retificado no processo.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail [cplnovohorizonte@hotmail.com](mailto:cplnovohorizonte@hotmail.com) e endereço eletrônico: [https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id\\_menu=3](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2d145f8b44a43cd6d203247b6d581cba&id_menu=3)

Novo Horizonte do Oeste - RO, 7 de maio de 2026.  
MARCOS ANTONIO DA SILVA  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025

2º REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 34/2025. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Processo Administrativo nº 1399/SEMSAU/2025. Objeto: Contratação De Empresa Especializada em Execução de Serviço de Monitoramento e Vigilância Eletrônica, Conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R\$ 148.300,80 (Cento e Quarenta e Oito Mil, Trezentos Reais e Oitenta Centavos). Data de abertura: 26/05/2026, às 9h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://www.ouropretodooeste.ro.gov.br) para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: [dcl@ouropretodooeste.ro.gov.br](mailto:dcl@ouropretodooeste.ro.gov.br) ou no Departamento de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min.

Ouro Preto do Oeste/RO, 7 de maio de 2026.  
FERNANDA BATISTA LIMA PAVANELI  
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 52/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO CNPJ Nº 04.092.680/0001-71 Av. Castelo Branco, nº 1.046, Pimenta Bueno/RO-CONTRATADA:DETECTA DIAGNÓSTICOS MÉDICOS EIRELI CNPJ Nº 26.255.170/0001-00 Rua João Penteado nº 850, Bairro JD Sumaré em Ribeirão Preto/SP-DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogação dos termos do contrato nº 020/2021, celebrado em 20/04/2021, referente a contratação de empresa especializada em realização de laudo médico a distância de mamografia digital - terradiologia, inseridos no processo administrativo 2040/2021, da Secretária Municipal de Saúde.DO VALOR: Fica prorrogado o valor contratual pelo presente Termo Aditivo na ordem de 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo empenhado somente o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) o restante será empenhado posteriormente ficando a cargo da secretaria interessada, por meio do agente responsável ou gestor do contrato. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta das dotações orçamentárias: Ficha: 513-Unidade: 021200 - Fundo Municipal de Saúde-Funcional: 10.302.0015.2082.0000 - Assegurar a Manutenção das Atividades da Média Alta Complexidade MAC-Classificação: 3.3.90.39.50 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA SERV.MEDICO-HOSPITAL,ODONTOL.E LABORATORIAIS, conforme pedido de empenho nº 2185/2026 de 28 de abril de 2026.-DO PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato nº 20/2021, por mais 12 (doze) meses, contados da expiração do prazo de vigência do Termo Aditivo nº 53/2025 - P.G.M.-Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato originário de nº 20/2021 P.G.M., celebrado em 20.04.2021. 28 de abril de 2025. SIDINEI LUIZ DA SILVA Procurador - Geral



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302026050800293







## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Publicação</b>	<b>DOU</b>	<b>08/05/2026</b>	
ID: <b>323680</b>		Processo	Documento
CRC: <b>1E418321</b>			
Processo: <b>1-308/2026</b>			
Usuário: <b>LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA</b>			
Criação: <b>08/05/2026 09:37:07</b>	Finalização: <b>08/05/2026 09:38:32</b>		
MD5: <b>F76E5CB06A1AB0E47EC693609B4FA277</b>			
SHA256: <b>929CD5BFADB86107B44D884780E62105239607C0D5511385CB70DD4333E57407</b>			
Súmula/Objeto:			
<b>Publicação</b>			

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08/05/2026 09:37:07

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

08/05/2026 09:37:07

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 323680 e o CRC 1E418321.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**PARECER**

**Processo Administrativo nº 308/2026.**

**Objeto: Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste/RO.**

**I- RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a CONSTRUÇÃO DE BUEIROS DE CONCRETO BSTC d = 0,60m, a fim de manter as condições de acesso às propriedades rurais do município de Novo Horizonte do Oeste/RO, conforme projeto, planilha, justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Estudo técnico preliminares;
- III) Planilha orçamentária;
- IV) Termo de referência e Justificativa;
- V) Análise de Riscos
- VI) Reserva Orçamentária;
- VII) Minuta do Edital e anexos.
- VIII) Minuta do contrato.

Os autos vieram à Procuradoria para análise e parecer quanto à legalidade do procedimento adotado assim como à minuta do edital e minuta do contrato.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade e legalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

Registra-se, ainda, que o presente procedimento decorre da republicação do certame anteriormente autuado sob a Concorrência Eletrônica nº 02/CPL/2026, cuja anulação foi promovida pela Administração após constatação de divergência entre o Termo de Referência publicado e o Termo de Referência retificado constante dos autos, especialmente quanto às exigências de qualificação técnica, conforme despacho administrativo devidamente motivado e publicado nos autos do processo.

É a síntese do necessário.

## **II- APRECIÇÃO JURÍDICA.**

### **Finalidade e abrangência do parecer jurídico.**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº7.

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

### **III - DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Pois bem. O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento para contratação, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X- a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI- a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, **constata-se a presença dos elementos essenciais da fase preparatória nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, considerando a natureza do objeto, onde os objetos da contratação atenderão a demanda da administração.

#### **IV - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Verifica-se dos autos que **o estudo técnico preliminar** apresentado possuem os elementos ao mínimo exigido em lei, conforme disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

No presente caso, verifica-se que o órgão requisitante elaborou o estudo técnico preliminar, com as exigências necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**V - DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Seguindo a análise, verifica-se que o **termo de referência** elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contem os elementos essenciais exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Nesse sentido, observa-se que o Termo de Referência apresentado atende o disposto na legislação vigente, cabendo à área técnica a responsabilidade pelas especificações técnicas, quantitativos mínimos e definição das parcelas de maior





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

relevância exigidas para fins de qualificação técnica.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela nova lei de licitações (Lei 14.133/2021) para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

#### **VI - Da Minuta do Edital.**

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública.

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

Diante do apresentado, **afere-se que os itens e cláusulas da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com os requisitos elencados do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021**, de modo a atender aos pressupostos legais para sua publicação.

Ademais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo a **CONCORRÊNCIA em sua forma eletrônica**, o que se encontra em perfeita correção considerando tratar-se de obra/serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência e demais documentos técnicos.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

Por sua vez, o critério de seleção da proposta como sendo o “**menor preço**”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Nesse sentido, observando-se os documentos acostados aos autos do processo licitatório em epígrafe, justifica-se a utilização da CONCORRÊNCIA ELETRONICA para o referido procedimento, considerando a natureza do objeto a ser contratado, sendo certo que, não obstante o caráter facultativo da licitação, o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema vem trazendo para o Setor Público, com a redução dos preços praticados, a simplificação dos procedimentos e a maior celeridade e transparência no certame.

## **VII - Da Minuta do Contrato**

O artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

**Da análise dos autos, verifica-se que a “minuta do contrato” possui as cláusulas mínimas previstas pelo art. 92 Lei nº 14.133/2021**, estando em consonância com a legislação em vigência, havendo condições, portanto, de prosseguimento da licitação em seus ulteriores termos.

**VIII - Publicidade do edital e do termo do contrato.**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**IX - CONCLUSÃO**

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **opina-se pela legalidade da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato.**

Salvo melhor juízo, este é o meu Parecer.

Sem mais, remeto os autos à CPL para o prosseguimento do feito.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 12 de maio de 2026.

**SIDNEI FURTADO MENDONÇA  
PROCURADOR MUNICIPAL**





## Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

**Parecer**

Identificação/Número

**Jurídico**

Data

**12/05/2026**

ID: **324345**

CRC: **91640295**

Processo: **1-308/2026**

Usuário: **SIDNEI FURTADO MENDONCA**

Criação: **12/05/2026 11:25:17** Finalização: **12/05/2026 11:26:03**

Processo



Documento



MD5: **2B8862F9DA2C8D901AEAFE95563BEE52**

SHA256: **0E1C5BFF4182C023A13DD4F73BA866409BE8DE1FD64082F62FF8071913D0495D**

Súmula/Objeto:

**PARECER**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

12/05/2026 11:25:17

### ASSUNTOS

CONT. DE EMP. ESP. PARA A CONSTRUÇÃO DE 29 BUEIROS DE CONCRETO BSTC D=0,60M

12/05/2026 11:25:17

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



SIDNEI FURTADO MENDONCA

PROCURADOR JURIDICO

12/05/2026 11:26:15

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.novohorizonte.ro.gov.br](http://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br) informando o ID 324345 e o CRC 91640295.